

HT-07

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A RADIODIFUSÃO EM MOÇAMBIQUE:  
O CASO DO RÁDIO CLUBE DE MOÇAMBIQUE, 1932-1974

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para  
a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane.”

ERNESTO CASIMIRO NEVES SANTOS BARBOSA

Maputo, Outubro de 1997



654:195 (679)  
B238x 04

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	26188
DATA	11 / Maio / 1998
AQUISIÇÃO	eletr
COTA	HT-7

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## AGRADECIMENTOS

Desejo expressar o meu agradecimento a todo o corpo docente do Departamento de História e ao meu supervisor Dr. António Sopa, a quem muito devo a possibilidade de vir a concretizar um velho sonho – a de obter uma mais completa formação académica. Aos trabalhadores do Arquivo Histórico de Moçambique e da Fitateca da Rádio Moçambique e aos meus entrevistados desejo, também, exprimir o meu agradecimento pela sua paciente colaboração.

Por último, não posso deixar de destacar a incansável ajuda prestada pela minha mulher e meu pai assim como os incentivos que recebi dos restantes membros da família, dos colegas de serviço e amigos. A todos eles o meu sincero agradecimento.

## DEDICATÓRIA

À minha mulher, filhos, pais, irmãos e à memória da minha amiga Eng<sup>a</sup>. Yolanda Maria Tadeu Fernandes, cuja dedicação à investigação será sempre, para mim, uma referência obrigatória.

## RESUMO

O Rádio Clube de Moçambique – RCM foi criado em 1932, sob a designação inicial de Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique. Foi a primeira estação emissora moçambicana e, de longe, também, a mais importante, ao constituir-se como um poderoso instrumento de propaganda política e económica a favor do Governo colonial. Embora fosse uma instituição particular de carácter associativo, o seu fiel alinhamento com os interesses do Estado levou o RCM a assumir-se, na prática, como estação emissora oficial, a deter a hegemonia sobre a radiodifusão em Moçambique e a monopolizar a captação de receitas externas de publicidade radiofónica.

O arranque decisivo para o desenvolvimento do RCM deu-se entre 1936 e 1939, ao se transformar em rádio comercial, com vista a penetrar no mercado publicitário sul-africano, que foi sempre o seu principal suporte financeiro. Com o final da Segunda Guerra Mundial, abriu-se, para o RCM, um novo ciclo de desenvolvimento, que a eclosão da guerra colonial veio a acelerar ao ser esta estação emissora chamada a servir de suporte técnico ao esforço da psicossocial.

## ÍNDICE

	<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>I-</b>	<b>A História do Rádio Clube de Moçambique - I, 1932-1945</b>	<b>3</b>
<b>II-</b>	<b>A História do Rádio Clube de Moçambique - II, 1946-1974</b>	<b>23</b>
<b>III-</b>	<b>As relações entre o Rádio Clube de Moçambique e o Estado, 1932-1974</b>	<b>44</b>
<b>IV-</b>	<b>As emissões em língua inglesa e afrikaans</b>	<b>65</b>
	<b>Conclusão</b>	<b>76</b>
	<b>Bibliografia Consultada</b>	<b>79</b>
	<b>Anexos</b>	

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento de que a radiodifusão em Moçambique constitui, no campo da investigação histórica, uma temática ainda por abordar, representou para mim um aliciante desafio que me propus enfrentar, a fim de contribuir – ainda que modestamente – para alterar essa realidade.

Uma primeira abordagem deste tema implicaria, na minha óptica, investigar o papel relevante desempenhado pelo Rádio Clube de Moçambique - RCM durante o período compreendido entre 1932 e 1974, com destaque para a dinâmica do inter-relacionamento entre esta estação emissora e o Estado. Foi precisamente na perspectiva desta dinâmica que se me colocou a questão de fundo para esta dissertação:

**Como foi possível ao RCM, instituição particular de carácter associativo, vir a dominar efectivamente a radiodifusão na Colónia e assumir-se, na prática, como estação emissora oficial?**

A conclusão a retirar é a de que o desenvolvimento do RCM esteve sempre condicionado aos interesses políticos e económicos do Estado colonial em Moçambique, tendo esta estação de radiodifusão desempenhado um papel de leal alinhamento, ainda que não isento de situações de conflito. Foi o conjugar de interesses de ambas as partes que possibilitou ao RCM assumir-se na prática como estação emissora oficial e detêr o monopólio da publicidade radiofónica orientada para o exterior.

Em termos de suporte bibliográfico foram decisivas, para a elaboração desta dissertação, as fontes primárias, documentos não publicados e as revistas “Rádio Moçambique” que se encontravam arquivadas na Fimateca da Rádio Moçambique. No Arquivo Histórico de Moçambique - AHM a consulta bibliográfica incidiu sobre os jornais “Notícias” e “Lourenço Marques Guardian”, anuários e Boletins Oficiais. Neste arquivo encontraram-se poucas fontes primárias que tivessem interesse.

O desaparecimento das actas das reuniões da Direcção do RCM referentes à maior parte da década de '60 – período decisivo da evolução das relações entre esta estação emissora e o Estado colonial – e a quase inexistência de monografias, tanto

no AHM, como em outras bibliotecas da cidade, que permitissem compreender o surgimento e evolução da radiodifusão na África Austral, representam grandes lacunas no suporte bibliográfico desta dissertação.

No campo das fontes orais foram realizadas entrevistas com profissionais da Rádio no activo ou aposentados. Infelizmente, devido à necessidade de cumprir com o estabelecido no regulamento para a elaboração de dissertações no que se refere ao limite máximo de páginas, não foi possível incluir um capítulo sobre as emissões nas línguas nacionais moçambicanas, componente muito importante do inter-relacionamento RCM-Estado, que comportaria depoimentos da maior parte dos entrevistados, que acabaram por não poder ser incluídos.

Em termos de suporte argumentativo, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, com os dois primeiros a incidirem sobre a evolução geral do RCM durante os períodos 1932-1945 e 1946-1974. O objectivo destes dois primeiros capítulos é o de munir o leitor de um contexto histórico que o leve a uma melhor compreensão do terceiro capítulo, dedicado à análise crítica das relações entre o RCM e o Estado. O último capítulo vem reforçar o já anteriormente descrito sobre o uso das emissões nas línguas inglesa e afrikaans e da importância decisiva que estas emissões desempenharam na captação de receitas externas de publicidade radiofónica para o RCM.

## I- A HISTÓRIA DO RÁDIO CLUBE DE MOÇAMBIQUE - I, 1932-1945

No início dos anos trinta, os cidadãos de Lourenço Marques escutavam regularmente as emissões radiofónicas sul-africanas, por vezes também as da Europa e as dos Estados Unidos da América, mas ainda nenhuma portuguesa<sup>(1)</sup>. Foi com o objectivo de alterar esta situação que os rádio-amadores Augusto das Neves Gonçalves e Firmino João Lopes de Sarmiento tentaram, em 1931, mas sem sucesso, iniciar em Lourenço Marques, um movimento que conduzisse à criação da primeira estação moçambicana de radiodifusão. Igual sorte teria, pouco tempo depois, a tentativa feita por algumas firmas de venda de rádio-receptores<sup>(2)</sup>.

Foi a inauguração em Joanesburgo, a 2 de Julho de 1924, da primeira estação emissora sul-africana e pouco depois de mais duas, em Durban e Cidade do Cabo, o factor decisivo para despertar, particularmente entre a população colona de Lourenço Marques, um crescente interesse pela radiodifusão<sup>(3)</sup>.

Em Portugal, só depois da publicação da Lei da Liberdade de Imprensa de 20 de Dezembro de 1914, é que se iniciaram as primeiras experiências de radiodifusão. No entanto, as consequências económicas da Primeira Guerra Mundial, só tornaria realidade, a partir dos anos vinte, o serviço regular de radiodifusão desenvolvido por entidades privadas e centrado fundamentalmente nas cidades de Lisboa e Porto<sup>(4)</sup>.

O anúncio pela Direcção dos Correios e Telégrafos da Colónia da aplicação em 1932, do pagamento de taxas de licenças para os possuidores de rádio-receptores, acabou por criar condições propícias ao surgimento de um sólido movimento<sup>(5)</sup> entre os radiófilos de Lourenço Marques, cuja intenção era a de estabelecer nesta cidade, a primeira estação de radiodifusão em Moçambique e de todas as colónias portuguesas<sup>(6)</sup>. Este desejo foi fundamentado por um radiófilo nos seguintes termos:

" Não está certo que havendo espalhados pela Colónia duas ou três centenas de radiófilos, eles não possuam uma pequena estação por onde se possa radiodispersar música portuguesa, estando à mercê das estrangeiras, que nem sempre se ouvem como se deseja."<sup>7)</sup>

Foi com este propósito que, em 5 de Junho de 1932, cerca de quatro dezenas de radiófilos de Lourenço Marques se reuniram no Grémio Náutico para aprovarem a proposta de estabelecer na capital da Colónia, uma pequena estação de radiodifusão e, com ela, a criação do Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique - GRCM. O encontro serviu para apelar ao Governo da Colónia a revogação da Portaria nº 768, de 16 de Agosto de 1924 em vigor no território, e que previa a aplicação de taxas de licenças aos possuidores de rádio-receptores e, em seu lugar, a adopção do Decreto-Lei nº 17.899, de 27 de Janeiro de 1930, em vigor na Metrópole, por ser considerado abertamente mais favorável ao desenvolvimento da radiodifusão portuguesa. Indo de encontro às preocupações das firmas de venda de rádio-receptores, foi solicitada a redução da tarifa alfandegária de 40% aplicada à Colónia, o dobro daquela em vigor para a Metrópole, por se considerar atentória tanto ao desenvolvimento educativo e moral dos colonos como do comércio e indústria de Moçambique<sup>(8)</sup>.

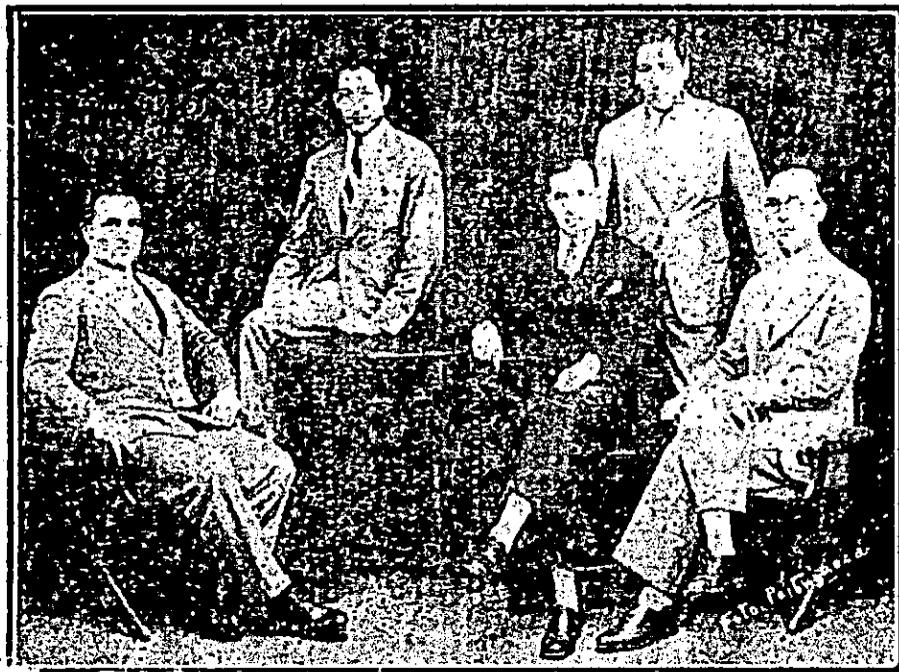
Na criação da primeira estação moçambicana de radiodifusão não esteve apenas subjacente o desejo de divulgar a música e cultura portuguesas mas também destacadas as enormes vantagens económicas que ela poderia trazer, nomeadamente no estabelecimento de uma nova indústria – a montagem de rádio-receptores – e na divulgação das potencialidades económicas da Colónia. Este facto poderá sugerir que para a participação nestas vantagens económicas, não estariam provavelmente alheios, interesses pessoais de figuras do GRCM.<sup>(9)</sup>

Os estatutos do GRCM com um total de 48 artigos, viriam a ser aprovados pela Portaria nº 1.723, de 23 de Julho de 1932, assumindo-se como uma agremiação privada, de carácter associativo, sem fins lucrativos, apostada em servir particularmente o desenvolvimento da radiodifusão em Moçambique<sup>(10)</sup>.

A 1 de Agosto do mesmo ano, teve lugar no Teatro Scala, a primeira Assembleia Geral do GRCM, presidida por Firmino João Lopes de Sarmiento, e que elegeu para a presidência e vice-presidência da Direcção<sup>(11)</sup>, respectivamente Aniano Mendes Serra e Alberto José de Morais<sup>(12)</sup>. A 4 de Janeiro de 1933, o GRCM, veio a adoptar como sede, o 2º andar do Prédio Já Assam, localizado na Avenida da República, actual 25 de Setembro<sup>(13)</sup>.

O objectivo mais imediato do GRCM. veio a ser concretizado quando

**Foto 1: Primeiro Elenco Directivo do GRCM**



**Da esquerda para a direita: A. Morais, Abílio Brito, Aniano Serra (Presidente), Ernesto Brito e Augusto Gonçalves.**

Fonte: RM, 01/05/1935, nº1, p.5.

Augusto das Neves Gonçalves e Alberto José de Moraes construíram o primeiro emissor desta agremiação radiofónica, com uma potência de 30 Watts e ao qual foi atribuído o indicativo CR7AA<sup>(14)</sup>. Foi com ele, embora em regime experimental, que Moçambique viu, no dia 16 de Fevereiro de 1933, iniciada a sua primeira emissão radiofónica<sup>(15)</sup>.

Assegurado o êxito das emissões experimentais, o emissor CR7AA foi inaugurado, a 18 de Março do mesmo ano, pelo Governador Geral, Coronel José Cabral. O Inspector dos Correios e Telégrafos e sócio do GRCM, Domingos Barreto, destacaria a importância do acontecimento:

“A telefonia sem fios na sua forma de radiodispersão, não pode ser considerada um luxo ou cousa supérflua. Mas, bem ao contrário, uma utilidade – direi – pública, exigida pela natureza da vida moderna ...”<sup>(16)</sup>

Pela voz de Mário Loureiro, o primeiro locutor de Moçambique, foi para o “ar”, a primeira emissão oficial do GRCM<sup>(17)</sup>. Menos de um mês depois do início das suas emissões, o GRCM recebia reacções favoráveis dos ouvintes da União Sul-Africana. A este facto, não deverá ter sido alheia, a decisão da Secção de Publicidade dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, em dar início a partir de 14 de Abril, a programas de publicidade em língua inglesa dirigidos precisamente para o território sul-africano<sup>(18)</sup>.

O ano de 1934, ficaria marcado pela existência de enormes dificuldades financeiras. Logo em Fevereiro, alguns anunciantes do comércio de Lourenço Marques suspenderam os seus anúncios, situação que obrigou o GRCM a diminuir a tabela dos preços de publicidade<sup>(19)</sup>. A esta situação, junta-se o facto de que, em Setembro do mesmo ano, apenas 70 dos 120 sócios inscritos no GRCM tinham as suas quotas em dia, as quais proporcionavam a insignificante receita mensal de Esc. 1.400\$00, a contrastar com a existência de 600 possuidores de rádio-receptores em toda a Colónia, dos quais 400 em Lourenço Marques<sup>(20)</sup>.

Sem qualquer apoio das firmas de venda de rádio-receptores, Aniano Mendes Serra alertou para o facto de terem sido os apoios provenientes da Secção de Propaganda dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e de alguns comerciantes, a impedir até então, o fecho da emissora do GRCM<sup>(21)</sup>. A esta alerta

Foto 2: O Primeiro Emissor do GRCM



Fonte: RM, 30/10/1935, nº-6, p.5.

estava subjacente a tentativa do GRCM de atrair apoios financeiros do Governo da Colónia e dos organismos do Estado. A demonstrar tal intenção, podemos referir, a opinião avançada por um radiófilo, segundo a qual, seria um crime “lesa-progresso”, deixar encerrar a estação emissora do GRCM, “a única que não nos deixa desejar ser francês, alemão, inglês, ou qualquer outra coisa”<sup>(22)</sup>.

Motivos de ordem profissional levariam Aniano Mendes Serra a requerer, logo no início de 1935, a sua retirada da presidência da Direcção do GRCM. A 19 de Janeiro, António de Sousa Neves<sup>(23)</sup>, conhecido advogado de Lourenço Marques foi eleito em sua substituição, função que ocuparia até princípios de 1941. Para Vice-Presidente, foi eleito Gilberto Gonçalves Túbio<sup>(24)</sup>.

Logo no primeiro encontro da nova Direcção, realizado a 25 de Janeiro, António de Sousa Neves, propôs a anulação da encomenda de um emissor “Collins” de 100 Watts, feita pela anterior Direcção e em seu lugar, a de um emissor de 250 Watts da mesma marca<sup>(25)</sup>. Para a nova Direcção do GRCM, um emissor de maior potência possibilitaria uma melhor cobertura radiofónica da Colónia e, sobretudo, da União Sul-Africana. A fraca captação de receitas publicitárias internas, obrigava o GRCM a concentrar-se sobre as oportunidades oferecidas pelo mercado publicitário sul-africano<sup>(26)</sup>.

Com o lançamento em Maio de 1935, do primeiro número da sua revista “Rádio Moçambique”, o GRCM procurou nitidamente uma nova forma de captar receitas publicitárias internas e compensar assim a fraca resposta do comércio da Colónia à publicidade radiofónica, de custos mais elevados<sup>(27)</sup>.

Para a compra do novo emissor de 250 Watts, o GRCM recorreu a um empréstimo bancário de Esc. 20.000\$00 e a uma campanha de subscrição pública. Com esta última iniciativa, foi nítida a preocupação do GRCM em se afirmar como uma realização de todos os colonos de Moçambique e comprometer o Estado e o Governo colonial na prestação de maiores apoios<sup>(28)</sup>. Foi assim que à compra do referido emissor, se seguiu, ainda em 1935, a concessão pelo Governo colonial do primeiro donativo e o aumento do número de instituições oficiais que dispensaram apoio ao GRCM, mas com a contrapartida de “sessões especiais de propaganda”<sup>(29)</sup>.

No entanto, as despesas inerentes ao regime de emissões diárias iniciado pouco depois da entrada em serviço do novo emissor, ultrapassaram largamente os

donativos recebidos pelo GRCM. As dificuldades financeiras mantiveram-se devido à contínua fraca captação de receitas da quotização dos seus sócios que em Setembro de 1935 somavam 299, enquanto por toda a Colónia existiam cerca de um milhar de rádio-receptores, um aumento em cerca de 400 aparelhos, em relação a igual período de 1934. A esta contínua relutância dos possuidores de rádio-receptores em se associarem ao GRCM, Gilberto Túbio ameaçou com a possibilidade de se voltar ao anterior regime de três emissões semanais e em solicitar ao Estado, a imposição de taxas de licença<sup>(30)</sup>.

Não obstante o forte apelo lançado em Julho de 1932 no sentido da sua redução, o Governo colonial continuou a manter em vigor a tarifa alfandegária de 40% para a importação de rádio-receptores e seus acessórios. Para as firmas deste ramo comercial, esta medida, aliada à acentuada diminuição do poder de compra da população colona, constituíam a origem das suas dificuldades financeiras<sup>(31)</sup>.

Se 1935 assinalou para o GRCM o início de um novo e decisivo ciclo do seu desenvolvimento, marcou também um novo ciclo na expansão da radiodifusão portuguesa, com a inauguração em Lisboa, a 1 de Agosto, da Emissora Nacional, que rapidamente se tornaria num dos mais importantes instrumentos de propaganda do Estado Novo<sup>(32)</sup>.

Nesse mesmo ano, a capital da Costa do Ouro viu introduzido um serviço radiofónico de retransmissão e na Colónia francesa do Congo, era criado o "Radio Club de Brazzaville"<sup>(33)</sup>, com uma cobertura radiofónica que se limitava inicialmente apenas a esta cidade<sup>(34)</sup>.

O período 1936 a 1939, ficou marcado por um enorme desenvolvimento da radiodifusão em Moçambique que teve como ponto de partida, o início da profissionalização dos serviços de locução e de apoio do GRCM, logo em meados de 1936, e para a qual terá certamente contribuído o aumento da captação das receitas publicitárias provenientes da União Sul-Africana, durante o segundo semestre de 1935. Já no final de 1936, o GRCM contava com 10 trabalhadores remunerados e concedia subsídios a 28 músicos portugueses<sup>(35)</sup>. A abertura de um concurso público para locutores nas línguas portuguesa e inglesa, resultou na admissão das primeiras locutoras do GRCM<sup>(36)</sup>.

A partir de 1 de Junho de 1936, o GRCM passou a contar com duas emissões diurnas<sup>(37)</sup>. Com um total de 1304 horas de emissão durante o mesmo ano<sup>(38)</sup>, o GRCM obteria o recorde mundial de tempo de emissões, na categoria de emissoras exploradas por clubes ou associações radiofónicas<sup>(39)</sup>. No final de 1937, alcançaria 2.833 horas e não cessaria de aumentar até 1939, ano da eclosão da Segunda Guerra Mundial<sup>(40)</sup>.

O acentuado aumento do tempo de emissões em 1937, resultou da introdução do regime de quatro emissões diárias. Em Janeiro do ano seguinte, o GRCM, apresentava-se ainda como a única estação emissora existente no espaço colonial português e também a única emissora portuguesa com este regime diário de emissões, com dois emissores a funcionarem simultaneamente em frequências diferentes<sup>(41)</sup>.

A introdução de duas emissões diárias, a partir de Julho de 1936, prendeu-se com a existência do fenómeno das chamadas zonas mortas ou de silêncio que já afectavam as emissões do GRCM particularmente no sul do Save e alguns pontos da região sul-africana do Transvaal, durante as noites de Inverno<sup>(42)</sup>. Para ultrapassar este obstáculo, o GRCM passou a dispôr a partir de Novembro de 1936, de um segundo emissor "Collins" de 250 Watts, também de ondas curtas e com o qual passou praticamente a cobrir todo o continente africano, a sul do Equador<sup>(43)</sup>.

A fim de suportar as despesas da compra daquele emissor, foi criada em 1936, a Rifa do GRCM, por sugestão de Gilberto Túbio<sup>(44)</sup>. Com uma receita de Esc. 150.000\$00 obtida logo no seu primeiro ano e que ascenderia a Esc. 236.000\$00 em 1938, a Rifa transformou-se, logo depois das receitas publicitárias radiofónicas, na principal fonte de receitas<sup>(45)</sup>. Contribuiu decisivamente para este aumento, a grande adesão que a Rifa conheceu na União Sul-Africana, ao mesmo tempo servindo como um importante meio de propaganda do GRCM neste território<sup>(46)</sup>.

O desdobramento entre as emissões em língua inglesa e em português, possibilitou a partir de 1936, um sucessivo aumento das horas de emissão inglesa, e conseqüente incremento significativo do número de contratos publicitários com firmas sul-africanas, reflexo da crescente popularidade dos programas de GRCM, não só junto dos ouvintes da União Sul-africana, como também dos das Rodésias e



Niassalândia, satisfazendo a aposta feita pelo GRCM em se afirmar como uma rádio comercial<sup>(47)</sup>. Em 1937, as receitas de publicidade externa foram de Esc. 298.870\$00<sup>(48)</sup>. Dois anos depois, ascendiam a Esc. 1.168.090\$00<sup>(49)</sup>. Ainda com o objectivo de melhorar a audição das suas emissões, particularmente no território sul-africano, foi adquirido, no início de 1938, o terceiro emissor de ondas curtas, este já com uma potência de 600 Watts<sup>(50)</sup>.

A partir de 1936, o GRCM foi beneficiado com o aumento do número de ouvintes na Colónia, graças à acentuada subida da venda de rádio-receptores, a preços de origem consideravelmente mais baixos<sup>(51)</sup>. No final deste ano, a Colónia, com a exclusão do território administrado pela Companhia de Moçambique, havia importado 1.183 rádio-receptores, dos quais 1.066 para Lourenço Marques, que continuava a ser o principal pólo de concentração dos ouvintes do GRCM, ao nível da Colónia. O valor das importações deste aparelhos e dos seus acessórios, para o mesmo período, foi de Esc. 1.444.800\$00, tendo a Fazenda cobrado de direitos Esc. 497.900\$00<sup>(52)</sup>.

Essa tendência de crescimento manter-se-ia em 1939 e em Agosto estava estimado, em cerca de 6 mil, o número de possuidores de rádio-receptores em todo o território moçambicano<sup>(53)</sup>. Este crescimento foi acompanhado também, pelo aumento das receitas internas de publicidade radiofónica que, em 1937, se situaram em Esc. 109.019\$50<sup>(54)</sup>. No ano seguinte registou-se um notório aumento para Esc. 164.637\$00 para, em 1938, atingir Esc. 185.842\$50<sup>(55)</sup>.

Apesar do aumento do número de emissores com o objectivo de assegurar uma maior cobertura radiofónica do território, o anúncio, em Agosto de 1937, do projecto de criação do Rádio Clube do Chinde, revelava que algumas regiões da Colónia não tinham sido ainda abrangidas pelas emissões do GRCM<sup>(56)</sup>. Apesar dos seus estatutos terem sido aprovados pelo Governo da Colónia, não há qualquer referência a que o Rádio Clube de Chinde tenha, alguma vez, iniciado as suas actividades<sup>(57)</sup>.

Em cumprimento de um decreto do Governo Central que atribuía a designação de "Grémio" a grupos corporativistas do Estado Novo, o GRCM passou a partir de 29 de Julho de 1937, a denominar-se Rádio Clube de Moçambique - RCM, por decisão da sua Assembleia Geral, presidida pelo Capitão Humberto Luna

Freire e Oliveira<sup>(58)</sup>.

Aos inegáveis e crescentes benefícios económicos e de propaganda política que o RCM vinha prestando à Colónia, passou o Estado, a partir de 1937, a assumir uma atitude mais visível de apoio a esta instituição radiofónica. Se, por um lado, interessava ao RCM. receber do Estado os apoios que facilitassem o desenvolvimento das suas actividades, por outro lado, interessava ao Estado influenciar o desenvolvimento da radiodifusão em Moçambique. É neste contexto que o Governo Central aprovou pela primeira vez a inclusão, no Orçamento Geral da Colónia, para 1937, de um subsídio extraordinário de Esc. 50.000\$00 para o RCM<sup>(59)</sup>. A propósito desta decisão, a revista "Rádio Moçambique", destacava o seguinte:

"O Estado, na Colónia de Moçambique, não deve pois recuar no caminho encetado. Antes deve ir mais longe, muito mais longe, o seu auxílio e não enveredar para a meia-protecção ..."<sup>(60)</sup>

A 3 de Novembro do mesmo ano, no intuito provavelmente de satisfazer um pedido do RCM, o Governo da Colónia, determinou, através da Portaria nº 3.188, a introdução de uma taxa de licença anual de Esc. 30\$00 para os possuidores de rádio-receptores<sup>(61)</sup>.

Mais importante foi o apoio prestado pelo Governo de Lisboa ao RCM para a compra do potente emissor "Siemens" de 10 kiloWatts - kW, de ondas curtas. Por proposta do Ministro das Colónias, o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, decretou, em Abril de 1939, a isenção de direitos aduaneiros para a importação do referido emissor. A esta decisão estiveram subjacentes interesses fundamentalmente políticos, porquanto o emissor de 10 kW representava um importante instrumento para intensificar além-fronteiras a propaganda a favor da colonização portuguesa<sup>(62)</sup>.

Com a aquisição deste novo emissor e respectivo sistema de antenas, o RCM concretizava a sua maior aspiração, que era a de estabelecer a ligação radiofónica entre Moçambique e Portugal. A Colónia passou, assim, a dispôr do emissor de ondas curtas mais potente e moderno de todo o espaço territorial português e de todo o continente africano<sup>(63)</sup>. A sua compra resultou, em grande

parte, da emissão pública de obrigações, 500 das quais foram adquiridas pela Companhia de Moçambique<sup>(64)</sup>. A instalação deste emissor, tornou necessário que o RCM construísse entre Julho e Dezembro de 1939, o Centro Emissor da Matola, com custos orçados em Esc. 830.000\$00<sup>(65)</sup>.

Ao rápido desenvolvimento das actividades do RCM correspondeu, também, o surgimento de conflitos ao nível da sua Direcção que culminariam em Março de 1938, com os pedidos de demissão do Vice-Presidente, Gilberto Túbio e do Director Artístico, Tenente Joel Pascoal, por alegada desconsideração da Direcção, acusações que visaram António de Sousa Neves<sup>(66)</sup>. Para substituir Gilberto Túbio, foi eleito a 6 de Julho, Manuel Carlos Ferreira<sup>(67)</sup>. No entanto, os conflitos continuariam ao longo de 1938, devido à questão do direito de voto do Vice-Presidente, levantada por Manuel Carlos Ferreira e da sua participação na discussão de todos os assuntos do RCM, o que sugere ter existido na pessoa de António de Sousa Neves, uma enorme concentração de poderes de decisão<sup>(68)</sup>. Na eleição dos corpos gerentes para 1939, viria a ser eleito Vice-Presidente, Artur Passos da Silva Meirim<sup>(69)</sup>.

Devido ao aumento das suas emissões e constituição de novas orquestras resultantes da actividade do maestro Belo Marques, contratado à Emissora Nacional, o RCM mudou, em Janeiro de 1939, os seus estúdios para a Rua Araújo (actual Rua Bagamoyo), permanecendo os emissores no Prédio Já Assam, até à sua transferência para o Centro Emissor da Matola<sup>(70)</sup>.

A necessidade de uma sede própria dotada de todos os requisitos técnicos necessários a uma estação emissora, tinha sido já realçada em 1936. A partir de meados do ano seguinte, a Direcção do GRCM encetou um processo de negociações com o grupo financeiro "Schlesinger", proprietário da antiga estação emissora sul-africana "African Broadcasting Company" que visava, não apenas conseguir o financiamento para a construção do edifício da nova sede, como também para a compra de três potentes emissores<sup>(71)</sup>. Numa posição que revelava as enormes potencialidades que a estação de radiodifusão moçambicana oferecia no campo da publicidade radiofónica, o grupo financeiro "Schlesinger" pretendia como contrapartida, o monopólio do angariação de publicidade, a longo prazo. A Direcção do RCM opôs-se a tal pretensão por não poder contar da parte do Governo

da Colónia de uma garantia nesse sentido. Uma nova proposta do referido grupo financeiro de considerar o financiamento da construção da sede do RCM como um mero empreendimento imobiliário, levou ao fim das negociações<sup>(72)</sup>.

Os enormes desequilíbrios económicos provocados pela Segunda Guerra Mundial, tiveram como consequência um profundo impacto negativo no desempenho financeiro do RCM e um retrocesso na expansão das actividades desta estação emissora, particularmente entre 1940 e 1943. Contribuiu decisivamente para este novo ciclo de crise financeira do RCM, o acentuado decréscimo na captação das receitas de publicidade radiofónica provenientes da União Sul-Africana, a subida progressiva dos custos de combustíveis e do equipamento radiofónico e ainda os compromissos ligados ao empréstimo assumido pelo RCM para a compra do novo emissor de 10 kW<sup>(73)</sup>.

O novo cenário de crise começou logo a desenhar-se em 1940, ano que terminaria com um saldo financeiro negativo de Esc.74.496\$04<sup>(74)</sup>. No entanto, apesar dos enormes gastos efectuados pelo RCM para a compra do emissor de 10 kW e para a construção do Centro Emissor da Matola, o ano financeiro de 1939, terminaria com um saldo positivo de Esc.59.858\$18<sup>(75)</sup>.

Contribuiu significativamente para o saldo negativo do exercício financeiro de 1940, a captação das receitas de publicidade radiofónica externa que neste mesmo período se cifrou em Esc.822.125\$00, uma descida de Esc.345.965\$00 relativamente a 1939<sup>(76)</sup>. Esta tendência manter-se-ia em 1941 e 1942, respectivamente com receitas de Esc.687.248\$89 e Esc.459.681\$74, só interrompida com uma ligeira subida para Esc.475.106\$80, em 1943<sup>(77)</sup>.

Medidas de contenção de despesas foram imediatamente tomadas pela Direcção do RCM, a partir do final de 1939, as quais se traduziram, por exemplo, na diminuição do número de orquestras, dos subsídios a serviços autónomos e dos períodos de emissão<sup>(78)</sup>. Com esta última medida, o número total de horas de emissão em 1940 foi de 2.739 horas, um decréscimo de 269 horas, relativamente a 1939<sup>(79)</sup>. Em 1943, o RCM registaria um total de 2.633h,48m de emissões<sup>(80)</sup>.

O empenho da União Sul-Africana no esforço de guerra, repercutiu-se negativamente também para a Rifa do RCM. Em alternativa a este território, onde eram vendidos cerca de metade dos bilhetes, a Direcção do RCM passou a partir de

1940, a convergir a sua atenção para a Colónia de Angola<sup>(81)</sup>. Apesar de uma diminuição de quase Esc.49.000\$00 relativamente a 1939, o produto da Rifa em 1940 foi de Esc.234.527\$57, em grande medida graças aos bilhetes vendidos em Angola<sup>(82)</sup>. O total das receitas obtidas entre 1940 e 1943 foi de Esc.889.571\$21, tendo-se em 1941 obtido a receita mais baixa, Esc.151.927\$05 e, em 1943, a mais alta com Esc.265.465\$76<sup>(83)</sup>. Para a venda dos bilhetes bem como para a angariação de novos sócios, o RCM inaugurou em 1940 a primeira viagem da sua caravana a Angola<sup>(84)</sup>.

Para o RCM, o mais importante era aquilo que encarava serem as possibilidades de Angola poder atenuar os efeitos negativos da quase paralisação do mercado publicitário radiofónico sul-africano. Neste sentido, era clara a intenção da Direcção do RCM em aproveitar as potencialidades oferecidas pelo emissor de 10 kW e a este propósito a revista "Rádio Moçambique", destacava o seguinte:

" ... a estação de 10 kW poderá servir os interesses de Angola não só pela sua publicidade mundial, mas também atirando para o éter a voz das suas aspirações legítimas ... "<sup>(85)</sup>

O Governo da Colónia de Angola acolheu favoravelmente o projecto do RCM e logo em 1940 contribuiu com um subsídio de 20.000\$00 Angolares<sup>(86)</sup>. Entre 1941 e 1943, contribuiu com um subsídio anual de 10.000\$00 Angolares<sup>(87)</sup>. No entanto, durante o período mais crítico da crise financeira do RCM, as expectativas desta emissora em relação a Angola não foram inteiramente correspondidas, em virtude da contínua quebra das receitas de publicidade radiofónica externa, só interrompida com uma muito ligeira subida em 1943<sup>(88)</sup>.

Face à crise financeira que se desenhava para o RCM, o Governo da Colónia de Moçambique contribuiu em 1940 com um subsídio de Esc.200.000\$00, um aumento de Esc.125.000\$00, relativamente a 1939. A 27 de Novembro de 1940, o Governo da Colónia, através do Diploma Legislativo nº 732, aumentou para Esc.120\$00, o valor da nova taxa anual de licença para os possuidores de rádio-receptores, 75% do qual destinado ao RCM. A medida visou compensar o RCM pela tendência de diminuição das suas receitas publicitárias<sup>(89)</sup>. No final de 1941, o RCM recebeu da aplicação desta taxa, o valor de Esc.326.425\$55<sup>(90)</sup>.

Segundo o censo populacional de 1940, estimava-se em 27.438 o número de habitantes de origem europeia existentes nos distritos de Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Tete, Quelimane, Nampula e Porto Amélia (actual Pemba)<sup>(91)</sup>. Em 1941, existiam em toda a Colónia, 5077 rádio-receptores registados, na sua grande maioria propriedade de colonos, número que não deverá ter ultrapassado as estimativas para 1939, o que revela terem os efeitos económicos provocados pela Segunda Guerra Mundial, evitado, muito provavelmente, o aparecimento de um maior número destes aparelhos<sup>(92)</sup>. No ano seguinte, o número de rádio-receptores registados baixaria para 4.923, dos quais 2515 em Lourenço Marques e 1.218 na Beira<sup>(93)</sup>.

Foi na Beira, – o segundo mais importante pólo de concentração de rádio-ouvintes, – que entraria oficialmente em funcionamento, a partir de 9 de Setembro de 1940, a segunda estação emissora moçambicana, a Emissora do Aero Clube da Beira. Por despacho de 28 de Fevereiro de 1938, o Governo do território administrado pela Companhia de Moçambique concedeu autorização para se utilizar um dos emissores da sua Estação Rádio para emissões radiofónicas numa acção de relações públicas a favor do Aero Clube da Beira. A 1 de Março do mesmo ano, foram iniciadas as primeiras experiências de radiodifusão para o território de Manica e Sofala e, a 25 de Julho, o Governo deste território concedeu alvará para o funcionamento do primeiro emissor de 60 Watts, começando no dia seguinte, as emissões da Emissora do Aero Clube da Beira, em casa do seu fundador, Abílio Neves dos Santos<sup>(94)</sup>. Em 1941, o RCM e a Emissora do Aero Clube da Beira realizavam, em conjunto, 2.887h,54m de emissões<sup>(95)</sup>.

Importante símbolo da ligação radiofónica estabelecida pelo emissor de 10 kW entre a Colónia de Moçambique e a Metrópole, foi a inauguração, a 5 de Abril de 1940, do programa "Minuto de Amizade" réplica do "Meia Hora de Saudade" produzido pela Emissora Nacional<sup>(96)</sup>. Em Dezembro de 1940, continuavam ainda em fase experimental as emissões do RCM para Portugal, entre as 21 e as 23 horas<sup>(97)</sup>. Para a América do Norte, as emissões tiveram o seu início em Fevereiro de 1940<sup>(98)</sup>. A partir de Maio de 1941, foram iniciadas emissões especiais para o Brasil que coincidiram com a inauguração das carreiras regulares marítimas por navios brasileiros, entre o Brasil e Moçambique<sup>(99)</sup>.

Em relação à cobertura territorial radiofónica da Colónia, a fraca qualidade na captação das emissões em ondas curtas em quase toda a região a sul do Save devido a razões atmosféricas, levaram o RCM a concluir em Agosto de 1941, a construção nas suas oficinas e pelos seus técnicos, do primeiro emissor de ondas médias<sup>(100)</sup>.

Foi também em Agosto de 1941, no dia 29, que o Capitão António dos Santos Figueiredo, proeminente figura do aparelho estatal colonial, na qualidade de Chefe de Repartição dos Serviços de Estatística, assumiu a presidência da Direcção do RCM, cargo que manteria até 1965, mantendo-se Artur Passos da Silva Meirim, como Vice-Presidente. A eleição do Capitão António dos Santos Figueiredo, coincidiu com o agravamento da crise financeira do RCM motivada pela quebra das receitas de publicidade radiofónica e da Rifa, não se tendo todavia, repetido em 1941, o saldo negativo de 1940, muito provavelmente devido à entrada das receitas provenientes da taxa de licença sobre os rádio-receptores<sup>(101)</sup>.

A quebra de receitas verificada em 1941, repercutiu-se em 1942, levando mesmo à insinuação de um possível encerramento do RCM por parte da sua Direcção, tendo esta apelado ao Estado para ser auxiliada. O Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, que visitou Moçambique neste mesmo ano, deu resposta favorável aos apelos do RCM<sup>(102)</sup>. Assim, depois de Esc.65.000\$00, de subsídio extraordinário concedido pelo Governo da Colónia em 1941, o RCM viria a ser contemplado, em 1942, com um aumento deste subsídio, o qual se cifrou em Esc.287.000\$00<sup>(103)</sup>.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o RCM foi largamente beneficiado pelo acentuado aumento das suas receitas de publicidade radiofónica externa. O mercado publicitário sul-africano conheceu um notável vigor com a previsão para breve da eliminação dos impedimentos à livre realização das importações e exportações. Em consequência deste novo cenário, verificou-se um aumento para Esc.2.578.631\$42 das receitas, em 1945, contra os Esc.1.572.275\$85, em 1944<sup>(104)</sup>. Apenas um ano antes, em 1943, estas receitas haviam sido significativamente inferiores, tendo o RCM recebido então Esc. 475.106\$80<sup>(105)</sup>. À necessidade de um aproveitamento das novas oportunidades oferecidas pelo mercado publicitário da União Sul-Africana, o RCM correspondeu com um aumento do número de horas de

emissão, que em 1945 atingiriam um total de 2.888h,18m<sup>(106)</sup>, enquanto que em 1943, haviam sido realizadas um total de apenas 2.633h,48m de emissão<sup>(107)</sup>.

Com o propósito do aproveitamento dessas oportunidades, o RCM iniciou, em 1945 a construção de um estúdio destinado exclusivamente a servir as emissões em língua inglesa, naquilo que foi o prenúncio da criação de uma secção de produção independente das emissões em língua portuguesa. No mesmo ano, foram encomendados dois emissores "RCA" de onda curta de 7,5 kW cada, não apenas para diminuir os efeitos das chamadas zonas de silêncio existentes na Colónia como também para permitir uma melhor cobertura radiofónica territorial da União Sul-Africana<sup>(108)</sup>.

Significativa foi a proposta feita pelo Gerente-Geral do RCM, Augusto das Neves Gonçalves, para que esta instituição radiofónica assumisse o controlo sobre a Emissora do Aero Clube da Beira e assim reforçar o seu monopólio sobre a radiodifusão em Moçambique. O facto da Beira constituir o segundo pólo de concentração dos rádio-ouvintes da Colónia e a sua proximidade geográfica da Rodésia do Sul representar um potencial para a captação de receitas publicitárias radiofónicas provenientes deste território, deverão ter sido as razões por detrás do interesse do RCM em assumir o controlo da Emissora do Aero Clube da Beira<sup>(109)</sup>.

## NOTAS

- (1) RM, 01/06/1935, nº2, p.13.
- (2) Idem.
- (3) LMG, 03/07/1924, p.2.
- (4) Destacam-se os casos da Rádio Hertz, mais tarde Rádio Continental, a Rádio Condes, a Rádio Orsec, a Ideal Rádio e a Estação CT1DY que em 1931 passaria a designar-se por Rádio Clube Português, em consequência do aumento da sua cobertura territorial radiofónica. Destaca-se ainda, a Rádio Graça, criada em 1932, de grande implantação popular e que viria a funcionar até Abril de 1974. (Revista Expresso, 05/08/1995, nº 1188, p.27-28.)
- (5) Destacavam-se, para além de Augusto das Neves Gonçalves, também Firmino João Lopes de Sarmiento, vereador do Município de Lourenço Marques, e Aniano Mendes Serra, 1º Oficial da Repartição do Gabinete e Secretário do Conselho do Governo, este último regressado recentemente de Portugal, onde montara estações de rádio. Como ele, muitos radiófilos tiveram os primeiros contactos com o rádio-amadorismo e a radiodifusão em Portugal, sendo também admissível que a expansão do rádio-amadorismo na União Sul-Africana, tenha exercido a sua influência em Moçambique, particularmente em Lourenço Marques.
- (6) Notícias, 18/03/1943, p.7.
- (7) Notícias, 01/06/1932, p.1.
- (8) Notícias, 09/06/1932, p.5.
- (9) Idem.
- (10) Nos seus estatutos, o GRM, propunha-se em termos gerais realizar o seguinte: cooperar com organismos oficiais; promover a propaganda da radiodifusão ao serviço da cultura, educação cívica e progresso do povo português; promover o desenvolvimento das actividades nacionais e da propaganda portuguesa no estrangeiro; estabelecer delegações nos restantes distritos da Colónia, quando as necessidades assim o aconselhassem, a fim de promover uma maior cobertura territorial radiofónica. (BO nº 30, I Série, 23/07/1932, Portaria nº 1.723, p.357-360.)
- (11) Ver listas dos corpos gerentes da Direcção do GRM e do RCM, no anexo 2.
- (12) AG do GRM, 01/08/1932, Acta nº 1, p.1.

- (13) O prédio era propriedade do comerciante chinês, Já Assam, ele próprio também rádio-amador. O pagamento de uma renda anual de Esc.9.400\$00 pela nova sede, representou o primeiro grande encargo financeiro do GRCM. (Notícias, 17/03/1963, p.17.)
- (14) Alberto José de Moraes era considerado um dos melhores profissionais de radiotecnia, com uma carreira iniciada em Portugal e prosseguida durante largos anos, ao serviço da Rádio Marconi. (RM, Dezembro 1936, nº 18, p.9.)
- (15) A fim de proporcionar a maior cobertura possível ao acontecimento, a primeira sessão experimental foi transmitida através dos alto-falantes colocados no Quiosque Sideris, durante o intervalo do concerto da Banda Militar, na Praça 7 de Março. (LMG, 16/02/1933, p.3.)
- (16) Notícias, 21/03/1933, p.5.
- (17) Foram também pioneiros da locução moçambicana, os irmãos Ernesto e Abílio Brito, Jorge Bello e Rendas Pereira. As primeiras emissões começaram por ter lugar às terças feiras, entre as 20h,30 e as 22h,30. A partir de Setembro de 1933, passou a vigorar em regime de três sessões semanais, às segundas, quintas e sábados. (História do Rádio Clube de Moçambique, 1959, p.4.)
- (18) Notícias, 13/04/1933, p.1.
- (19) Direcção do GRCM, 28/02/1934, Acta nº 3, s.p.
- (20) Notícias, 24/09/1934, p.5.
- (21) Idem.
- (22) Notícias, 29/10/1934, p.3.
- (23) Ver sua biografia no anexo 1.
- (24) Gilberto Túbio foi funcionário da Fazenda e também locutor do GRCM. (Notícias, 24/12/1938, p.17.)
- (25) Este emissor viria a ser inaugurado a 8 de Setembro de 1935, pelo Governador Geral, Coronel José Cabral.
- (26) Aniano Mendes Serra não acreditava que o GRCM fosse capaz de suportar as despesas de manutenção de um emissor de potência superior a 100 Watts, devido às dificuldades na captação de receitas. (Direcção do GRCM, 25/01/1935, Acta nº 1, s.p.)
- (27) RM, Maio 1935, nº 1, p.5.
- (28) AG do GRCM, 15/02/1935, Acta nº 5, p.13.

- (29) O Governo da Colónia contribuiu com Esc.24.000\$00, os Serviços de Portos e Caminhos de Ferro, com Esc.18.000\$00 e a Câmara Municipal de Lourenço Marques, com Esc.12.000\$00. (RM, Junho 1936, nº 13, p.2.)
- (30) RM, 30/11/1935, nº 6, p.2-3.
- (31) Idem.
- (32) A Emissora Nacional - EN viu promulgada a sua criação, a 29 de Julho de 1933, fruto, em grande medida, dos esforços de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações que superintendeu a esta estação emissora até 1943. Henrique Galvão, foi o primeiro Presidente da Direcção da EN, cargo que abandonou em 1940, por discordar do decreto-lei imposto por Duarte Pacheco que baseava a lei orgânica da EN na dos CTT. (Revista Expresso, 05/08/1995, op.cit., p.26;32.)
- (33) Radiodifundia emissões em português muito escutadas nos anos '50, principalmente devido ao facto de, por este meio, se ter acesso a notícias sobre acontecimentos que eram cortadas pela censura do regime colonial.
- (34) HAILEY, Lord. *An African Survey, 1956: A study of problems arising in Africa South of the Sahara*. Oxford: Oxford University Press, 1957, p.244.
- (35) Até então os serviços de locução e de apoio eram suportados gratuitamente por sócios dedicados do GRCM. (RM, Janeiro 1937, nº 19, p.1-2.)
- (36) Maria Teresa Sampaio Arroz para a locução em língua portuguesa e Edwiges Sequeira para a inglesa. (RM, Abril 1936, nº 11, p.5.)
- (37) RM, Maio 1936, nº 12, p.12.
- (38) Ver evolução do tempo de emissões no anexo 3 (quadro 5) e no anexo 5 (gráfico 2).
- (39) RM, Janeiro 1937, op.cit., p.1.
- (40) RM, Fevereiro 1939, nº 45, p.7.
- (41) RM, Janeiro 1938, nº 32, p.1-2.
- (42) RM, Junho 1936, op.cit., p.6.
- (43) O segundo emissor de 250 Watts foi inaugurado a 18/03/1937, pelo Governador-Geral interino, Dr. José Nicolau Nunes de Oliveira. (RM, Outubro 1936, nº 17, p.1.)
- (44) Para a venda dos bilhetes da Rifa, foram decisivas as viagens anuais realizadas por uma carrinha desta estação emissora, percorrendo praticamente todo o território moçambicano. Alguns anos mais tarde, foi criada uma Rifa, especialmente dirigida à União Sul-Africana. (RM, Janeiro 1937, op.cit., p.1.)
- (45) RM, Junho 1940, nº 60, p.4.

- (46) RM, Março 1938, nº 34, p.9.
- (47) Eram na maioria contratos com base em programas musicais patrocinados por firmas sul-africanas. A crescente penetração do GRCM no mercado publicitário sul-africano, coincidiu com o fim da existência da emissora privada "African Broadcasting Company" do grupo financeiro "Schlesinger" e, em seu lugar, o surgimento, a 1 de Agosto de 1936, da emissora pública e não comercial sul-africana "South African Broadcasting Corporation" - SABC. (RM, Dezembro 1936, op.cit., p.3.)
- (48) RM, Fevereiro 1939, op.cit., p.6.
- (49) RM, Junho 1940, op.cit., p.1.
- (50) RM, Fevereiro 1938, nº 33, p.9.
- (51) RM, Abril 1936, op.cit., p.4.
- (52) Não há qualquer indicação de ter havido uma diminuição da tarifa alfandegária de 40%. (RM, Maio 1937, nº 24, p.2.)
- (53) Notícias, 23/08/1939, p.3.
- (54) RM, Fevereiro 1939, loc.cit.
- (55) RM, Junho 1940, loc.cit.
- (56) LMG, 28/08/1937, p.2.
- (57) BO, nº 22, I Série, 01/06/1938, Portaria nº 3.406, p.240.
- (58) O Capitão Humberto Luna Freire e Oliveira era o Chefe do Estado Maior da Colónia. (RM, Agosto 1937, nº 27, p.10.)
- (59) Esses benefícios eram particularmente sentidos na promoção do turismo e para a qual as emissões em língua inglesa tiveram papel preponderante. (RM, Fevereiro 1937, nº 21, p.1.)
- (60) Ibidem., p.2.
- (61) A introdução desta taxa resultou, em grande medida, da relutância de uma significativa parte de possuidores de rádio-receptores em se tornarem sócios do RCM. (Relatório da Gerência do RCM, 1940, p.15.)
- (62) Notícias, 26/04/1939, p.4.
- (63) RM, Junho 1940, loc.cit.
- (64) Notícias, 20/04/1939, p.11.
- (65) RM, Junho 1940, loc.cit.
- (66) Direcção do RCM, 07/03/1938, Acta nº 31, p.73.
- (67) AG do RCM, 06/07/1938, Acta nº 12, p.45.
- (68) AG do RCM, 03/12/1938, Acta nº 14, p.53.

- (69) AG do RCM, 30/01/1939, Acta nº 15, p.64.
- (70) RM, Janeiro 1939, nº 44, p.10.
- (71) A proposta da Direcção do GRCM era a seguinte: a) A construção de um prédio na esquina das Avenidas Aguiar e Álvares Cabral, orçada em £30.000 e que não incluía a compra do respectivo terreno; b) A compra de dois emissores, respectivamente de 1 kW e 2 kW, com custos orçados em £10.000; c) A compra de um emissor de 10 kW para emissões dirigidas à Europa, com o custo de £20.000. (Direcção do GRCM, 04/06/1937, Acta nº 14, p.22-23.)
- (72) A proposta do grupo financeiro "Schlesinger" de passar a encarar o projecto de construção da sede do RCM como um mero empreendimento imobiliário, que no caso do Governo da Colónia retirar ao RCM a licença de radiodifusão, ficaria representada pela exploração comercial do edifício sede, foi recusada pela Direcção do RCM devido aos riscos económicos que isso implicaria. (Direcção do RCM, 13/08/1937, Acta nº 19, p.42-43.)
- (73) As rígidas medidas de uma economia de guerra impostas pelo Governo da União Sul-Africana reflectiram-se na limitação e diversificação das importações e exportações, o que provocou praticamente a paralisação do mercado publicitário deste território. (Direcção do RCM, 27/05/1940, Acta nº 88, s.p.)
- (74) RM, Junho 1941, nº 72, p.15.
- (75) RM, Junho 1940, loc.cit.
- (76) RM, Junho 1941, loc.cit.
- (77) RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1.
- (78) Relatório da Gerência do RCM, 1940, op.cit., p.4.
- (79) RM, Junho 1941, op.cit., p.29.
- (80) RM, Janeiro 1944, op.cit., p.5.
- (81) Relatório da Gerência do RCM, 1940, op.cit., p.3.
- (82) Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1941, 1942, 1943, p.4.
- (83) RM, Janeiro 1944, op.cit., p.2.
- (84) Viagem realizada por Abel Graça e Estevão Martins com uma carrinha do RCM, com a duração de seis meses, e quase 40 mil Km percorridos. (RM, Maio 1940, nº 59, p.2.)
- (85) Ibidem., p.1.
- (86) RM, Junho 1941, op.cit., p.22.
- (87) RM, Fevereiro 1944, nº 102, p.7.
- (88) RM, Janeiro 1944, op.cit., p.1.

- (89) RM, Junho 1941, op.cit., p.15;19.
- (90) RM, Janeiro 1944, loc.cit.
- (91) Anuário de Lourenço Marques, 1943, p.24.
- (92) O número real destes aparelhos terá sido certamente superior aos registados. Segundo esclarece o Anuário Estatístico da Colónia de Moçambique - 1941, podia-se dar o caso de haver possuidores de dois ou mais rádio-receptores, mas que pagavam a taxa referente a um único aparelho. (Anuário Estatístico da Colónia de Moçambique, 1941, p.230.)
- (93) Anuário Estatístico da Colónia de Moçambique, 1942, p.230.
- (94) Durante os primeiros 5 anos, a Emissora do Aero-Clube da Beira foi dirigida pelo seu fundador, Abílio Nunes dos Santos. Ao retirar-se da Colónia, foi substituído pelo Capitão César Maria de Serpa Rosa que pouco depois abandonaria também a Colónia. A nova escolha viria a recair sobre José Saraiva de Moura, que tomou posse a 24 de Maio de 1943. (Notícias, 12/09/1944, p.5.)
- (95) Anuário Estatístico da Colónia de Moçambique, 1941, op.cit., p.232.
- (96) RM, Abril 1940, nº 58, p.2-3.
- (97) RM, Dezembro 1940, nº 66, p.6.
- (98) RM, Fevereiro 1940, nº 56, p.9.
- (99) Notícias, 07/06/1941, p.7.
- (100) RM, Agosto 1941, nº 74, p.1.
- (101) O Capitão António dos Santos Figueiredo era oficial na reserva. Ver sua biografia no anexo 1. (AG do RCM, 29/08/1941, Acta nº 23, p.110.)
- (102) Notícias, 18/03/1943, loc.cit.
- (103) Este subsídio extraordinário do Governo da Colónia para 1941, foi consideravelmente inferior ao subsídio de Esc.200.000\$00 para 1940. Esta diminuição poderá ter resultado do facto do RCM ter recebido em 1941, as primeiras receitas da nova taxa de licença sobre rádio-receptores. (RM, Janeiro 1944, op.cit., p.3.)
- (104) RM, Março 1946, nº 121, p.2;5.
- (105) RM, Janeiro 1944, op.cit., p.1.
- (106) RM, Março 1946, op.cit., p.3.
- (107) RM, Janeiro 1944, op.cit., p.5.
- (108) RM, Março 1946, op.cit., p.4.
- (109) Direcção do RCM, 07/11/1945, Acta nº 149, s.p.

## II- A HISTÓRIA DO RÁDIO CLUBE DE MOÇAMBIQUE - II, 1946-1974

O fim da Segunda Guerra Mundial proporcionou ao RCM, um novo ciclo de desenvolvimento, graças à reabertura do mercado publicitário sul-africano. O alargamento dos períodos de emissão em língua inglesa e afrikaans tornou-se um imperativo, com vista a um aproveitamento máximo das novas oportunidades colocadas para se aumentar a captação de receitas externas de publicidade<sup>(1)</sup>. A estas novas oportunidades estava também intimamente ligado o crescente volume de vendas de rádio-receptores na União Sul-Africana, que em 1946 contava com 397.383 aparelhos registados e, em 1947, com 445.710 – uma média de um rádio-receptor por cada cinco habitantes de origem europeia<sup>(2)</sup>.

É assim, que o alargamento do período das emissões em língua inglesa e afrikaans se tornou o grande responsável pelo aumento do número total de horas de emissão do RCM, que, de 2.888h,18m, em 1945<sup>(3)</sup>, ascenderia em 1950, a 8.618h,46m<sup>(4)</sup>.

A fim de responder aos desafios colocados pela reabertura do mercado publicitário sul-africano, a Direcção do RCM anunciou que em 2 de Fevereiro de 1947, seria criada a secção de produção de língua inglesa e afrikaans, completamente independente da de língua portuguesa<sup>(5)</sup>. No entanto, este projecto levaria algum tempo a concretizar-se porquanto, numa reunião daquela Direcção, a 13 de Novembro de 1948, o Gerente Geral do RCM, Augusto das Neves Gonçalves, insistia para que rapidamente fosse criada esta secção de produção, a ser – conforme propunha – chefiada pelo locutor David Davies. Foi a partir da criação desta secção que o Programa “B” do RCM, passou, posteriormente, a assumir a designação de “LM Radio”<sup>(6)</sup>.

Em 1948, o RCM conheceu um assinalável incremento das suas receitas totais, que atingiram o valor de Esc.9.306.988\$52, o que lhe permitiu obter um saldo de Esc.3.461.739\$77<sup>(7)</sup>. No ano anterior, estas receitas tinham sido apenas de Esc.3.957.569\$86, com um saldo de Esc.771.486\$41<sup>(8)</sup>. A contribuição das receitas provenientes da publicidade externa foi decisiva para este aumento – em 1948, ela cifrou-se em Esc.6.491.346\$60<sup>(9)</sup>, contra os Esc.2.056.449\$10, obtidos em 1947<sup>(10)</sup>.

As receitas obtidas pela venda da Rifa do RCM foram, igualmente importantes. Em 1948, estas receitas totalizaram Esc.1.198.151\$75, com um recorde de emissão de bilhetes, mais 15 mil do que em 1947<sup>(11)</sup>, ano em que obteve de receitas, Esc.670.050\$88<sup>(12)</sup>.

A considerável melhoria da situação financeira do RCM, permitiu que em 1948, esta instituição radiofónica desse início à construção da sua sede, a "Casa da Rádio"<sup>(13)</sup>. Para a realização desta obra, que não contou com subsídios especiais do Estado<sup>(14)</sup>, a Direcção do RCM teve a preocupação de envolver a participação da população colona, ao promover a campanha "Atire uma pedra embrulhada em Esc.20\$00"<sup>(15)</sup>.

Foi precisamente no ano em que se deu início à construção da sede do RCM, que o Governador Geral de Moçambique, através da Portaria nº 7.568, de 20 de Novembro de 1948, e ao abrigo do Artigo 568º da Reforma Administrativa Ultramarina, determinou que o RCM passasse a ser considerado como instituição de utilidade pública<sup>(16)</sup>. Fora no entanto, a Direcção do RCM a sugerir esta medida, por proposta de Augusto das Neves Gonçalves, por razões claramente de interesse económico, nomeadamente as vantagens na isenção de taxas alfandegárias, numa fase em que o RCM iniciava a construção da sua sede e necessitava de reforçar consideravelmente a sua capacidade técnica<sup>(17)</sup>.

A 22 de Setembro de 1951, iniciaram-se os trabalhos de transferência das instalações do RCM, da Rua Araújo, para a nova sede, apesar desta ainda se encontrar longe de estar concluída. Dois dias depois, pelas 18 horas, tinham aí início as primeiras emissões<sup>(18)</sup>. Até Dezembro de 1951, o RCM havia investido na construção da "Casa da Rádio", Esc.10.470.265\$96, tendo a contribuição popular atingido Esc.201.900\$00<sup>(19)</sup>.

O alargamento do período das emissões do RCM dependia do reforço da sua capacidade de cobertura radiofónica. Para além da instalação, em 1946, dos dois emissores "RCA" de 7,5 kW cada, encomendados no ano anterior<sup>(20)</sup>, o RCM projectava, em 1948, a construção de dois novos emissores, respectivamente de 10 kW para ondas médias e de 5 kW para ondas curtas, para servir melhor a região a sul do Save bem como para garantir uma recepção mais uniforme no norte da Colónia, projectando ainda a ampliação da sala de emissores no Centro Emissor da

Matola<sup>(21)</sup>. Neste mesmo ano, foram adquiridos ainda mais dois emissores de 7,5 kW cada, um para ondas médias e o outro para ondas curtas, este último destinado, fundamentalmente, a servir os ouvintes da União Sul-Africana<sup>(22)</sup>.

Com Esc.10.368.430\$35 de receitas externas obtidas em 1949, o RCM revelava uma crescente penetração no mercado publicitário sul-africano<sup>(23)</sup>. Este facto foi comprovado pela empresa sul-africana "J. Walter Thompson Co. S.A. Ltd" que promoveu três inquéritos, os quais revelaram, que, em princípios de 1948, a penetração do RCM neste mercado tinha sido de 49,3%, tendo depois aumentado para 62,7%, à data do último dos referidos inquéritos<sup>(24)</sup>.

Apesar de 1949 ter terminado com o reforço financeiro do RCM, a Direcção desta instituição receava a possibilidade de uma ameaça de crise num futuro próximo, argumentando para o efeito o facto da Grã-Bretanha ter iniciado esforços no sentido de promover o desenvolvimento da sua rede de radiodifusão colonial no continente africano, perspectiva que o RCM interpretava como nociva aos seus interesses comerciais<sup>(25)</sup>. Em resultado dos esforços britânicos de redimensionamento desta rede de radiodifusão, no final da década de '40 a Nigéria viu ser estabelecido, em 1949, o seu próprio sistema de radiodifusão tendo, dois anos depois, sido criada a "Nigeria Broadcasting Service". Duas pequenas estações emissoras foram, em 1951, instaladas em Dar-es-Salam e em Maruhubi (Zanzibar) e, em 1953, instalada uma outra em Kampala<sup>(26)</sup>.

O verdadeiro receio do RCM consistia, no entanto, na possibilidade real da "South African Broadcasting Corporation" - SABC vir a assumir-se como uma séria concorrente no mercado publicitário sul-africano. Já desde o início de 1947, o RCM previa a criação, para breve, de um programa comercial da SABC e alertava para a necessidade da estação emissora moçambicana se antecipar a essa possibilidade, através de um melhoramento da qualidade das suas rubricas e do reforço da sua capacidade técnica<sup>(27)</sup>. A 1 de Maio de 1950, nascia a "Springbok Radio" - o serviço radiofónico comercial da SABC - medida que deverá ter visado minimizar os encargos do Estado e aproveitar, a exemplo do RCM, as possibilidades oferecidas pelo mercado publicitário sul-africano<sup>(28)</sup>. Em 1951, a "Springbok Radio", através de emissores de ondas médias, cobria já todas as regiões mais povoadas da União Sul-Africana<sup>(29)</sup>.

O surgimento da "Springbok Radio", fez-se repercutir logo no seu primeiro ano de existência no comportamento financeiro do RCM, com a Direcção desta estação emissora a anunciar uma diminuição de receitas que atribua à concorrência imposta pela SABC e ainda à desvalorização da libra<sup>(30)</sup>. No mesmo ano de 1950, a Direcção do RCM anunciava, em Setembro, que em virtude da diminuição das receitas externas de publicidade, a secção de produção inglesa e afrikaans estava a tornar-se um encargo pesadíssimo, pelo que se encarava a hipótese de redução do seu pessoal, se a tendência de diminuição de receitas se mantivesse<sup>(31)</sup>.

No entanto, o facto de, em 1954, as receitas externas obtidas pelo RCM terem aumentado, de forma substancial, para Esc.22.810.000\$00, sugere que entre 1951 e 1953, a concorrência da SABC não se conseguiu impor<sup>(32)</sup>. Foi precisamente neste período que o RCM procedeu à compra, em 1951, de um novo emissor de 10 kW, projectou a ampliação do Centro Emissor da Matola<sup>(33)</sup> e pôs em prática o projecto de criação dos seus emissores regionais, a fim de conseguir uma cobertura mais integral da Colónia, ao inaugurar a 1 de Novembro de 1953, o Posto Regional do Niassa, na cidade de Nampula<sup>(34)</sup>.

Em 1949, o RCM dava início ao que se considerou ser o primeiro programa comercial das suas emissões em língua portuguesa, o "Domingo Alegre", realizado por António Alves da Fonseca e António Silva<sup>(35)</sup>. No mesmo ano, a partir de 4 de Agosto, o RCM passou a contar com um novo Gerente-Geral, o Tenente João Pinheiro, contratado em Portugal<sup>(36)</sup>, em substituição de Augusto das Neves Gonçalves, que solicitou a sua saída para se dedicar à actividade comercial, na "Rádio Scala" de que era proprietário mantendo-se, no entanto, como sócio activo, tendo vindo, mesmo, por morte, do Capitão António dos Santos Figueiredo, em 1965, a ocupar o cargo de Presidente da Direcção do RCM<sup>(37)</sup>.

Em Janeiro de 1948, Caetano Campo, conhecido poeta e escritor da sociedade lourenço-marquina, deixou de ser o director da revista "Rádio Moçambique", cargo que ocupou durante 12 anos<sup>(38)</sup>, para se dedicar à direcção da "Agência Colonial de Publicidade" de que era proprietário. Em Fevereiro do mesmo ano, esta agência assinava com o RCM, um contrato que lhe conferia o direito exclusivo de angariar e contratar em todo o território português, publicidade comercial para ser divulgada nas emissões em língua portuguesa<sup>(39)</sup>. No mês

seguinte, a mesma agência, obtinha o direito exclusivo para a publicidade comercial a ser publicada na revista "Rádio Moçambique"<sup>(40)</sup>.

Este monopólio viria a terminar por volta de 1958, quando António Alves da Fonseca, sócio fundador da Agência de Publicidade "Produções Golo", criada em 1957, conseguiu obter directamente do Presidente da Direcção do RCM, Capitão António dos Santos Figueiredo, um contrato de arrendamento de tempo de antena<sup>(41)</sup>.

Depois de ter terminado o ano de 1954, com um saldo financeiro extremamente positivo de Esc.11.778.068\$38<sup>(42)</sup>, o RCM adquiriu em Abril do ano seguinte, pelo valor de Esc.8.000.000\$00, um emissor de 100 kW – o mais potente de todo o continente africano – destinado principalmente a reforçar a ligação radiofónica com a Metrópole, Europa, as Américas e as colónias portuguesas na Ásia<sup>(43)</sup>. Com capacidade para emitir tanto em ondas médias como em ondas curtas<sup>(44)</sup>, o novo emissor de 100 kW foi também o primeiro com esta potência a operar a sul do Equador, em ondas médias<sup>(45)</sup>. Com um consumo energético de cerca de 230 kW, energia mais do que suficiente para abastecer toda a cidade de Nampula, o RCM foi forçado a ampliar o Centro Emissor da Matola, para nele instalar um novo grupo de geradores de alta potência a fim de alimentar o referido emissor<sup>(46)</sup>.

A inauguração do emissor de 100 kW, a 6 de Agosto de 1956, pelo Presidente da República, General Francisco Craveiro Lopes, acompanhado pelo Ministro do Ultramar, Raul Ventura, testemunhou bem a importância política que Lisboa conferiu ao acto e ao papel relevante do RCM no reforço do eixo radiofónico ultramarino português, numa altura em que as colónias britânicas e francesas em África haviam dado já início à considerável potenciação das suas estações emissoras<sup>(47)</sup>. O esforço de desenvolvimento da radiodifusão colonial britânica tornava-se cada vez mais visível. Em 1954, a sul do Sahara, apenas a Gâmbia não possuía ainda um serviço permanente de radiodifusão. Nesse mesmo ano, foi criada a "Gold Coast Broadcasting Corporation" e em 1955, instalado em Dar-es-Salaam, um emissor de 20 kW, o mais potente de toda a África Oriental Britânica<sup>(48)</sup>.

A compra do emissor de 100 kW veio no entanto a coincidir, em 1955, com uma acentuada diminuição das receitas de publicidade externa, que atingiram um total de Esc.12.111.712\$40<sup>(49)</sup> contra os Esc.22.810.000\$00 obtidos em 1954<sup>(50)</sup>. O nível das receitas obtidas em 1955 só viria a ser ultrapassado doze anos depois, em 1967<sup>(51)</sup>. Esta nova instabilidade financeira foi motivo de enorme preocupação para a Direcção do RCM, para quem a concorrência comercial da SABC assumia novos contornos de gravidade, em virtude da melhoria dos programas e eficiência técnica da "Springbok Radio". O agente publicitário do RCM na União Sul-Africana exigiu, logo em Março de 1955, a instalação urgente de um potente emissor que pudesse cobrir mais intensamente, em ondas médias, as regiões deste território onde se concentrava o auditório do RCM, já que se registava um claro declínio do nível de audiências às horas mais úteis. A compra do emissor de 100 kW foi a resposta encontrada pela Direcção do RCM, para fazer face à crescente potenciação técnica da "Springbok Radio"<sup>(52)</sup>. Em Agosto de 1957, o mesmo agente publicitário reconhecia que com a utilização em ondas médias do seu mais potente emissor, o RCM havia conseguido recuperar significativamente o seu nível de audiências<sup>(53)</sup>.

O agravamento da situação financeira do RCM, que se começou a fazer sentir logo no início de 1955, foi aproveitado pelo Presidente da Direcção da Emissora do Aero Clube da Beira, Eng<sup>o</sup> Jorge Jardim, para impor ao RCM, um acordo de princípios que há dois anos estava a ser negociado entre as duas partes<sup>(54)</sup>. Em 1948, o RCM havia, de novo, tentado assumir o controlo sobre a estação emissora da Beira, mas as suas propostas foram rejeitadas<sup>(55)</sup>. No ano seguinte, em Julho, receando o alargamento pela Emissora do Aero Clube da Beira do seu raio de cobertura radiofónica, com todas as implicações de ordem comercial a ela inerentes, a Direcção do RCM, assumia a seguinte posição:

"... o Rádio Clube é da opinião que pode consentir-se a existência da Emissora da Beira, mas, a sua acção deve ser restringida de forma a não poder nunca ir além da acção de um simples posto emissor de carácter local ou, quando muito, regional."

A esta posição estava subjacente o argumento público do RCM, da necessidade de impedir a dispersão em Moçambique dos esforços de desenvolvimento da radiodifusão, a fim de não repetir, o exemplo de Angola<sup>(56)</sup>

onde a coexistência de inúmeras estações emissoras orientadas para servir uma população diminuta, fazia com que todas elas enfrentassem dificuldades técnicas e financeiras<sup>(57)</sup>.

Em carta enviada a partir de Lisboa, a propósito da proposta do acordo de princípios entre a sua estação emissora e o RCM, Jorge Jardim, deixava claro que embora o mesmo fosse desejável, estava longe de ser indispensável, uma vez que, para além da Emissora do Aero Clube da Beira possuir alvará para publicidade, que havia sido comprado, contava com recursos próprios para comprar um emissor de 1 kW para ondas médias e ainda com o apoio da Associação Comercial da Beira. Na referida carta, naquilo que poderá ser interpretado como uma alusão indirecta aos seus estreitos laços com o Governo Central português, Jorge Jardim, chamava a atenção para o facto, de poder, à sua própria custa, conseguir em Lisboa, resolver os problemas da sua estação emissora<sup>(58)</sup>.

A Direcção do RCM decidiu que em virtude da Emissora do Aero Clube da Beira possuir alvará para realizar publicidade comercial, não lhe restava outra saída senão a de aceitar a proposta do acordo de princípios. Esta aceitação foi manifestada nos seguintes termos:

“Não é uma solução ideal, nem talvez airosa, mas é o que se conseguiu obter.”<sup>(59)</sup>

O acordo final entre o RCM e a Emissora do Aero Clube da Beira viria, sob mediação do Governo Geral, a ser assinado em 5 de Janeiro de 1956. Em traços gerais ele determinou que o RCM não criaria em Manica e Sofala um emissor regional seu, comprometendo-se a Emissora do Aero Clube da Beira a não fazer publicidade comercial pela rádio em outra língua que não fosse o português e a angariar qualquer publicidade fora destes mesmos limites territoriais, salvo acordo por escrito entre as duas partes. O RCM comprometeu-se ainda, a prestar um subsídio anual durante 15 anos para compensar a renúncia pela Emissora do Aero Clube da Beira à angariação de publicidade radiofónica externa e a conceder assistência técnica<sup>(60)</sup>.

A partir de 4 de Outubro de 1954, a cidade da Beira passou a contar com mais uma estação emissora, a Rádio Pax<sup>(61)</sup>, a primeira emissora católica de todo o

espaço ultramarino português<sup>(62)</sup>. A Rádio Pax foi criada a 16 de Outubro de 1953, por despacho do Governador Geral, Gabriel Teixeira, tendo sido fundada pelo Rev. Padre, Afonso Simões, que em 1957 desempenhava as funções de Comissário dos Padres Franciscanos em Moçambique<sup>(63)</sup>.

Anunciada em 1955, a sua intenção de prosseguir com a criação de novos emissores regionais, nomeadamente em Quelimane e Inhambane<sup>(64)</sup>, o RCM inaugurou, a 3 de Setembro de 1958, o seu segundo Emissor Regional, o da Zambézia<sup>(65)</sup> e, a 20 de Abril de 1960, do Emissor Regional de Cabo Delgado, na cidade de Porto Amélia, priorizando claramente a cobertura radiofónica da região norte do território moçambicano para onde as emissões a partir de Lourenço Marques se faziam chegar com dificuldades de captação<sup>(66)</sup>.

O ano de 1957 foi particularmente significativo para a história da radiodifusão em Moçambique, por ter sido nele que se deu início às primeiras emissões numa língua nacional moçambicana. Tratou-se de um conjunto de programas em língua ronga, patrocinados por diversas empresas interessadas em promoverem a venda de rádio-receptores, particularmente entre a população moçambicana residente na área de Lourenço Marques<sup>(67)</sup>. O enorme êxito alcançado por estes programas, levou o RCM a anunciar, em Março de 1958, a introdução em emissão experimental aos domingos, do programa "Hora Nativa" produzido por si, também em língua ronga<sup>(68)</sup>.

A criação da "Hora Nativa" foi aprovada pela Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, tendo o RCM adquirido exclusivamente para estas suas emissões, um emissor de 5 kW e criado, ainda, serviços de produção próprios<sup>(69)</sup>. As óbvias motivações políticas subjacentes ao aparecimento do programa "Hora Nativa", foram justificadas do seguinte modo:

"... aparece como naturalíssima a circunstância de lhe dar a conhecer no seu próprio idioma, os mais diversos aspectos da vida e fazer-lhe sentir, por forma incisiva, determinadas conveniências nacionais. Quer dizer, por forma agradável, e insensivelmente, vai o nativo tomando contacto com os problemas de vária natureza, cuja responsabilidade aliás lhe está cometida, adentro da obra de desenvolvimento e progressão espiritual que tão necessária se torna (...) em todo o território português."

A publicidade comercial esteve igualmente na base da criação da “Hora Nativa”, tendo esta necessidade sido justificada pelo RCM nos seguintes termos:

“...torna-se evidente que o nativo constituirá um óptimo cliente naquilo para que, sob o ponto de vista comercial, esteja convenientemente preparado.”<sup>(70)</sup>

Em 1962, a “Hora Nativa” foi substituída pelo programa “A Voz de Moçambique”, cuja produção ficou a cargo da 3ª Divisão dos Serviços de Acção Psicossocial – Divisão de Acção Educativa e Cultural. Embora o RCM tenha deixado de ter qualquer responsabilidade na sua produção, foi-lhe conferida a exploração comercial de “A Voz de Moçambique” e acrescidas as suas responsabilidades técnicas. Até à sua substituição, a “Hora Nativa” já era transmitida em ronga, shangane, chuabo e macua, a partir de Lourenço Marques e dos emissores regionais em Nampula, Quelimane e Porto Amélia<sup>(71)</sup>.

Ao início das emissões em ronga, seguiu-se em Março de 1958, a introdução de uma emissão especial aos domingos, em língua francesa, destinada prioritariamente ao Congo Belga e ainda aos territórios coloniais franceses em África<sup>(72)</sup>. A partir de Junho de 1959, foi anunciado que estas emissões passariam a ter uma periodicidade bissemanal<sup>(73)</sup>.

A decisão do RCM em introduzir esta emissão, à qual não foi certamente alheia a procura de novos mercados externos de publicidade radiofónica, resultou inicialmente de uma sugestão feita por um engenheiro de minas do Katanga, de visita à sede do RCM no sentido desta estação emissora aproveitar melhor a sua grande popularidade no Congo Belga<sup>(74)</sup>.

Em 1961, o RCM foi considerado como “a estação radiofónica mais bem instalada e melhor apetrechada” de todo o espaço territorial português<sup>(75)</sup> e, neste mesmo ano, dava início ao tão prometido projecto de remodelação da produção ao nível das emissões em língua portuguesa. Os seus efeitos fizeram-se imediatamente sentir quando, de um total de 9.441 horas de emissões realizadas em 1960, o RCM passaria a um total de 12.106 horas, no ano seguinte<sup>(76)</sup>.

No quadro da expansão e melhoria da sua programação, o RCM decidiu-se pelo desdobramento das emissões em língua portuguesa, com a introdução, a título

experimental, do Programa "C", a 15 de Dezembro de 1962<sup>(77)</sup>, sem qualquer publicidade comercial e predominantemente preenchido com rúbricas de música de concerto, a fim de corresponder aos crescentes pedidos de um determinado segmento dos seus ouvintes na cidade de Lourenço Marques<sup>(78)</sup>. Este desdobramento obrigou o RCM a abrir concurso para a admissão de mais locutores estagiários<sup>(79)</sup>. Até então transmitido em ondas médias, a partir de Janeiro de 1963, o Programa "C" passa a ser radiofundido também em modulação de frequência - FM<sup>(80)</sup>, embora a utilização, pela primeira vez, em Moçambique de emissores de FM, seja reivindicada pela Rádio Pax<sup>(81)</sup>. A África do Sul inaugurou o seu sistema FM, a 14 de Setembro de 1962, como a melhor solução técnica para ultrapassar as dificuldades que se levantavam a uma boa recepção das emissões da SABC em todas as regiões e localidades do país, durante todo o ano<sup>(82)</sup>.

Muito embora o ano de 1963 tivesse registado bons resultados financeiros, a Direcção do RCM não escondia a sua preocupação pela provável futura quebra das receitas externas de publicidade, face ao considerável esforço da SABC na melhoria da qualidade técnica das suas emissões<sup>(83)</sup>. Foi em resposta a este renovar da concorrência comercial da SABC, que a "LM Radio" passou, a partir de 1 de Março de 1964, a realizar 24 horas diárias de emissão<sup>(84)</sup>, a primeira a fazê-lo em todo o continente africano<sup>(85)</sup>. Em 1964, apesar da ameaça concorrencial da estação pública de radiodifusão sul-africana, o RCM viu aumentar as suas receitas externas para Esc.20.109.579\$60<sup>(86)</sup>, depois de ter obtido no ano anterior, Esc.18.365.245\$00<sup>(87)</sup>.

A crescente preocupação na melhoria e expansão da programação em língua portuguesa, coincidiu, também, com o facto de, a partir de Julho de 1963, a SABC ter iniciado emissões em português no seu serviço externo para a África<sup>(88)</sup>, serviço já existente desde 1954<sup>(89)</sup>. Em Janeiro de 1964, o período de emissão do Programa "A" do RCM foi alargado, obedecendo a um horário contínuo, desde as 6h,30 às 23 horas<sup>(90)</sup> e, a 18 de Março do mesmo ano, o Programa "C" introduzia emissões em modulação de frequência com estereofonia, antecipando-se assim o RCM, a qualquer outra estação emissora, com excepção das dos Estados Unidos da América e Canadá. No entanto, em face do quase inexpressivo número de rádio-receptores com estereofonia existentes na altura em Moçambique, esta realização do RCM,

poderá encontrar explicação no desejo de reforçar o prestígio da sua instituição e em procurar fomentar ao nível do mercado interno, a venda de aparelhos com esta característica<sup>(91)</sup>.

O período das emissões em língua portuguesa viria a ser consideravelmente alargado, a partir de 2 de Janeiro de 1968, com a introdução do Programa "D", de carácter comercial, destinado, numa primeira fase, a cobrir Lourenço Marques e outros centros populacionais num raio entre 60 e 70 km<sup>(92)</sup>. Foram as emissões do Programa "D" e as de "A Voz de Moçambique", as grandes responsáveis pelo aumento em 5.458 horas do número total de horas de emissões realizadas em 1968<sup>(93)</sup>. A introdução desta nova emissão em língua portuguesa, se bem que tenha procurado uma programação mais variada, obedeceu a razões comerciais, no sentido de alargar o tempo de antena destinado aos programas das agências de publicidade. Assim, em 1968, o RCM conseguia aumentar, significativamente, para Esc.9.611.031\$10, as suas receitas internas de publicidade<sup>(94)</sup>, quando no ano anterior tinha obtido Esc.5.373.664\$10, facto sintomático de um mercado interno publicitário em crescimento, a acompanhar o impulso que se verificava no desenvolvimento da economia do território moçambicano<sup>(95)</sup>.

Em 1964, ano que marcou o início da Luta Armada de Libertação Nacional em Moçambique, o RCM registaria uma redução do seu saldo financeiro. Contribuiu para esta redução, a quebra significativa da venda dos bilhetes da Rifa do RCM destinados ao mercado sul-africano, quebra essa que a Direcção do RCM previa poder vir a ser total em 1965, muito provavelmente devido ao surgimento concorrencial de iniciativas do género, na África do Sul<sup>(96)</sup>. Se em 1954, a Rifa do RCM atingia o maior volume de receitas totais, obtendo Esc.7.991.000\$00<sup>(97)</sup>, em 1964 conseguia apenas Esc.864.862\$05<sup>(98)</sup> e, em 1965, ainda menos, com um total de receitas de Esc.450.548\$50<sup>(99)</sup>.

A propósito da diminuição do saldo financeiro de 1964, a Direcção do RCM, comentou o seguinte:

"Muito embora a posição financeira se mantenha desafogada, esta redução nos saldos positivos de há dois anos a esta data se vem acentuando e ainda os maiores encargos que, de futuro, vão pesar sobre o Rádio Clube, causam sérias apreensões à Direcção."<sup>(100)</sup>

Esses maiores encargos derivavam dos compromissos assumidos pelo RCM, perante o Governo Geral de Moçambique, no sentido de garantir o suporte técnico necessário ao desenvolvimento das emissões de “A Voz de Moçambique”, tornado mais urgente, com o início da Luta Armada de Libertação Nacional<sup>(101)</sup>. O aumento em 3.225 horas de emissão verificado em 1966, resultou, principalmente, do alargamento do período de emissões de “A Voz de Moçambique” e, neste mesmo ano, o RCM procedeu à ampliação dos seus emissores regionais do Norte e da Zambézia, com o objectivo prioritário de servir o desenvolvimento deste programa<sup>(102)</sup>. Em 1967, teve início a construção do Centro Emissor do Dondo<sup>(103)</sup>, o qual entrou em serviço a de 1 de Outubro de 1970<sup>(104)</sup>, tendo nele sido instalados, numa primeira fase, um emissor de 100 kW para ondas curtas, um emissor de 59 kW, para ondas médias, um de 25 kW para ondas curtas e dois de 10 kW também para ondas curtas<sup>(105)</sup>.

A criação do Centro Emissor do Dondo permitiu que o RCM pudesse, finalmente, instalar uma delegação sua na Beira. Jogou a seu favor, a argumentação avançada pelo RCM segundo a qual era absolutamente necessária, do ponto de vista técnico, a instalação do referido centro emissor, a fim de se poder cobrir mais intensamente, e em melhores condições, o norte do território moçambicano<sup>(106)</sup>. O Centro Emissor do Dondo constituiu o principal eixo radiofónico da guerra psicossocial lançada pelo regime colonial através das emissões de “A Voz de Moçambique” dirigidas às populações nas frentes de combate<sup>(107)</sup>. Apenas três meses após a sua entrada em serviço, o Centro Emissor do Dondo havia realizado 1.777 horas de emissão em sena, nhungué e chuabo<sup>(108)</sup>. O aumento em 5.495h,07m no número total de horas de emissão realizadas pelo RCM em 1971, resultou fundamentalmente do alargamento do período de emissões de “A Voz de Moçambique”, a partir do Centro Emissor do Dondo, que também passou no mesmo ano a emitir em ajáua, nianja, swahili e maconde<sup>(109)</sup>.

A cobertura radiofónica das regiões centro e norte de Moçambique, tanto nas emissões em língua portuguesa como em línguas nacionais, viria a ser intensificada com a entrada em serviço, a 29 de Setembro de 1972, do Emissor Regional de Tete, inaugurado pelo Ministro do Ultramar, Silva Cunha<sup>(110)</sup>. A 12 de Dezembro do mesmo ano, seria a vez de ser inaugurado, o Emissor Regional do

Niassa<sup>(111)</sup> e, a 23 de Novembro de 1973, entrava em serviço, o primeiro Emissor Regional no sul de Moçambique, o de Inhambane, quando a Luta Armada de Libertação Nacional já se estendia pelo centro do território moçambicano<sup>(112)</sup>. O último Emissor Regional a ser criado, foi instalado em Vila Pery (actual Chimoio), pouco antes de Maio de 1974<sup>(113)</sup>.

Se por um lado, o RCM não podia deixar de garantir a potenciação das suas emissões dirigidas à África do Sul, por daí advir uma esmagadora percentagem das suas receitas, o facto é que também viu-se obrigado a garantir o suporte técnico necessário ao cada vez maior desenvolvimento das emissões de "A Voz de Moçambique". Em 1966, o RCM contava ao seu serviço com 29 emissores que perfaziam um total de 374,3 kW de potência<sup>(114)</sup> para, em 1970, vir a ascender a 748,6 kW, dos quais 215 kW só no Centro Emissor do Dondo<sup>(115)</sup>.

A partir de 1971, o RCM entrou num ciclo de crescente crise financeira e, pela primeira vez, desde 1940, registava em 1972, um saldo negativo de Esc.1.776.907\$77<sup>(116)</sup>, que, em 1973, se agravaria para Esc.2.873.095\$26<sup>(117)</sup>, ano em que Humberto Albino das Neves, Director das Alfândegas de Moçambique, foi eleito a 4 de Julho, como novo Presidente da Direcção do RCM, em substituição de Augusto das Neves Gonçalves, por este ter solicitado a sua demissão<sup>(118)</sup>.

A situação financeira deficitária que o RCM enfrentava resultava, em grande medida, das crescentes despesas com o suporte técnico das emissões de "A Voz de Moçambique", o que veio a coincidir com o agravamento do comportamento da economia moçambicana, particularmente com o fracasso da "Operação Nó-Górdio", lançada pelo exército colonial português<sup>(119)</sup>. A 19 de Abril de 1974, a Direcção do RCM previa que o défice financeiro se agravasse e que pudesse, em 1975, vir a ser superior a Esc.5.000.000\$00<sup>(120)</sup>. Somente as poupanças efectuadas no passado é que poderiam, ainda, permitir ao RCM enfrentar esta crise, embora com uma diminuição da possibilidade de vir a cobrir novos empreendimentos<sup>(121)</sup>. Particularmente preocupante para o RCM, era a renegociação, prevista para 1975, do contrato comercial com a SABC que rendia à estação emissora moçambicana 60 mil Randes mensais. Esta preocupação residia no facto de se ter registado uma descida no número de anunciantes sul-africanos, devido ao considerável reforço do sistema de FM na África do Sul, em prejuízo das

emissões do RCM, em ondas curtas e médias<sup>(122)</sup>.

Factor que igualmente contribuiu para o aumento das despesas do RCM, foi a decisão tomada pela sua Direcção, em Agosto de 1973, de investir Esc.30.000.000\$00 para subscrever 20% do capital, destinado à criação da empresa concessionária de exploração do serviço público de Televisão, em Moçambique. A conveniência da participação do RCM neste projecto, foi sugerida pelo Secretário Provincial das Comunicações, Eng<sup>o</sup> Vilar Queiroz, uma vez que interessava ao Estado aproveitar a enorme experiência técnica da mais importante estação emissora de Moçambique, para a instalação da Televisão. Ao RCM, interessava obter uma posição forte no serviço público de Televisão, por prever que a sua criação implicaria, no futuro, uma diminuição da importância do mercado interno de publicidade radiofónica<sup>(123)</sup>. Já em 1956, o RCM havia subscrito a parte do capital que lhe fora reservada para a constituição da Radiotelevisão Portuguesa - RTP<sup>(124)</sup>.

O Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 motivou o afastamento da Direcção do RCM e a sua substituição, a 13 de Maio, por uma Comissão Administrativa, toda ela constituída por militares e presidida pelo Major Eugénio dos Santos Ferreira Fernandes<sup>(125)</sup>. A 27 do mesmo mês, foram nomeados os representantes junto dos emissores regionais, também eles todos militares<sup>(126)</sup>.

A 28 de Julho, a Comissão Administrativa do RCM propôs ao Governador Geral de Moçambique, a transformação do RCM em organismo público autónomo, encarregado de superintender a todos os serviços de radiodifusão no território, absorvendo os serviços de "A Voz de Moçambique", para deixar assim de ser uma instituição de utilidade pública administrativa<sup>(127)</sup>. A 9 de Novembro de 1974, já com o Governo de Transição em funções, tomava posse a nova Direcção do RCM, presidida por Armando Panguene<sup>(128)</sup>.

## NOTAS

- (1) RM, Abril 1948, nº 141, p.1..
- (2) RM, Setembro 1948, nº 146, p.2
- (3) RM, Março 1946, nº 121, p.3.
- (4) RM, Maio 1951, nº 176, p.4.
- (5) Direcção do RCM, 31/01/1947, Acta nº 160, s.p.
- (6) Direcção do RCM, 13/11/1948, Acta nº 179, s.p.
- (7) RM, Maio 1949, nº 154, p.4.
- (8) RM, Abril 1948, op.cit., p.3.
- (9) RM, Maio 1949, loc.cit.
- (10) RM, Abril 1948, loc.cit.
- (11) RM, Maio 1949, op.cit., p.2; 4.
- (12) RM, Abril 1948, loc.cit.
- (13) RM, Janeiro 1948, nº 138, p.1.
- (14) RM, Dezembro 1951, nº 185, p.2.
- (15) RM, Maio 1949, op.cit., p.11.
- (16) BO nº 47, I Série, 20/11/1948, Portaria nº 7.568, p.601.
- (17) Direcção do RCM, 13/11/1948, Acta nº 179, s.p.
- (18) RM, Outubro 1951, nº 183, p.1.
- (19) RM, Fevereiro 1952, nº 187, p.13.
- (20) Anuário de Lourenço Marques, 1947, p.175.
- (21) RM, Janeiro 1948, loc.cit.
- (22) RM, Maio 1949, op.cit., p.2.
- (23) RM, Maio 1950, nº 166, p.7.
- (24) Não é revelada a data do último inquérito, mas deverá ter tido lugar cerca de um ano depois do primeiro inquérito. (RM, Junho 1949, nº 155, p.1.)
- (25) RM, Dezembro 1949, nº 161, p.1.
- (26) Em 1948, o "Colonial Office" britânico exortou os governos das suas colónias africanas a tomarem medidas de promoção dos seus serviços de radiodifusão, processo interrompido devido à Segunda Guerra Mundial. Dificuldades financeiras enfrentadas por algumas das colónias foram ultrapassadas quando Londres disponibilizou £2 milhões, montante reforçado em 1952, com mais £250 mil, dos fundos do "Colonial Development and Welfare Vote". (HAILEY, Lord. *An African Survey, 1956: A study of problems arising in Africa South of the Sahara*. Oxford: Oxford University Press, 1957, p.1244.)

- (27) Direcção do RCM, 31/01/1947, Acta nº 160, s.p.
- (28) CELLIERS, Des.(compil.e ed.). *60 Years of SABC Broadcasting, 1936-1996*, p.7.
- (29) RM, Outubro 1951, op.cit., p.28.
- (30) Direcção do RCM, 31/07/1950, Acta nº 199, s.p.
- (31) Direcção do RCM, 21/09/1950, Acta nº 200, s.p.
- (32) AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, p.3.
- (33) RM, Dezembro 1951, loc.cit.
- (34) O projecto dos postos regionais do RCM inspirou-se no exemplo da Emissora Nacional em Portugal. O Posto Regional do Niassa passou alguns anos mais tarde a ser conhecido pela designação de Emissor Regional do Norte. As suas primeiras instalações foram cedidas gratuitamente pelo Sporting Clube de Nampula. A Direcção dos Serviços dos Caminhos de Ferro e Transportes na cidade de Nampula ofereceu também gratuitamente energia para servir os emissores e instalações do primeiro posto regional do RCM, o qual iniciou os seus trabalhos com duas emissões diárias. (RM, Dezembro 1953, nº 209, p.3-4.)
- (35) O "Domingo Alegre" ainda se mantinha no "ar" em 1957. Foi durante largos anos o programa com a maior audiência. António Alves da Fonseca entrou para o RCM, com catorze anos de idade. Trabalhou sempre na área técnica, ocupando igualmente nela cargos de chefia. Depois de 1975, ao serviço da Rádio Moçambique, ocuparia cargos de Direcção nomeadamente os de Chefe de Produção, Director Administrativo e Director Comercial. À data da sua reforma em meados dos anos '90, era o trabalhador mais antigo desta estação emissora. António Silva cujo nome completo era António da Silva Vicente, foi um locutor muito popular, tendo vindo posteriormente a trabalhar na secção portuguesa do serviço externo da SABC e na "Voz da América". (RM, Dezembro 1968, nº 382, p.68.)
- (36) RM, Agosto 1949, nº 157, p.2.)
- (37) RM, Junho 1948, nº 143, p.1.
- (38) RM, Janeiro 1948, op.cit., p.2.
- (39) Direcção do RCM, 20/02/1948, Acta nº 172, s.p.
- (40) Direcção do RCM, 11/03/1948, Acta nº 173, s.p.

- (41) Antes de conseguir o seu primeiro contrato comercial com o RCM, a “Produções Golo” não usufruiu de qualquer comissão de agência de publicidade, dado que toda a publicidade por si angariada tinha que ser canalizada para a “Agência Colonial de Publicidade”. A diferença entre esta agência e a “Produções Golo”, residia no facto da primeira limitar-se a angariar e canalizar publicidade, enquanto a segunda, produzia e criava textos e sonorizava “spots” publicitários, até então inexistente no RCM. (António da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996)
- (42) AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, loc.cit.
- (43) RM, Abril 1955, nº 225, p.7.
- (44) RM, Maio 1955, nº 226, p.2.
- (45) RM, Maio 1957, nº 250, p.3.
- (46) RM, Abril 1957, nº 249, p.2.
- (47) RM, Agosto 1956, nº 241, p.2.
- (48) Hailey, op.cit. p.1249; 1246.
- (49) Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1955, p.12.
- (50) AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, loc.cit.
- (51) Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, p.9.
- (52) Direcção do RCM, 11/03/1955, Acta nº 276, p.233.
- (53) Direcção do RCM, 20/08/1957, Acta nº 349, p.174-175.
- (54) Direcção do RCM, 15/02/1955, Acta nº 275, p.224.
- (55) Direcção do RCM, 31/05/1948, Acta nº 175, s.p.
- (56) Até Maio de 1959 existiam em Angola, dezasseis estações emissoras. Seguia-se Cabo Verde com três e Guiné, São Tomé e Príncipe, Macau e Goa com uma estação emissora. Apenas Timor não possuía qualquer estação emissora. (RM, Maio 1959 nº 274, p.23-24.)
- (57) Direcção do RCM, 25/07/1949, Acta nº 190, s.p.
- (58) Na referida carta, Jorge Jardim adopta também uma linguagem mais conciliatória, ao afirmar que não é intenção da Emissora do Aero Clube da Beira criar mais dificuldades ao RCM, num momento particularmente melindroso da sua existência, devido aos esforços da SABC em expulsar o RCM do mercado publicitário sul-africano. (Direcção do RCM, 15/02/1955, op.cit., p.226.)
- (59) Ibidem., p.227-228.
- (60) RM, Janeiro 1956, nº 234, p.9-11.

- (61) A Rádio Pax iniciou os seus trabalhos com uma emissão diária de duas horas em português, utilizando dois emissores, um de 50 Watts e outro de 375 Watts, para cobrir numa primeira fase a cidade da Beira e seus arredores. (Notícias, 12/03/1966, p.5.)
- (62) Notícias, 05/10/1969, p.5.
- (63) Em 1957, desempenhava as funções de Director da Rádio Pax, o Rev. Padre Ernesto Costa, Director de Artes e Ofícios e Superior da Missão da Nossa Senhora do Rosário da Beira. (Notícias, 04/10/1957, p.5.)
- (64) RM, Março 1955, nº 224, p.2.
- (65) RM, Setembro 1958, nº 266, p.19.
- (66) RM, Janeiro 1961, nº 294, p.18.
- (67) Estes programas eram patrocinados pela Casa Zuid representante da marca "Philips", pela Casa Pfaff que também vendia rádio-receptores e ainda pela firma representante da marca "Ponds" especializada em produtos cosméticos. Os referidos programas eram transmitidos aos domingos de manhã, com a duração de quinze minutos cada. (RM, Janeiro 1957, nº 246, p.14.)
- (68) RM, Março 1958, nº 260, p.2.
- (69) A "Hora Nativa" propunha-se através de palestras, diálogos e dramatizações, a fornecer sobretudo ensinamentos sobre higiene, saúde, agricultura, pecuária, vida doméstica e acção administrativa do Estado. (RM, Maio 1958, nº 262, p.6; 8.)
- (70) RM, Março 1958, op.cit., p.2-3.
- (71) RM, Maio 1963, nº 322, p.5-6.
- (72) RM, Março 1958, op.cit., p.27.
- (73) As emissões em língua francesa deverão ter chegado ao fim em 1960. (RM, Junho 1959, nº 275, p.27.)
- (74) Para este residente no Congo Belga, a criação pelo RCM de uma emissão especial em francês contribuiria ainda para desenvolver o turismo entre a Colónia belga e a cidade de Lourenço Marques. (Direcção do RCM, 03/11/1957, Acta nº 354, p.206-207.)
- (75) AHM, FGG, Cx 702, Processo 1959/74, Pasta H/17-a, A.A. dos Santos, *Relatório sobre actividades do Rádio Clube de Moçambique no biénio 1960/61*, Dezembro 1962, p.1.
- (76) RM, Abril 1962, nº 309, p.3; 1.

- (77) Nesta mesma data teve também início uma emissão especial do programa “Minuto da Amizade” produzido pelo RCM com o apoio do Movimento Nacional Feminino, com o objectivo de permitir aos soldados da guarnição militar em Moçambique, fazerem chegar às sua famílias na Metrópole, mensagens por ocasião do Natal e Ano Novo. (RM, Janeiro 1963, nº 318, p.4-5.)
- (78) RM, Novembro 1962, nº 316, p.20.
- (79) Direcção do RCM, 17/08/1962, Acta nº 448, p.280-281.
- (80) RM, Novembro 1962, loc.cit.
- (81) Notícias, 05/10/1969, loc.cit.
- (82) Notícias, 15/11/1962, p.2; 15.
- (83) Aliada a essa preocupação estava a necessidade do RCM aumentar as suas despesas com a melhoria da sua programação, alargamento das horas de emissão e com o apoio técnico à “Voz de Moçambique”. (Relatório da Direcção do RCM, 1963, p.10-11)
- (84) RM, Março 1964, nº 332, p.9.
- (85) Notícias, 25/02/1964, p.3.
- (86) Relatório da Direcção do RCM, 1964, p.18.
- (87) Relatório da Direcção do RCM, 1963, op.cit., p.14.
- (88) Notícias, 15/06/1964, p.3.
- (89) RM, Fevereiro 1955, nº 223, p.20.
- (90) RM, Maio 1964, nº 334, p.2.
- (91) RM, Maio 1965, nº 346, p.3.
- (92) RM, Janeiro 1968, nº 371, p.17.
- (93) RM, Maio 1969, nº 387, p.36.
- (94) Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1968, p.16.
- (95) Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, p.9.
- (96) RM, Maio 1965, op.cit., p.5.
- (97) AG do RCM, 29/04/1955, loc.cit.
- (98) Relatório da Direcção do RCM, 1964, op.cit., p.17.
- (99) Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1965, p.9.
- (100) RM, Maio 1965, loc.cit.
- (101) Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1965, op.cit., p.5.
- (102) Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1966, p.2-3.
- (103) Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, op.cit., p.6.
- (104) RM, Setembro 1972, nº 427, p.57.

- (105) RM, Agosto 1970, nº 402, p.1.
- (106) O Engº Rufino Matos ingressou no RCM em 1966, como quadro da área técnica. A partir de 1975, passou a desempenhar o cargo de Director Técnico da Rádio Moçambique e em 1994, passou igualmente a fazer parte do Conselho de Administração desta estação emissora. (Engº Rufino Matos, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 06/11/1996)
- (107) António Alves, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996.
- (108) RM, Abril 1971, nº 410, p.60.
- (109) RM, Abril 1972, nº 422, p.28.
- (110) Erradamente é reportada a data de 29/10/1972, como a de inauguração do Emissor Regional de Tete. Gulamo Khan, jornalista moçambicano falecido a 19/10/1986, no desastre do vôo presidencial, em Mbuguzi, fez parte do primeiro corpo de locutores deste emissor regional. (RM, Setembro 1972, op.cit., p.58; 2; 5.)
- (111) RM, Dezembro 1972, nº 430, p.3.
- (112) RM, Novembro 1973, nº 441, p.1.
- (113) Direcção do RCM, 27/05/1974, Acta nº 640/CA, p.164.
- (114) O Centro Emissor da Matola contava em 1966 com dezanove emissores. O Emissor Regional do Norte possuía quatro emissores, o da Zambézia com três e o de Cabo Delgado também com três. (Anuário da Província de Moçambique, 1966, p.77-78.)
- (115) Em 1970, o Centro Emissor da Matola tinha ao seu serviço dezassete emissores e o de Dondo, sete emissores. Os emissores regionais do Norte, Zambézia e Cabo Delgado contavam ao todo com quinze emissores. (Anuário da Província de Moçambique, 1970, p.80-81.)
- (116) RM, Junho 1973, nº 436, p.58.
- (117) Direcção do RCM, 19/04/1974, Acta nº 634, p.112.
- (118) AG do RCM, 05/07/1973, Acta nº 86, p.87.
- (119) Contribuiu também de forma significativa para o défice financeiro de 1972, a desvalorização acentuada do Rand, moeda na qual se traduzia a principal fonte de receitas do RCM; a queda de receitas internas de publicidade devido a medidas económicas restritivas decretadas pelo Governo Geral com reflexos negativos para a actividade de agentes económicos; a diminuição das receitas de licenças de rádio-receptores devido ao ineficiente sistema de cobrança e o inevitável aumento das despesas ordinárias. (Direcção do RCM, 02/08/1973, Acta nº 624, p.54-56.)
- (120) Direcção do RCM, 19/04/1974, op.cit., p.113.

- (121) Direcção do RCM, 02/08/1973, op.cit., p.54.
- (122) A previsão de entrada em serviço ao longo de 1974, dos emissores regionais a serem instalados em Vila Pery e João Belo, a indicação de novas baixas na cotação do Rand, os encargos de participação do RCM na entrada em serviço da Televisão em Moçambique, foram algumas das razões apontadas para os previsíveis défices financeiros em 1974 e 1975. (Direcção do RCM, 19/04/1974, op.cit., p.113-114.)
- (123) O serviço público de Televisão em Moçambique assentava na criação de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com um capital previsto de Esc.150.000.000\$00, 51% reservados à Radiotelevisão Portuguesa - RTP e ao Governo da Colónia, e 49% reservados para subscrição por parte das estações emissoras de Moçambique, outros órgãos de informação, bancos e público em geral. (Direcção do RCM, 02/08/1973, op.cit., p.57; 52-53.)
- (124) RM, Abril 1957, op.cit., p.6.
- (125) Direcção do RCM, 13/05/1974, Acta nº 638/CA, p.159.
- (126) Direcção do RCM, 27/05/1974, Acta nº 640/CA, p.164.
- (127) Direcção do RCM, 08/07/1974, Acta nº 647/CA, p.184.
- (128) Armando Panguene era membro da Direcção da FRELIMO. Compunham ainda a nova Direcção do RCM, quatro vogais: Carlos Adrião Rodrigues; Abner Sansão Muthemba; Luís Filipe Pereira e António Augusto Alves. (Direcção do RCM, 09/11/1974, Acta nº 654, p.210-211.)

### III- AS RELAÇÕES ENTRE O RÁDIO CLUBE DE MOÇAMBIQUE E O ESTADO, 1932-1974

#### A primeira legislação sobre a rádio

Pouco mais de um mês após se ter dado a inauguração da primeira estação emissora sul-africana – e por prever que este acontecimento iria provocar, particularmente junto da população colona de Lourenço Marques, um crescente interesse em adquirir rádio-receptores – o Governo da Colónia veio, através da Portaria nº 768, de 16 de Agosto de 1924, impor medidas claramente restritivas ao seu acesso. As autoridades coloniais recebiam que os possuidores de rádio-receptores pudessem ter acesso às mensagens transmitidas pelos postos radiotelegráficos e radiotelefónicos do Estado, provavelmente porque as mesmas eram transmitidas sem serem cifradas<sup>(1)</sup>.

No Artigo 1º da referida Portaria, o Governo da Colónia proibia, expressamente, a particulares, a posse de aparelhos de rádio, tanto para recepção como para transmissão, mas no seu Artigo 2º, algo contraditoriamente, permitia a posse de rádio-receptores, mediante medidas reguladoras de forte controlo, as quais passavam pela garantia de “comportamento moral e cívico” dos seus requerentes. No número 2º, do Artigo 4º, o titular da licença de posse de um rádio-receptor era, por compromisso de honra, obrigado a guardar sigilo absoluto sobre as comunicações comerciais radiotelegráficas ou radiotelefónicas que pudesse, eventualmente, captar e a permitir o acesso ao seu aparelho, por outras pessoas, apenas para a escuta de emissões radiofónicas<sup>(2)</sup>. A severidade destas restrições, levou a que entusiastas da rádio em Lourenço Marques, passassem a construir os seus próprios rádio-receptores, à margem da lei<sup>(3)</sup>.

Na reunião constitutiva do GRCM, realizada a 5 de Junho de 1932, foi exigida a imediata revogação da Portaria nº 768, por se considerar que a mesma em nada contribuía para o desenvolvimento da radiodifusão em Moçambique e que, em seu lugar, fosse aplicado à Colónia, o Decreto-Lei nº 17.899, de 27 de Janeiro de 1930<sup>(4)</sup> – a primeira legislação do Estado Novo sobre esta matéria<sup>(5)</sup>. Fruto das pressões exercidas pelo GRCM, cujos membros eram, na sua maior parte,

funcionários do Estado, com destaque para o Presidente da sua Direcção, Aniano Mendes Serra<sup>(6)</sup>, o Governo Geral de Moçambique viria, a 1 de Outubro de 1932 – cerca de três meses depois de aprovar os estatutos do GRCM – a publicar o Decreto-Lei nº 17.899<sup>(7)</sup>. Tendo-se constatado a necessidade de adaptar este Decreto-Lei à realidade específica da Colónia é publicado em 29 de Abril do ano seguinte, o Diploma Legislativo nº 377<sup>(8)</sup>.

O Decreto-Lei nº 17.899 destacava a necessidade de Portugal acompanhar rapidamente o grande desenvolvimento mundial que a radiodifusão começava a conhecer e, nesse sentido, previa a instalação de estações emissoras que cobrissem as colónias e os núcleos populacionais de portugueses no estrangeiro. Contrário à introdução de taxas de licenças sobre os rádio-receptores, este decreto-lei salientava ainda a importância da radiodifusão para a propaganda das realizações económicas de Portugal<sup>(9)</sup>.

No seu Artigo 1º, o Decreto-Lei nº 17.899 estabelecia que todos os serviços de radiodifusão, que viessem a existir, passariam a constituir monopólio do Estado, disposição que não abarcava as estações emissoras privadas já existentes na Metrópole. No entanto, naquilo que poderá ser interpretado como um reconhecimento do Estado da sua incapacidade em estabelecer serviços de radiodifusão próprios ao longo de todo o território português, o Artigo 5º abria campo para o estabelecimento daquilo que denominava de “estações experimentais” ou de “estudos científicos”, possibilitando assim o aparecimento de mais estações emissoras privadas, como foi o caso do GRCM<sup>(10)</sup>.

À introdução do Decreto-Lei nº 17.899 pelo Estado Novo não terá sido estranha a consciência das potencialidades da rádio como um poderoso instrumento ao serviço da propaganda política. Deste facto se apercebeu António de Oliveira Salazar, cujo discurso político proferido em 1931, no Coliseu dos Recreios, terá sido, provavelmente, o primeiro acontecimento político a ser radiodifundido. O facto de a rádio – ainda no início da sua expansão em Portugal – constituir um factor de valorização e de influência social que começava, gradualmente, a atingir o próprio interior da Metrópole, foi compreendido por Salazar, que dela se servia para a sua ascensão política<sup>(11)</sup>. A própria Emissora Nacional, quando ainda em período de emissões experimentais, foi utilizada para transmitir propaganda do Estado

Novo, particularmente na campanha eleitoral da União Nacional, em Dezembro de 1934<sup>(12)</sup>.

### **A posição ambígua do Estado**

Os estatutos do GRCM apontavam para a promoção da propaganda a favor do Estado e para uma estreita colaboração com este no desenvolvimento da radiodifusão, na Colónia. Assim, na criação do GRCM era inevitável a participação do Estado nos destinos da primeira estação emissora moçambicana<sup>(13)</sup>.

Quando do surgimento, em 1934, das primeiras graves dificuldades financeiras do GRCM – cujo encerramento só foi impedido pelos apoios concedidos pela Secção de Propaganda dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e por alguns comerciantes – o Governo Geral não correspondeu com qualquer auxílio, posição dúbia para quem enaltecia o papel patriótico desta estação emissora<sup>(14)</sup>. Como uma possível saída para esta crise, um radiófilo chegou mesmo a sugerir que o Estado concedesse, ao GRCM, o direito de cobrar taxas de licenças aos proprietários de rádio-receptores, durante um período mínimo de três anos<sup>(15)</sup>.

Somente em 1935, depois do GRCM ter adquirido, através de um empréstimo bancário e subscrição pública, o seu primeiro emissor “Collins” de 250 Watts, veio o Governo da Colónia a conceder apoio financeiro, com um donativo de Esc. 24.000\$00<sup>(16)</sup>. A sua concessão não partiu de qualquer iniciativa espontânea do Governo da Colónia, mas sim, em resposta a uma petição feita pela Direcção do GRCM, que se estendeu também à Câmara Municipal de Lourenço Marques e aos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques<sup>(17)</sup>. O pedido submetido ao Ministério das Colónias no sentido de isentar a aquisição do emissor “Collins” do pagamento de direitos aduaneiros não foi atendido, tendo o GRCM sido forçado a desembolsar o respectivo valor, num montante de Esc. 18.000\$00<sup>(18)</sup>.

A partir de 8 de Setembro de 1935, com a entrada ao serviço do novo emissor, o GRCM passou a ter um regime de seis emissões, o que implicou um aumento significativo das despesas. A contínua relutância dos possuidores de rádio-receptores em se tornarem sócios do GRCM levou o Vice-Presidente da sua Direcção, Gilberto Túbio, a colocar a possibilidade de se solicitar, ao Estado, a

imposição de taxas de licenças<sup>(19)</sup>.

Essa possibilidade suscitou, ao longo de 1936, um debate interno no GRM, com uma corrente a defender a posição segundo a qual a criação dessa taxa de licenças implicaria, para esta estação emissora, o vir a perder o seu cunho de instituição particular, ao passar a depender menos da cotização dos seus sócios. Para Gilberto Túbio, no entanto, o apoio financeiro do Estado, mais do que uma necessidade, era uma obrigação moral, já que o GRM, pelos serviços já prestados à Colónia, era efectivamente uma instituição de utilidade pública. Por isso, propunha que 25% das receitas obtidas pelo Estado na cobrança dos direitos aduaneiros sobre a importação de rádio-receptores e seus acessórios, fossem canalizados para o GRM<sup>(20)</sup>.

Para outros, o desenvolvimento da radiodifusão em Moçambique só teria verdadeiro significado quando o Estado criasse os seus próprios serviços radiofónicos. Contrapondo-se a esta tese, o Vice-Presidente da Direcção do GRM salientou ter sido a existência, em Portugal, das estações emissoras privadas que possibilitara o nascimento da Emissora Nacional, ao granjear-lhe os contribuintes necessários ao seu suporte financeiro, através do pagamento de Esc. 72\$00 anuais de licença por rádio-receptor. Nos casos da Inglaterra e da África do Sul, só depois da "British Broadcasting Corporation" - BBC e da "African Broadcasting Company" terem contribuído, decisivamente, para o aumento espectacular do número desses contribuintes, é que a intervenção do Estado se fez sentir. Para Gilberto Túbio, não se podia justificar o dispêndio de milhares de contos com os serviços de uma estação de radiodifusão do Estado, para cobrir uma população colona tão diminuta em Moçambique, pelo que a única saída seria assegurar o desenvolvimento do próprio GRM<sup>(21)</sup>. A partir da segunda metade do ano de 1936, começaram a ganhar mais vigor os apelos no sentido do Estado disponibilizar um maior apoio financeiro ao GRM. Um artigo assinado por Dias de Castro, na revista "Rádio Moçambique", exprimia esta preocupação nos seguintes termos:

"Não me convenço que a única estação portuguesa radiodifusora em África ... esteja tão só, tão desajudada, tão desamparada ... Quando afinal, a ela se deve já uma muito importante obra de propaganda da Colónia, realizada através de toda a África do Sul, Rodésia e Niassalândia sendo ainda a ela que se deve o alto serviço de soberania, espalhando a língua

e música portuguesa, por tóda essa Colónia, onde, milhares de colonos esforçados, labutam dia a dia, para o engrandecimento e honra de Portugal.”<sup>(22)</sup>

Estes apelos estavam claramente relacionados com a intenção da Direcção do GRCM, anunciada em Setembro de 1936, de adquirir um potente emissor que estabelecesse a ligação radiofónica entre Moçambique e a Metrópole, o qual simultaneamente reforçaria, de forma significativa, a cobertura do território sul-africano, cujo mercado publicitário ganhava crescente importância para o desenvolvimento do GRCM<sup>(23)</sup>. O próprio Presidente da Direcção do GRCM, António de Sousa Neves, anunciaria em Dezembro do mesmo ano que a sua instituição necessitava de obter do Estado, a isenção de direitos aduaneiros calculados em mais de Esc. 1.000.000\$00, para conseguir a compra do referido emissor, bem como o exclusivo da angariação de publicidade radiofónica<sup>(24)</sup>.

Com este pedido de ajuda, António de Sousa Neves lançava, igualmente, um alerta contra o que descreveu de movimentações estrangeiras (implicitamente sul-africanas), no sentido de, por uma forma directa ou indirecta, virem a assumir o controlo da radiodifusão em Moçambique, como uma reacção à crescente penetração do GRCM no mercado publicitário da União Sul-Africana. Recorrendo ao argumento da dimensão patriótica que o GRCM representava para a Colónia, o Presidente da sua Direcção, destacava as ameaças que esses interesses financeiros estrangeiros representavam para a cultura portuguesa e os interesses do Estado<sup>(25)</sup>.

No entanto, numa decisão surpreendente, em aparente contradição com o alerta lançado por António de Sousa Neves, a Direcção do GRCM iniciou, em Fevereiro de 1937, diligências no sentido de encontrar uma companhia estrangeira, que em troca de lhe ser dada o exclusivo da angariação de publicidade radiofónica externa, financiaria a construção da sua sede definitiva, bem como a compra do potente emissor<sup>(26)</sup>. Esta decisão poderá ter sido motivada por uma ou outra de duas prováveis hipóteses: a primeira, relacionada com o interesse de companhias sul-africanas, face ao sucesso comercial das emissões em língua inglesa do GRCM, virem a instalar as suas próprias estações em Lourenço Marques, transmitindo para os ouvintes da União Sul-Africana, a troco de promissoras contrapartidas financeiras a favor do Governo da Colónia; a segunda, e a mais provável, prende-se

com a intenção do GRCM de, na ausência dos apoios necessários que pretendia receber do Estado, agitar o espectro de não lhe restar outra alternativa senão requerer financiamentos externos e, desta forma, levar o próprio Estado a prestar maiores ajudas financeiras ao desenvolvimento pretendido pela estação de radiodifusão moçambicana. Em Agosto do mesmo ano, a Direcção do RCM punha fim às negociações com o grupo financeiro "Schlesinger", proprietário da antiga estação emissora sul-africana "African Broadcasting Company" alegadamente por não poder satisfazer a concessão do exclusivo sobre a angariação de publicidade radiofónica externa<sup>(27)</sup>.

Antes de se ter iniciado o processo negocial com o grupo financeiro "Schlesinger", a revista "Rádio Moçambique" anunciava, na sua edição de Janeiro de 1937, que a contribuição do Governo Geral e das instituições do Estado não deveriam exceder até ao final desse ano, Esc. 120.000\$00, quando se previa de despesas cerca de Esc. 800.000\$00<sup>(28)</sup>. O primeiro subsídio especial, no valor de Esc. 50.000\$00, que o Governo Central, sob proposta do Governo Geral, autorizou inscrever no Orçamento da Colónia para 1937, foi considerado claramente como insuficiente:

"O Estado, na Colónia de Moçambique, não deve recuar no caminho encetado. Antes deve ir mais longe, muito mais longe, o seu auxílio e não enveredar para a meia-protecção ..."  
(29)

Enquanto o GRCM prosseguia com as suas negociações, os apelos para que o Estado intensificasse o seu apoio financeiro a esta estação emissora continuaram também a fazer-se sentir. Em Maio de 1937, foi sugerida a publicação de um diploma governamental que estabelecesse um subsídio anual de Esc. 500.000\$00, por um período de dez anos, a fim de suportar os encargos de serviço do potente emissor que o GRCM pretendia adquirir. O argumento utilizado desta vez foi o de que o Estado havia já obtido enormes contrapartidas financeiras com a propaganda a favor da Colónia, realizada através do GRCM<sup>(30)</sup>.

## O reforço das relações

A decisão para que o Orçamento Geral da Colónia passasse, a partir de 1937, a contemplar a concessão de um subsídio especial a favor do GRCM é reveladora da intenção do Estado de assumir uma posição mais influente sobre os destinos desta estação emissora. A esta tomada de posição, estava subjacente a percepção das crescentes vantagens políticas e económicas para a Colónia ligadas ao aumento significativo, em 1936, da popularidade das emissões em língua inglesa do GRCM, sobretudo junto dos ouvintes da União Sul-Africana. Em Outubro de 1937, a revista "Rádio Moçambique", destacava estas vantagens:

"A ninguém tem certamente passado despercebido o interesse com que nos últimos tempos certos meios da África do Sul se têm empenhado em virar as suas atenções para um futuro desenvolvimento de Lourenço Marques, sob a nossa soberania, e a essa obra não é alheia a acção que tem vindo desenvolvendo o Rádio Club"<sup>(31)</sup>.

Com o fim das negociações entre o RCM e o grupo financeiro "Schlesinger", o Governo Geral passou de imediato a adoptar uma postura de claro apoio a esta estação de radiodifusão e, a 20 de Outubro de 1937, através do Diploma Legislativo nº 570, estabelecia as bases da regulamentação da radiodifusão na Colónia, reconhecendo a importância do RCM para os interesses do Estado:

"Porque é verdade – é de justiça salientar os bons serviços prestados pelo actual posto emissor do Rádio Clube de Moçambique, em perfeita, leal e honesta cooperação com os serviços do Governo, mantendo sempre uma patriótica defesa dos interesses da Colónia, a bem da Nação."<sup>(32)</sup>

A 8 de Novembro do mesmo ano, através da Portaria nº 3.188, o Governo Geral introduzia pela primeira vez na Colónia, a taxa de licença para os possuidores de rádio-receptores, com um valor anual de Esc. 30\$00, inteiramente embolsada pelo Estado<sup>(33)</sup>, que o RCM, na esperança de vir a receber, em consequência desta medida, um maior apoio do Estado, considerou como um importante contributo a favor do desenvolvimento da radiodifusão em Moçambique, sem deixar de lembrar, também que a sua instituição era a grande responsável pelos milhares de contos em

receitas arrecadadas pelo Estado, através da cobrança de taxas aduaneiras relativa à importação daqueles aparelhos<sup>(34)</sup>. Em Setembro de 1938, por determinação do Governo Geral, o RCM ficava isento do pagamento da taxa de radiodifusão prevista pelo Diploma Legislativo nº 570, de 20 de Outubro de 1937<sup>(35)</sup>.

Em meados de 1938, Carlos Ahrens Teixeira, locutor-chefe do RCM, provavelmente em alusão às recentes medidas tomadas pelo Governo Geral de Moçambique, destacava, numa entrevista concedida à Emissora Nacional, que o Estado havia compreendido o enorme valor do RCM, tendo, neste contexto, decretado a proibição da existência de capitais estrangeiros na estação emissora moçambicana. Esta decisão foi uma resposta do Estado às negociações travadas pelo RCM com o grupo financeiro "Schlesinger" e uma demonstração da sua intenção de uma maior intervenção no desenvolvimento desta estação emissora, numa altura em que notícias postas a circular, provavelmente pela imprensa da Metrópole, apontavam para uma existência de projectos para instalar novas estações de radiodifusão em Lourenço Marques<sup>(36)</sup>.

Até ao início da Segunda Guerra Mundial, o ponto mais alto da evolução das relações entre o RCM e o Estado foi, sem dúvida, a decisão do Governo Central de aprovar, através do Decreto nº 29.588, de 27 de Fevereiro de 1939, a isenção de direitos aduaneiros à importação do emissor de 10 kW e respectivo equipamento<sup>(37)</sup>. Foi preciso, vencer alguma hesitação inicial por parte do Governo Central para conseguir ver aprovada a compra do referido emissor, dado que à data, nem mesmo a Emissora Nacional possuía um emissor com aquela potência<sup>(38)</sup>. Seria, no entanto, o reconhecimento das enormes contrapartidas oferecidas pelo emissor de 10 kW a favor da propaganda da colonização portuguesa, que levou Lisboa a aprovar a sua compra e a conferir ao RCM, na prática, cada vez mais, o papel de estação emissora oficial. Para António Alves da Fonseca, o Estado, com a concessão de apenas pequenos subsídios, passava progressivamente a ter ao seu dispor, na Colónia, o mais poderoso meio de comunicação social<sup>(39)</sup>.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, com todas as graves consequências económicas que trouxe, abriu uma nova página no relacionamento entre o RCM e o Estado, permitindo que este passasse a assumir uma intervenção decisiva sobre os destinos desta estação emissora. Peça importante deste processo, foi a eleição, a 29

de Agosto de 1941, do Capitão António dos Santos Figueiredo, figura proeminente do poder político colonial em Moçambique, para a presidência da Direcção do RCM<sup>(40)</sup>, medida que poderá ter resultado de pressões exercidas pelo próprio Governador Geral, General Tristão de Bettencourt. Não é, porém, de se afastar a hipótese da sua eleição ter partido da iniciativa do próprio colectivo de Direcção do RCM, interessado em ter a dirigi-lo, uma figura que fosse capaz de, junto do Estado, interceder no sentido de se minimizarem os efeitos que a Segunda Guerra Mundial estava a provocar sobre a situação financeira do RCM. De notar, ainda que a presidência da Direcção do GRCM/RCM foi sempre ocupada por figuras proeminentes do aparelho estatal ou da sociedade colonial moçambicana<sup>(41)</sup>.

Face ao agravamento acentuado da sua crise financeira, ao RCM não restou outra alternativa senão a de solicitar ao Estado, em 1942, uma ajuda de emergência, à qual o Governo Central respondeu favoravelmente, tendo cabido sem dúvida ao Governo da Colónia, o papel decisivo para esta decisão. A revista "Rádio Moçambique" exprimia, desta forma, o apelo feito:

"...o Rádio Clube apelou para o Estado. Expôs-lhe, francamente a sua situação, disse-lhe as canseiras que tinha tido e a ansiedade que vivia, justificou claramente a necessidade de ser auxiliado e amparado mais amplamente do que vinha sendo. E o Estado ouviu-o e atendeu-o. Primeiro, na esfera da administração local, onde se estudou, informou e patrocinou o justificado apêlo feito, depois, na esfera superior da chefia do Império.

A uma clara visão política e a um lúcido entendimento das coisas coloniais, se deve essa resolução." <sup>(42)</sup>

Embora, o RCM tenha recorrido ao auxílio do Estado, a este, também, não lhe restava outra saída, senão a de ir em seu socorro, porque lhe interessava continuar a ter à sua disposição, o serviço do mais poderoso meio de comunicação social. Na concessão deste auxílio, o Estado impôs, claramente, novas regras de jogo no seu relacionamento com o RCM. Por determinação do Ministro das Colónias, Dr. Francisco Vieira Machado, esta estação emissora deveria facilitar ao máximo a acção do Governo da Colónia, o que obrigava, segundo reconhecia a Direcção do RCM, a um relacionamento muito mais estreito entre as duas partes<sup>(43)</sup>. Este alinhamento do RCM com os interesses do Estado ficaria ainda mais

claramente vincada com a determinação de que a eleição do Presidente da Direcção desta estação de radiodifusão passasse a ficar sujeita à confirmação do Governador Geral<sup>(44)</sup>. Em Janeiro de 1944, a Direcção do RCM reconhecia terem sido, principalmente, as providências tomadas pelo Governador Geral, General Tristão de Bettencourt, em Novembro de 1940, no sentido de atribuir ao RCM 75% das suas receitas da nova taxa de licença dos rádio-receptores, bem como o auxílio aprovado, em 1942, pelo Ministro das Colónias, que evitaram a possível derrocada da sua estação emissora<sup>(45)</sup>.

Interessado em facilitar a recuperação financeira do RCM, o Governo Central, através do Ministro das Colónias, Dr. Marcelo Caetano, aprovava, em 1945, a isenção de direitos aduaneiros à aquisição de dois emissores, de 7,5 kW cada, que o RCM pretendia adquirir fundamentalmente para aproveitar, o melhor possível, a reabertura do mercado publicitário sul-africano, que o fim da Segunda Guerra Mundial havia proporcionado<sup>(46)</sup>. A disposição segundo a qual, o RCM deveria passar, a partir de 20 de Novembro de 1948, a ser considerado como instituição de utilidade pública, enquadrou-se também no interesse do Estado em apoiar o reforço da capacidade técnica das emissões da "LM Radio", numa altura em que se debatia, na África do Sul, a introdução de um programa comercial da SABC<sup>(47)</sup>. Com esta determinação, aprovada pela Portaria nº 7.586, de 20 de Novembro de 1948, as actividades do RCM passaram a ficar mais sujeitas à fiscalização das autoridades administrativas do Estado<sup>(48)</sup>, através de um Delegado do Governo da Colónia<sup>(49)</sup>.

O desdobramento das emissões do RCM destinadas à Colónia, objectivo contemplado na Revisão dos seus Estatutos de 1947, foi posta em prática, a partir de 1 de Novembro de 1953, com a inauguração do Emissor Regional do Norte, na cidade de Nampula, o terceiro principal centro de concentração colona<sup>(50)</sup>. Para os técnicos do RCM, a enorme extensão do território moçambicano e o facto da sua região norte se encontrar numa das zonas do mundo com maior ruído atmosférico, justificava, do ponto de vista técnico, a instalação de emissores regionais para se obter uma melhor cobertura radiofónica da Colónia<sup>(51)</sup>.

Para António Alves da Fonseca, o desdobramento das emissões do RCM resultou da necessidade de servir os interesses do Estado, cujas instituições

subsidiaram todos os emissores regionais<sup>(52)</sup>. A própria revista "Rádio Moçambique" destacaria que um dos grandes objectivos por detrás da criação do primeiro emissor regional era o de "colocar à disposição do Governo da Colónia e das autoridades locais, um meio de difusão de notícias, ordens e instituições, que ultrapassasse em eficiência e rapidez, os meios de comunicação normais"<sup>(53)</sup>. A criação do Emissor Regional do Norte partiria da iniciativa do Comandante Eugénio Ferreira de Almeida que, pouco depois de ter sido nomeado Governador do Distrito do Niassa, apresentou este seu projecto ao Governo Central, ao qual, o Governo da Colónia viria a dar o seu acordo<sup>(54)</sup>. A importância do papel dos emissores regionais ao serviço da propaganda colonial portuguesa viria também a ser destacada pelo próprio Presidente da Direcção do RCM, Capitão António dos Santos Figueiredo<sup>(55)</sup>, embora também, possibilitasse novas oportunidades de exploração do mercado publicitário interno<sup>(56)</sup>.

Para além de ter começado, a partir de 24 de Setembro de 1951<sup>(57)</sup>, a funcionar na sua nova sede, um outro acontecimento que também marcaria o desenvolvimento do RCM, durante os anos '50, foi a aquisição do potente emissor de 100 kW. A sua inauguração, a 6 de Agosto de 1956, pelo Presidente da República, General Craveiro Lopes, testemunhou o papel relevante que o Governo Central atribuiu ao RCM, no reforço do eixo radiofónico ultramarino português, numa altura em que ganhava consistência o movimento político africano a favor da descolonização do seu continente<sup>(58)</sup>. Em reconhecimento dos seus esforços em prol da defesa dos interesses do Estado, o Capitão António dos Santos Figueiredo viria, pouco depois, a ser condecorado, pelo Chefe de Estado português, com a Ordem do Império<sup>(59)</sup>. Por ocasião da inauguração do emissor de 100 kW, o Presidente da Direcção do RCM destacaria as estreitas relações da sua instituição com o Governo da Colónia:

"... tem o Rádio Clube merecido a confiança, o louvor e o apoio do Governo Geral que lhe tem mantido a delegação do exercício da radiodifusão na Província, de modo a exercermos esta, como se fossemos serviço oficial radiodifusor."<sup>(60)</sup>

Essa confiança não foi no entanto suficiente para levar o RCM a concretizar o seu projecto de assumir o controlo sobre a Emissora do Aero Clube da Beira. A

causa deste insucesso residiu no estreito relacionamento que o Eng<sup>o</sup> Jorge Jardim, Presidente da Direcção desta estação emissora, mantinha com o Governo Central, nomeadamente com o seu Presidente do Conselho. O facto de a emissora da Beira possuir alvará para realizar publicidade comercial, foi – conforme explanado anteriormente – a arma utilizada pelo Eng<sup>o</sup> Jardim para forçar o RCM a um acordo que o mantivesse fora do Distrito de Manica e Sofala e que, ao mesmo tempo, o levasse a contribuir para o desenvolvimento da Emissora do Aero Clube da Beira. Este acordo permitiu ao RCM manter o monopólio sobre toda a publicidade comercial dirigida ao exterior, assegurando assim a sua principal fonte de receitas, o que ia ao encontro do próprio interesse do Governo Geral<sup>(61)</sup>.

O estreito relacionamento entre o RCM e o Estado não impediu que, ao longo dos anos sessenta, se fizessem sentir tentativas para romper o monopólio do RCM sobre a radiodifusão em Moçambique, apontando para o efeito, o exemplo de Angola onde existia um grande número de estações emissoras comerciais<sup>(62)</sup>. Em 1962, o RCM reagia com notória preocupação a uma destas tentativas, numa demonstração clara de que a permanência desse monopólio constituía o alicerce fundamental do seu relacionamento com o Estado:

“A permanência dessas condições tem sido e continua a ser a condição indispensável ao prosseguimento da obra, são a garantia da preservação do valor real que ela é.

No dia em que elas se modificarem, tudo sossobrará.

Não causa surpresa que de vez em quando surjam noções de interesse particular a pretenderem sobrepor este ao interesse geral e, portanto, ao interesse do Estado e da Nação e a exercer pressão para que essas condições se modifiquem.”<sup>(63)</sup>

Um ano antes, o Capitão António dos Santos Figueiredo tinha deixado claro que o RCM era a única alternativa para o desenvolvimento da radiodifusão na Colónia:

“... só uma organização poderosa, fora da acção do Estado, pode dar a cobertura de Moçambique em condições satisfatórias. Qualquer organização que surja já não tem condições de o fazer e isto porque se modificou por completo o panorama radiofónico do subcontinente com a adopção da frequência modulada na África do Sul e a existência da Rádio comercial nas Rodésias.”<sup>(64)</sup>

## O impacto da Luta Armada de Libertação Nacional

A partir de 1964, com o início da Luta Armada de Libertação Nacional, abriu-se um novo ciclo nas relações entre o RCM e o Estado, que obrigou esta estação de radiodifusão a um ainda maior alinhamento com os interesses do regime colonial. Chamado a apoiar as acções de guerra psicológica, o RCM foi submetido a um enorme esforço financeiro e técnico a favor do considerável reforço da cobertura radiofónica do território moçambicano. Ponto alto deste esforço foi o facto de ter sido conferido ao RCM, em 1973, um papel fundamental no plano de cobertura generalizada em ondas médias da região norte, previsto pelo 4º Plano de Fomento da Colónia, a fim de apoiar o alargamento das emissões de “A Voz de Moçambique” e das emissões em língua portuguesa, que se impunha face à deterioração da posição militar do exército colonial<sup>(65)</sup>.

Esse plano resultou de um estudo realizado, no início dos anos '70, pela Direcção dos Serviços Técnicos da Emissora Nacional, o qual concluiu, que face à irregularidade de audição em ondas curtas, seria muito mais eficiente, embora também muito mais oneroso, generalizar tanto quanto possível, a cobertura da região norte de Moçambique, através de potentes emissores de ondas médias. O mesmo estudo recomendava que as emissões de “A Voz de Moçambique” atingissem os principais grupos linguísticos da região norte, mas acompanhadas por um esforço de alargamento das emissões em língua portuguesa, a fim de evitar uma supremacia das línguas nacionais moçambicanas. Era ainda recomendada a realização de emissões dirigidas aos territórios vizinhos, nomeadamente, a Zâmbia, Rodésia do Sul, Congo, Malawi, Quénia e Tanzânia<sup>(66)</sup>.

Ao regime colonial não foi possível, por razões financeiras, cobrir o norte de Moçambique com emissores de FM, ao contrário da África do Sul que, à custa de avultados investimentos, cobriu durante a década de '60 todo o seu território com este sistema. A medida tomada pela África do Sul deveu-se não só à muito melhor qualidade que proporcionava à recepção das emissões da SABC, mas principalmente por razões políticas que se prendiam com a possibilidade de

desencorajar a captação das emissões, em ondas curtas, das estações emissoras estrangeiras consideradas hostis<sup>(67)</sup>.

Com a eclosão e intensificação da Luta Armada de Libertação Nacional, aumentavam também de forma significativa, as preocupações do Estado em passar a exercer uma mais apertada censura. Durante a segunda metade dos anos '60, funcionou no RCM, um elemento de ligação desta estação emissora com o Governo Geral para dirigir e controlar os trabalhos de censura. Já antes, em 1961, o chefe da redacção do RCM passara a ser seleccionado pela sua Direcção a qual, por sua vez, passava a receber do Governo Geral instruções sobre aquilo que podia ou não transmitir. Antes de 1961, a política editorial do RCM não tinha, regra geral, uma orientação política vincada. Até então, funcionou como que uma espécie de auto-censura, com os seus programas a serem basicamente recreativos sem que se fizessem sentir neles um conteúdo político<sup>(68)</sup>.

A partir de 1970, com a intensificação da guerra, acentuou-se a censura dos noticiários. Neste mesmo ano, o RCM passou a contar com um elemento responsável directo pela censura dos noticiários. Por volta de 1972, foi criado junto do Governo Geral, uma espécie de "Governo Sombra" ligado à PIDE/DGS que passou a exercer um muito maior controlo sobre os noticiários, música e toda a programação do RCM, mesmo aquela produzida pelas agências de publicidade<sup>(69)</sup>.

A interferência dos militares fez-se também sentir. No caso do Emissor Regional do Norte, em Nampula, sede do quartel-general das forças armadas portuguesas estacionadas em Moçambique, o seu Comandante em Chefe, General Kaulza de Arriaga, interferiu directamente na orientação a dar à programação deste emissor regional<sup>(70)</sup>.

Com o programa "A Voz de Moçambique" orientado para servir os desígnios da psicossocial em relação à população moçambicana, as emissões em língua portuguesa do RCM passariam, a partir de 1964, a ter como preocupação crescente servir como um meio de solidariedade e de recreação a favor do soldado colonial, cabendo um papel de destaque ao programa "Jornal das Forças Armadas". Com este mesmo objectivo, a Direcção do RCM promoveu a realização de manifestações culturais, reportagens nos hospitais e de programas de variedades e de entretenimento<sup>(71)</sup>. Este esforço estendeu-se, também, aos emissores regionais,

em estreita colaboração com o Movimento Nacional Feminino<sup>(72)</sup>. A partir do início dos anos '70, sob orientação do Governo Geral, o RCM passou a radiodifundir o programa "Notas do Dia" de conteúdo abertamente político<sup>(73)</sup>.

A partir de 1972, ano em que registaria o seu primeiro saldo negativo desde 1940<sup>(74)</sup>, o RCM passou a conhecer um cenário de crescente quebra de receitas, que na opinião da sua Direcção, derivava, entre outras razões principais, da obrigação de satisfazer as "necessidades prementes da defesa" ligadas, fundamentalmente, à psicossocial e que se veio a traduzir no surgimento de sinais evidentes de conflito entre esta estação de radiodifusão e o Estado<sup>(75)</sup>, com este último a ameaçar mesmo rever o seu posicionamento de apoio ao RCM<sup>(76)</sup>.

Em Agosto de 1973, a Direcção do RCM tornava claro que a participação da sua instituição no projecto de cobertura generalizada em ondas médias da região norte de Moçambique estava dependente da concessão, pelo Estado, de apoios financeiros realísticos<sup>(77)</sup>. Em Janeiro do ano seguinte reclamava a revisão urgente do acordo assinado em 1962 com o Governo Geral, a fim de se obter uma compensação financeira correspondente aos encargos suportados pelo RCM no seu apoio técnico às emissões de "A Voz de Moçambique"<sup>(78)</sup>. Sem fazer qualquer menção do agravamento da situação financeira do RCM, o Governo Geral não escondia, em Julho de 1973, o seu desapontamento por esta estação emissora não estar a cumprir com as directrizes governamentais relativas à expansão da cobertura radiofónica do território moçambicano, devido à morosidade da entrada em funcionamento dos emissores regionais nas cidades de Tete, Vila Cabral, Vila Pery e João Belo (actual Xai-Xai) e à necessidade de uma completa remodelação dos emissores regionais do Norte e da Zambézia. Para além de determinar medidas para corrigir esta situação, entre elas a dos Correios Telégrafos e Telefones - CTT passarem a fiscalizar todo o material importado pelo RCM a fim de que o mesmo estivesse em harmonia com as prioridades estabelecidas, o Governo Geral não deixou de recordar as facilidades concedidas pelo Estado ao desenvolvimento da principal estação de radiodifusão moçambicana:

"Muitas são as potencialidades e regalias que o Governo tem consentido a esta instituição, sem falar no intenso trabalho de ordem política voltado a preservar-lhe a continuidade e expansão das suas receitas em países limítrofes."<sup>(79)</sup>

Esse "intenso trabalho de ordem política" coincidiu com o significativo reforço, durante os anos '60, da posição da SABC no mercado publicitário do seu país. Se ao Estado português interessava aproveitar as capacidades técnicas do RCM a favor do alargamento da cobertura radiofónica em Moçambique, que a guerra colonial impunha cada vez mais, interessava-lhe também, por esta mesma razão, assegurar que a principal fonte de receitas do RCM fosse mantida. Ao governo sul-africano interessava, por razões políticas, dar a sua colaboração, tendo sido sintomático da existência de um compromisso entre as duas partes, o facto de, a partir provavelmente da segunda metade da década de '60, a SABC ter passado a ser o agente comercial do RCM no mercado publicitário sul-africano<sup>(80)</sup>.

## NOTAS

- (1) BO nº 33, I Série, 16/08/1924, Portaria nº 768, p.167.
- (2) Ibidem., p.168.
- (3) RM, Dezembro 1935, nº 7, p.3.
- (4) Notícias, 09/06/1932, p.5.
- (5) Revista Expresso, 05/08/1995, nº 1188, p.26.
- (6) Notícias, 17/11/1933, p.2.
- (7) BO nº 40, I Série, 01/10/1932, p.435-437, D.L. nº 17.899, 27/01/1930.
- (8) BO nº 17, I Série, 29/04/1933, Dip.Leg. nº 377, p.144-145.
- (9) BO nº 40, 01/10/1932, loc.cit.
- (10) Idem.
- (11) Salazar compreendeu que a transmissão radiofónica dos discursos políticos ultrapassava, largamente, o impacto da sua divulgação pela imprensa. A rádio começou a ser, para os estabelecimentos comerciais, clubes e associações recreativas, um factor de atracção de maior número de clientes e de sócios, o que contribuiu para a penetração da rádio no interior de Portugal Continental. Em 1933, foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional, cuja direcção foi entregue a António Ferro, o "entrevistador e propagandeador" de Salazar, enquanto Ministro das Finanças. (CASTELO-BRANCO, Fernando. A Radiodifusão dos discursos de Salazar como factor da sua ascensão política. In *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia, 1926-1954*. Lisboa: Editorial Fragmentos Lda, Setembro 1987. p.245-250.)
- (12) Inspirado na experiência da Itália Fascista, o Estado Novo pretendeu criar, na Metrópole, uma vasta rede de postos receptores para a escuta das emissões da Emissora Nacional, projecto que não se concretizou devido aos escassos recursos financeiros do Estado. (Revista Expresso, 05/08/1995, op.cit., p.38-39.)
- (13) BO nº 30, I Série, 23/07/1932, Portaria nº 1.723, p.357-360.
- (14) Notícias, 24/09/1934, p.5.
- (15) Notícias, 29/10/1934, p.3.
- (16) RM, Junho 1936, nº 13, p.2.
- (17) Direcção do GRM, 25/01/1935, Acta nº 1, s.p.
- (18) RM, Junho 1936, op.cit., p.3.
- (19) RM, 30/11/1935, nº 6, p.2.
- (20) RM, Janeiro 1936, nº 8, p.5.

- (21) RM, Abril 1936, nº 11, p.2.
- (22) RM, Agosto 1936, nº 15, p.2.
- (23) RM, Setembro 1936, nº 16, p.2.
- (24) RM, Dezembro 1936, nº 18, p.4.
- (25) Ibidem., p.3-4.
- (26) Direcção do GRCM, 11/02/1937, Acta nº 4, p.3.
- (27) A primeira hipótese poderia também encontrar explicação no facto de a SABC, estação emissora oficial sul-africana, até então não-comercial, e detentora do monopólio da radiodifusão na África do Sul, não permitir a existência de estações emissoras privadas. (Direcção do RCM, 13/08/1937, Acta nº 19, p.42-43.)
- (28) RM, Janeiro 1937, nº 20, p.1.
- (29) RM, Fevereiro 1937, nº 21, p.2.
- (30) RM, Maio 1937, nº 24, p.2.
- (31) RM, Outubro 1937, nº 29, p.1.
- (32) BO nº 42, I Série, 20/10/1937, Dip.Leg. nº 570, p.434.
- (33) Relatório da Gerência do RCM, 1940, p.15.
- (34) RM, Novembro 1937, nº 30, p.1.
- (35) RM, Setembro 1938, nº 40, p.7.
- (36) Nesta entrevista, Carlos Ahrens Teixeira, por desconhecimento das negociações que o RCM havia realizado no ano anterior com o grupo financeiro "Schlesinger", ou com a intenção de destacar o "papel patriótico" da sua estação emissora, declarou ainda que o RCM havia conseguido resistir a todas as iniciativas estrangeiras para assumir o seu controlo e que não existia qualquer interferência da África do Sul na sua orientação, o que sugere não ter sido esta a percepção entre os meios radiofónicos de Portugal. As notícias, segundo as quais existiam projectos para a instalação de novas estações emissoras em Lourenço Marques viriam a coincidir com o surgimento da Emissora do Aero-Clube da Beira. (Notícias, 30/03/1938, p.3.)
- (37) RM, Junho 1940, nº 60, p.3.
- (38) RM, Dezembro 1938, nº 43, p.9.
- (39) António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996.
- (40) AG do RCM, 29/08/1941, Acta nº 23, p.110.

- (41) Para António Alves da Fonseca, o Capitão Figueiredo foi um bom gestor a quem se deveu a expansão decisiva da "LM Radio". Foi também um "bom político" que sempre soube conquistar grande simpatia entre os trabalhadores do RCM. (António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996)
- (42) A ajuda prestada pelo Estado deverá certamente ter sido superior ao subsídio especial de Esc. 287.000\$00, prestado pelo Governo da Colónia, em 1942. (RM, Setembro/Outubro 1942, nº 86, p.1.)
- (43) AG do RCM, 19/10/1942, Acta nº 42, p.117-118.
- (44) BO nº 48, I Série, 5/12/1942, Portaria. nº 4.932, p.818.
- (45) RM, Janeiro 1944, nº 101. p.1.
- (46) RM, Setembro 1945, nº 116. p.2.
- (47) Esta determinação não foi mais do que a confirmação daquilo que a Revisão dos Estatutos do RCM, aprovada em 1 de Fevereiro de 1947, através da Portaria nº 6.784, reconhecia no seu Artigo 1º, segundo o qual o RCM era, na prática, uma instituição de utilidade pública. (António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996)
- (48) Direcção do RCM, 13/05/1974, Acta nº 637, p.145.
- (49) Este Delegado do Governo Geral estava sempre presente na apresentação dos relatórios de contas e das actividades do RCM. (AG do RCM, 30/04/1953, Acta nº 44, p.190.)
- (50) RM, Dezembro 1953, nº 209. p.3.
- (51) RM, Maio 1953, nº 202. p.4.
- (52) Os subsídios do Estado aos emissores regionais provinham também das Câmaras Municipais. (António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996)
- (53) RM, Maio 1953, op.cit. p.16. .
- (54) RM, Dezembro 1953, op.cit. p.3.
- (55) Direcção do RCM, 13/10/1957, Acta nº 352, p.190.
- (56) Engº Rufino Matos, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 06/11/1996.
- (57) RM, Outubro 1951, nº 183. p.1.
- (58) RM, Agosto 1956, nº 241. p.2.
- (59) Outros dirigentes do RCM receberiam do Estado, altas condecorações. Para condecorações recebidas pelo RCM, ver revista RM, Agosto 1973, nº 438, p.13. (Direcção do RCM, 18/09/1956, Acta nº 330, p.71.)
- (60) Notícias, 07/08/1956, p.1.

- (61) Recorde-se que, por imperativos ligados ao alargamento da psicossocial, o RCM acabou por instalar, em finais de 1970, próximo da Beira, o Centro Emissor do Dondo, para servir fundamentalmente as emissões de "A Voz de Moçambique". (António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996)
- (62) Para além do RCM, existiam em Moçambique a Emissora do Aero Clube da Beira e a Rádio Pax, ambas orientadas fundamentalmente para uma cobertura regional, a do Distrito de Manica e Sofala, embora as suas emissões fossem captadas noutras regiões do território moçambicano e até mesmo no estrangeiro. É de admitir que o alargamento do mercado publicitário interno durante a década de '60, tenha levado a que as agências de publicidade possam ter estado por detrás da tentativa de quebrar o monopólio do RCM sobre a radiodifusão em Moçambique. (RM, Maio 1970, nº 399, p.58.)
- (63) RM, Outubro 1962, nº 315. p.2.
- (64) RM, Fevereiro 1961, nº 295. p.2.
- (65) Direcção do RCM, 02/08/1973, Acta nº 624, p.54.
- (66) Secretaria de Estado de Informação e Turismo. *Estudo preliminar sobre a cobertura radiofónica do Norte de Moçambique*. Emissora Nacional de Radiodifusão, Direcção dos Serviços Técnicos, Abril 1972.p.6-7.
- (67) Aos avultados investimentos no desenvolvimento do sistema de FM na África do Sul, correspondeu também um esforço pelo próprio Estado para incentivar a venda a preços acessíveis de rádio-receptores de FM entre a população negra sul-africana. (António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996)
- (68) António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996.
- (69) António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996.
- (70) Santana Afonso ingressou no Emissor Regional da Zambézia em 1966, com dezasseis anos de idade. Em 1968 viria a interromper a sua actividade radiofónica. Em 1976, é nomeado delegado da Rádio Moçambique no Emissor Provincial da Zambézia. No início de 1978 é transferido para a sede da Rádio Moçambique em Maputo, onde veio quase sempre a trabalhar na área cultural. Em 1986, a convite da "Deutschwelle" (estação emissora oficial da Rep. Federal Alemã) trabalhou durante cerca de dez anos nesta estação, onde também foi correspondente da Rádio Moçambique. (Ernesto Edgar Santana Afonso, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 28/10/1996)

- (71) Carlos Silva ingressou no RCM em 1951, com quinze anos de idade. À data da sua entrevista era o trabalhador mais antigo da estação emissora oficial moçambicana. Grande parte da sua actividade radiofónica foi dedicada à área da sonorização, tendo também desempenhado várias funções de chefia. Em Novembro de 1996 encontrava-se a desempenhar as funções de Produtor da Direcção de Programas. (Carlos Silva, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 01/11/1996)
- (72) Ernesto Edgar Santana Afonso, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 28/10/1996.
- (73) Direcção do RCM, 13/05/1974, op.cit., p.147.
- (74) RM, Junho 1973, nº 436. p.58.
- (75) Direcção do RCM, 02/08/1973, op.cit., p.55.
- (76) Fizeram-se também sentir ameaças do Governador Geral de enviar para o RCM, agentes da PIDE/DGS, para investigarem o desaparecimento de uma notícia, pressões para demitir o Chefe dos Serviços Redactoriais e constantes reparos pelo Governo Geral aos noticiários produzidos pela delegação do RCM em Lisboa. (Direcção do RCM, 13/05/1974, op.cit., p.145.)
- (77) Direcção do RCM, 02/08/1973, op.cit., p.57.
- (78) Direcção do RCM, 27/01/1974, Acta nº 631, p.94.
- (79) AHM, FGG, Processo 1959/74, Pasta H/17-a, Secretaria Provincial de Moçambique, *Prioridades a estabelecer à Radiodifusão em Moçambique*, Lourenço Marques, 20/06/1973, p. 1-2.
- (80) António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996.

#### IV- AS EMISSÕES NAS LÍNGUAS INGLESA E AFRIKAANS

As excelentes reacções do público ouvinte sul-africano às primeiras emissões do GRCM, resultaram do facto desta estação emissora transmitir um leque musical mais variado e agradável do que aquele transmitido pela "African Broadcasting Company"<sup>(1)</sup>. Cartas enviadas pelos ouvintes sul-africanos davam conta desta tão favorável aceitação, tendo a revista radiofónica sul-africana "Radio Announcer" solicitado, mesmo, ao GRCM autorização para inserir nas suas páginas, a programação da estação emissora de Lourenço Marques. Com esta reacção favorável coincidiu a decisão da Secção de Publicidade dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques de promover, a partir de 14 de Abril de 1933, programas de propaganda dirigidos à União Sul-Africana<sup>(2)</sup>. Face aos insistentes pedidos, não só dos ouvintes sul-africanos, como também dos da Niassalândia e Rodésias, a Direcção do GRCM decidiu introduzir, a partir de Outubro de 1935, uma nova emissão de carácter especial, aos domingos<sup>(3)</sup>.

A decisão da Direcção do GRCM de dar início, a partir de 1936, às emissões em língua inglesa intercaladas com as de português, tinha como objectivo possibilitar a penetração do GRCM no mercado publicitário sul-africano, cada vez mais disponível ao aproveitamento das potencialidades oferecidas por esta estação de radiodifusão, uma vez que a SABC, criada a 1 de Agosto de 1936, não se assumia como uma estação emissora comercial<sup>(4)</sup>. Esta penetração do GRCM no mercado publicitário sul-africano foi apoiada, em 1936, por um esforço de propaganda conduzido pela empresa "General Electrics", com quem o GRCM tinha um contrato publicitário e ainda por jornais, revistas e cinemas da União Sul-Africana, que convidavam o público deste território a escutar as emissões realizadas aos domingos, a partir de Lourenço Marques<sup>(5)</sup>.

A ameaça que representava a concorrência do GRCM cedo perturbou, e de forma bem visível, os agentes comerciais de publicidade na União Sul-Africana. Em meados de 1937, o representante comercial do GRCM neste território, "G.J. McHarry (Pty) Limited", queixava-se do boicote feito por alguns jornais sul-africanos, que se recusavam a fazer publicidade de empresas e de produtos anunciados pelo GRCM, numa clara tentativa de prejudicar a angariação de

publicidade a favor da estação emissora moçambicana<sup>(6)</sup>. A crescente popularidade do GRCM na União Sul-Africana era ainda comprovada pelo anúncio feito, em 1936, pelas casas de venda de rádio-receptores, de que o público na região do Transvaal exigia como condição prévia para a compra destes aparelhos, que os mesmos fossem capazes de captar as emissões feitas a partir de Lourenço Marques<sup>(7)</sup>. A popularidade do GRCM era também demonstrada pelo enorme número de pedidos feitos pelos ouvintes sul-africanos a solicitarem bilhetes da sua Rifa<sup>(8)</sup>.

Inquéritos realizados na União Sul-Africana revelaram, em 1936, que cerca de 80% dos ouvintes deste território davam preferência às emissões do GRCM, as quais segundo Gilberto Túbio, cobriam também praticamente todo o continente africano, a sul do Equador<sup>(9)</sup>. Estas realizações do GRCM não deixavam de constituir um profundo motivo de orgulho colonial que Dias de Castro, num artigo escrito por si na revista "Rádio Moçambique", destacava nos seguintes termos:

"Quantas pessoas, que nem sequer se lembravam que no mundo existiam portugueses, hoje, ao sintonizarem a estrela das emissoras audíveis na África do Sul, têm uma agradável impressão a nosso respeito, pela forma como nos impusemos, pondo ao seu serviço uma estação que embora pequena chega até eles com tanto volume e nitidez ..."<sup>(10)</sup>

Embora as emissões do RCM dirigidas à União Sul-Africana fossem feitas em língua inglesa, a Direcção desta estação emissora achou oportuno que, a partir de 1940, fossem radiodifundidos alguns noticiários em afrikaans, por considerar haver toda a vantagem nessa medida. Essa vantagem estaria relacionada com a tentativa do RCM de, com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, manter – se não mesmo aumentar – o número de ouvintes falantes desta língua<sup>(11)</sup>.

Apesar da Segunda Guerra Mundial ter, até finais de 1943, provocado praticamente a paralisação do mercado publicitário sul-africano, o facto é que o Presidente da Direcção do RCM reconhecia, em Outubro de 1943, que uma grande parte das muito diminutas receitas desta estação de radiodifusão provinha ainda de alguma publicidade feita a produtos e empresas da União Sul-Africana. Esta foi uma das razões que levou o RCM, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, a preocupar-se em tentar manter a popularidade das suas emissões em língua inglesa.

No entanto, em 1943, essa popularidade sofreu uma acentuada quebra, atribuída pelo Capitão António dos Santos Figueiredo à má selecção do tipo de música transmitida<sup>(12)</sup>.

Ainda em Outubro de 1943, o Capitão António dos Santos Figueiredo anunciava, pela primeira vez, a intenção do RCM de proceder ao desdobramento das emissões em língua inglesa<sup>(13)</sup>, projecto que se concretizou a 2 de Fevereiro de 1947, para passar também a incluir emissões em língua afrikaans, com vista a um melhor aproveitamento da reabertura do mercado publicitário sul-africano e em antecipação à criação do serviço radiofónico comercial da SABC<sup>(14)</sup>, muito embora, até Novembro de 1948, a sua secção de produção ainda não tivesse sido criada<sup>(15)</sup>.

Com o desdobramento das emissões nas línguas inglesa e afrikaans, a Direcção do RCM anunciou que as mesmas começariam por ir para o "ar" entre as 18 e 24 horas, durante os dias úteis e, aos domingos, das 9 às 14 horas e das 17 às 24 horas, prevendo-se ainda que pudessem, a curto prazo, passar a um regime diário que se prolongasse das 6 às 24 horas<sup>(16)</sup>. Este desdobramento implicou o aumento significativo do número total de horas de emissão realizado pelo RCM, o qual, em 1947, ascenderia a 4.538h,05m, depois de, em 1946, ter atingido as 2.813 horas<sup>(17)</sup>. Entretanto, a fim de apoiar o esforço de penetração do RCM no mercado publicitário sul-africano, a sua Direcção procurou, em 1947, chegar a um acordo com jornais, revistas e cinemas da União Sul-Africana, visando a divulgação publicitária das suas emissões<sup>(18)</sup>.

Ainda em Janeiro de 1947, a Direcção do RCM decidiu avançar com a contratação, em Londres, de um locutor chefe para a "LM Radio", cujo vencimento seria participado em 60% pelo RCM e em 40% pelo seu representante comercial "G.J. McHarry (Pty) Limited"<sup>(19)</sup>. Em Agosto do mesmo ano foi acordado contratar mais um locutor de língua inglesa, cujo salário seria também suportado em 40% pelo representante comercial do RCM. Ao enorme interesse do agente publicitário "G.J. McHarry (Pty) Limited" em apoiar financeiramente a capacitação da "LM Radio" com locutores de grande qualidade, estava subjacente a sua procura em assegurar futuros contratos com o RCM e com eles obter óptimas contrapartidas financeiras, numa altura em que a estação emissora moçambicana recebia semanalmente £160 de receita bruta e não paravam de aumentar os

contratos publicitários com os agentes económicos da União Sul-Africana<sup>(20)</sup>.

A qualidade da publicidade comercial divulgada através da "LM Radio" chegou mesmo a ser reconhecida, em 1948, por um boletim informativo norte-americano, o "World Wide Radio Notes" que destacava, a este propósito, a decisão de uma empresa dos Estados Unidos da América -EUA de confiar ao RCM, a publicidade dos seus produtos, numa altura em que esta estação emissora anunciava ter praticamente esgotado a venda do tempo de antena reservado a publicidade<sup>(21)</sup>. Em 1950, ano em que foi criada a "Springbok Radio", um inquérito dava a conhecer que o nível de audiências da "LM Radio" nas Rodésias e no Sudoeste Africano (actual Namíbia) era tão elevado que se poderia concluir que a quase totalidade dos possuidores de rádio-receptores nestes territórios sintonizavam, todos os dias à noite, as emissões nas línguas inglesa e afrikaans realizadas a partir de Lourenço Marques<sup>(22)</sup>.

Um inquérito realizado em 1951 no território sul-africano para estudar o impacto da entrada em serviço da "Springbok Radio" revelava que esta estação comercial detinha um auditório diário de 33,2% dos 719.488 ouvintes da União Sul-Africana que escutavam diariamente emissões comerciais. A "LM Radio" detinha 24,3%, revelador do impacto imediato produzido pelo serviço radiofónico comercial da SABC, mas o referido inquérito concluía também que qualquer empresa que pretendesse cobrir a totalidade dos ouvintes das emissões comerciais, não podia consegui-lo sem recorrer, simultaneamente, à "LM Radio" e à "Springbok Radio"<sup>(23)</sup>.

No entanto, em Março de 1955, a concorrência da "Springbok Radio" apresentava-se extremamente preocupante para o RCM, devido à melhoria da sua programação e eficiência técnica, que estavam a provocar uma acentuada queda no nível de audiências da "LM Radio" às horas mais úteis de divulgação publicitária. Para fazer face aquilo que encaravam poder significar praticamente o afastamento do RCM do éter sul-africano, a Direcção desta estação emissora e o seu representante comercial concluíram que era urgente a instalação de um poderoso emissor de ondas médias para cobrir as zonas mais importantes do território sul-africano<sup>(24)</sup>. O ano de 1955 terminaria, efectivamente, com um acentuado declínio das receitas externas de publicidade, as quais atingiram o montante de Esc.

12.111.712\$40 (Esc. 11.410.423\$70, da União Sul-Africana e Esc. 701.288\$70, dos EUA)<sup>(25)</sup> quando em 1954, elas haviam atingido Esc. 22.810.000\$00 (Esc. 21.682.000\$00, da União Sul-Africana e Esc. 1.128.000\$00, dos EUA)<sup>(26)</sup>.

Colocar ao serviço da "LM Radio" o potente emissor de 100 kW, inaugurado em Agosto de 1956, foi a solução técnica encontrada pelo RCM para uma cobertura mais eficiente do território sul-africano. Em Agosto de 1957, o representante comercial do RCM reconhecia que este emissor havia contribuído significativamente para a recuperação do prestígio da "LM Radio" junto dos ouvintes sul-africanos<sup>(27)</sup>. Com o objectivo de melhorar ainda mais a cobertura radiofónica da África do Sul, o representante comercial do RCM veio propor, em finais de 1957, contribuir com £10.000 para a compra de um novo emissor de 10 kW para ondas curtas, mas, em compensação solicitava a extensão do seu contrato com o RCM, por mais cinco anos, o que a Direcção desta estação emissora aceitou<sup>(28)</sup>. Entretanto, com a perspectiva de entrada em serviço do emissor de 100 kW, o RCM dava a conhecer, em Março de 1956, a existência de um contrato com a empresa norte-americana "Pan American Broadcasting Company" para esta actuar como seu representante comercial nos Estados Unidos da América<sup>(29)</sup>. Pelo menos desde 1954, algumas receitas externas de publicidade do RCM provinham directamente de empresas de publicidade deste país que visavam os consumidores sul-africanos. Com o emissor de 100 kW abriam-se, assim, para o RCM, maiores perspectivas de exploração do mercado publicitário norte-americano<sup>(30)</sup>.

Apesar de uma melhoria nos níveis de audiência entre os ouvintes sul-africanos – pelo menos até ao primeiro semestre de 1957 – a melhoria da programação da "Springbok Radio" voltava, no início de 1958, a provocar uma queda nas audiências da "LM Radio". Para o representante comercial do RCM na África do Sul, uma das principais causas desta situação derivava da fraca qualidade dos programas emitidos e da selecção musical que os preenchia. O facto, ainda, da Direcção do RCM manifestar a preocupação de proceder ao recrutamento de locutores de língua afrikaans e propor mesmo, uma maior preponderância desta língua nas emissões da "LM Radio", sem contudo afectar, tanto quanto possível, a locução em inglês, sugere por um lado, que a "Springbok Radio" estaria progressivamente a aumentar a sua utilização da língua afrikaans e por outro, que o

representante comercial do RCM não estaria a fazer uma leitura acertada da evolução do comportamento do auditório sul-africano<sup>(31)</sup>.

Para fazer face à crescente concorrência da “Springbok Radio”, o representante comercial do RCM propôs, em finais de 1960, a realização e gravação na cidade sul-africana de Joanesburgo, de alguns programas a emitir pela “LM Radio”, devido à necessidade de incorporar talentos humanos e recursos técnicos de maior valor existentes na África do Sul. A Direcção do RCM concordou com esta proposta mas na condição de que a mesma fosse feita a título experimental por implicar grandes gastos financeiros<sup>(32)</sup>.

Para além da previsão de perdas de receitas publicitárias provenientes da Rodésia do Sul devido à projectada instalação da Televisão neste território<sup>(33)</sup>, o RCM passava a ter, no mesmo ano de 1962, uma outra fonte de preocupação – o projecto de criação, na cidade angolana de Sá da Bandeira (actual Lubango) – de uma estação emissora a emitir em inglês, afrikaans e alemão para a África Ocidental, Província sul-africana do Cabo e territórios das Rodésias e Sudoeste Africano<sup>(34)</sup>. Em Julho de 1962 era anunciada, para breve, a concretização deste projecto, com a criação da Rádio Comercial de Angola emitindo em português para o território angolano e em alemão e afrikaans para o Sudoeste Africano, o que sugere terem surtido efeito as diligências feitas pela Direcção do RCM no sentido de evitar o surgimento de mais uma fonte de concorrência entre, principalmente, os ouvintes sul-africanos<sup>(35)</sup>.

Um estudo técnico conduzido pelo Gerente-Geral do RCM, João Pinheiro, sobre as condições de recepção das emissões da “LM Radio” em algumas das principais cidades da União Sul-Africana revelava, em Junho de 1961, que para além de um maior número e potência dos seus emissores, a “Springbok Radio” gozava, ainda, de uma clara vantagem por possuir ao seu serviço antenas mais sofisticadas que permitiam obter um rendimento muito eficaz dos seus emissores. O referido estudo recomendava que o RCM deveria, dentro das suas possibilidades técnicas e financeiras, procurar atenuar estas vantagens da “Springbok Radio” e, sobretudo, adquirir novos emissores para uma melhor cobertura da Província do Natal e da região oriental da Província do Cabo, uma vez que as emissões da “LM Radio” estavam orientadas predominantemente para a região do Rand e região

central da Província do Cabo<sup>(36)</sup>. Durante a década de '60 e até 1974, a "LM Radio", para além de utilizar emissores em ondas curtas para as suas emissões destinadas a servir a Província do Transvaal, utilizava também, mas só durante o período nocturno, emissores em ondas médias<sup>(37)</sup>.

Em finais de 1963, a revista "Rádio Moçambique", citando um artigo recentemente publicado no jornal sul-africano "The Star", dava a conhecer que cerca de um ano depois da SABC ter começado a introduzir o sistema de emissões em FM, a "LM Radio" tinha conseguido manter o seu valor como serviço radiofónico comercial, graças à aposta na progressiva melhoria da sua programação<sup>(38)</sup>. Em Maio de 1965, um relatório da Direcção do RCM destacava que um recente inquérito realizado na África do Sul concluiu que a "LM Radio" tinha conquistado a preferência do importante auditório sul-africano compreendido entre os 16 e 25 anos de idade, o que traduzia uma clara aposta do RCM em conquistar este segmento de ouvintes<sup>(39)</sup>.

A acompanhar a melhoria da programação da "LM Radio" estava a intenção da Direcção do RCM de a dotar de locutores de língua inglesa com renome internacional. Em Fevereiro de 1964, o representante comercial do RCM na África do Sul, "Davenport & Meyer"<sup>(40)</sup> anunciava a contratação do locutor Clark McKay e, no mês seguinte, a de Leslie Sullivan, que passaram a ser os locutores mais bem pagos de todo o continente africano<sup>(41)</sup>. Foi sempre uma aposta da Direcção do RCM colocar ao serviço da "LM Radio" locutores de reconhecida competência, cuja popularidade foi reconhecida em inúmeras ocasiões, como no caso de um concurso promovido em 1961, na África do Sul, pela revista "Film Worlds" que seleccionou Evelyn Martin e David Davies, como os dois melhores locutores de língua inglesa no continente africano, a sul do Equador<sup>(42)</sup>.

No início de 1971, voltava a ser mencionada a instalação em território swázi, de uma estação emissora comercial, mas desta vez envolvendo interesses norte-americanos<sup>(43)</sup>. Uma referência a este projecto foi feita, em 1962, com base num artigo do jornal sul-africano "Sunday Times", o qual destacava o interesse do Ministério das Colónias britânico em combater a enorme dependência da população swázi e colona em relação às emissões da SABC. A vantajosa localização geográfica do território swázi teria levado interesses financeiros britânicos a

movimentarem-se no sentido de Londres dar luz verde à instalação de uma estação emissora comercial orientada prioritariamente para servir não só os ouvintes sul-africanos, mas também os das Rodésias. A referência feita ainda pelo referido jornal de que um importante grupo financeiro ligado ao RCM havia sido convidado para se juntar ao projecto, poderá ser interpretada como uma tentativa de comprometer, perante as autoridades governamentais sul-africanas, a imagem do RCM, uma vez que Pretória poderia recear que a criação de uma estação emissora na Swazilândia, mesmo que comercial, viesse a constituir um instrumento de propaganda política contra o regime do "Apartheid"<sup>(44)</sup>.

Apesar das receitas de publicidade externa conseguidas pela "LM Radio" terem sido em 1970, superiores às de 1969<sup>(45)</sup>, o facto é que em Abril de 1974, a Direcção do RCM não escondia a sua preocupação quanto à renovação, em condições vantajosas, do seu contrato comercial com a SABC<sup>(46)</sup> previsto para o ano seguinte e que estava a render 60.000 Randes por mês, à estação emissora moçambicana. Esta preocupação derivava do território sul-africano estar praticamente coberto pelo sistema de emissões em FM, que conferia uma enorme vantagem qualitativa às emissões da "Springbok Radio", o que levava a Direcção do RCM a prever acentuadas quedas de receitas por carência de anunciantes, apesar do acordo entre as autoridades governamentais portuguesas e sul-africanas que visava garantir ao RCM uma parcela razoável do mercado publicitário sul-africano<sup>(47)</sup>.

## NOTAS

- (1) António Alves da Fonseca, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 04/11/1996.
- (2) Notícias, 13/04/1933, p.1.
- (3) Notícias, 23/10/1935, p.5.
- (4) RM, Dezembro 1936, nº 18, p.3.
- (5) RM, Julho 1936, nº 14, p.7.
- (6) Direcção do GRCM, 22/04/1937, Acta nº 12, p.20.
- (7) RM, Dezembro 1936, loc.cit.
- (8) RM, Maio 1937, nº 24, p.2.
- (9) RM, Outubro 1936, nº 17, p.1.
- (10) RM, Agosto 1936, nº 15, p.2.
- (11) Foi também proposta a introdução de noticiários em língua francesa. Não há confirmação de que o RCM tenha, durante a Segunda Guerra Mundial, radiodifundido noticiários na língua afrikaans. (Direcção do RCM, 20/01/1940, Acta nº 81, p.180.)
- (12) Para o Capitão António dos Santos Figueiredo, em vez de música inglesa e sul-africana que os ouvintes da União Sul-Africana já conheciam, o RCM deveria radiodifundir mais música espanhola, francesa, argentina e portuguesa. (Direcção do RCM, 06/10/1943, Acta nº 129, s.p.)
- (13) Direcção do RCM, 06/10/1943, Acta nº 129, s.p.
- (14) Direcção do RCM, 30/01/1947, Acta nº 160, s.p.
- (15) Direcção do RCM, 13/11/1948, Acta nº 179, s.p.
- (16) Há indicações de que, numa primeira fase, o horário das emissões cumprido pela "LM Radio" era inferior ao anunciado para ter lugar a partir de 2 de Fevereiro de 1947. O horário de emissões da "LM Radio" viria depois a prolongar-se sucessivamente, a fim de responder ao crescente número de contratos publicitários. (Direcção do RCM, 30/01/1947, Acta nº 160, s.p.)
- (17) RM, Abril 1948, nº 141, p.2.
- (18) Em retribuição, o RCM faria a divulgação publicitária desses mesmos jornais, revistas e cinemas. (Direcção do RCM, 30/01/1947, Acta nº 160, s.p.)
- (19) Direcção do RCM, 30/01/1947, Acta nº 160, s.p.
- (20) Direcção do RCM, 19/08/1947, Acta nº 166, s.p.
- (21) RM, Junho 1948, nº 143, p.5.
- (22) RM, Novembro 1950, nº 172, p.2.

- (23) RM, Dezembro 1951, nº 185, p.2-3.
- (24) Direcção do RCM, 11/03/1955, Acta nº 276, p.233.
- (25) Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1955, p.12.
- (26) AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, p.3.
- (27) Direcção do RCM, 20/08/1957, Acta nº 349, p.173-174.
- (28) Direcção do RCM, 15/11/1957, Acta nº 353, p.202.
- (29) Direcção do RCM, 06/03/1956, Acta nº 316, p.38.
- (30) A partir de 1966, deixa de haver qualquer referência à captação de receitas publicitárias pelo RCM, provenientes de empresas de publicidade norte-americanas. (AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, loc.cit.)
- (31) Direcção do RCM, 25/02/1958, Acta nº 361, p.242-243.
- (32) Direcção do RCM, 17/11/1960, Acta nº 411, p.41.
- (33) Direcção do RCM, 01/06/1960, Acta nº 404, p.6.
- (34) O Presidente da Direcção do RCM informou que já tinha transmitido, ao Governo Geral da Colónia de Moçambique, a preocupação da sua instituição e que pretendia, junto das autoridades coloniais de Angola, obter informações mais precisas sobre o referido projecto. (Direcção do RCM, 17/11/1960, Acta nº 411, op.cit., p.40-41.)
- (35) Notícias, 27/07/1962, p.2.
- (36) Direcção do RCM, 01/06/1961, Acta nº 423, p.123-125; 127.
- (37) As ondas curtas têm a vantagem de ter um grande alcance mas as suas emissões são de menor qualidade, comparativamente às ondas médias que, devido ao seu tipo de propagação cobrem apenas zonas mais próximas. No entanto, durante o período nocturno estas passam a beneficiar da sua reflexão pela ionosfera. (Eng<sup>o</sup> Rufino Matos, entrevistado por Ernesto Barbosa, Maputo, 06/11/1996)
- (38) RM, Dezembro 1963, nº 329, p.17.
- (39) RM, Maio 1965, nº 346, p.3.
- (40) Das fontes consultadas, trata-se da primeira referência à existência de um novo representante comercial do RCM na África do Sul. (Notícias, 25/02/1964, p.3.)
- (41) Este reforço em locutores estava também relacionado com o início das 24 horas diárias de emissão pela "LM Radio", a partir de Março de 1964. (Notícias, 04/03/1964, p.3.)
- (42) Notícias, 20/07/1961, p.12.

- (43) Na opinião de um responsável da "LM Radio", a entrada em serviço desta estação emissora comercial não prejudicaria o RCM, já que ela exploraria um campo musical diferente, baseado mais em música "soul", muito pouco divulgada entre os ouvintes da "LM Radio". O único provável ponto de concorrência situar-se-ia ao nível dos programas religiosos, que a "LM Radio" emitia diariamente no período nocturno durante 90 minutos. (Notícias, 13/02/1971, p.9.)
- (44) Não há qualquer referência à existência de uma ligação entre o RCM e um importante grupo financeiro estrangeiro. O que existiu foi o contrato entre o RCM e o seu agente publicitário para a África do Sul. (Notícias, 10/04/1962, p.12.)
- (45) Notícias, 13/02/1971, loc.cit.
- (46) Referência à SABC como representante comercial do RCM na África do Sul é feita pela revista "Rádio Moçambique" datada de Julho 1973, nº 437, na página 1.
- (47) Direcção do RCM, 19/04/1974, Acta nº 634, p.113-114.

## CONCLUSÃO

Independentemente das razões apontadas como estando na base da criação do GRM, é necessário e justo reconhecer-se que a introdução da radiodifusão em Moçambique não teria ocorrido, no início da década de '30 se não fosse o espírito de iniciativa e de entrega, de homens como Augusto das Neves Gonçalves e Alberto José de Moraes.

Foi o espírito empreendedor desses homens – na sua maior parte funcionários da administração pública colonial – que levou o Governo Geral de Moçambique a introduzir, em 1932 e 1933, disposições legislativas que favoreceram o desenvolvimento da radiodifusão na Colónia.

A fraca captação de receitas internas de publicidade radiofónica, a relutância dos possuidores de rádio-receptores em se tornarem sócios do GRM e, ainda, a insuficiente ajuda financeira prestada pelas instituições do Estado levaram a que esta estação emissora apostasse – particularmente a partir de 1936 – na sua transformação em rádio comercial. O objectivo desta transformação foi o de tentar explorar o promissor mercado publicitário sul-africano, a que o Estado Colonial não colocou quaisquer impedimentos.

No entanto, o GRM/RCM compreendeu que o sucesso dessa aposta e o arranque definitivo a favor do desenvolvimento da sua instituição (que viria a ter lugar entre 1936 e 1939) só seria possível caso o próprio Estado passasse a prestar um apoio mais substancial. É que, apesar do rápido aumento das receitas externas de publicidade radiofónica, a garantia firme de que esse desenvolvimento pudesse vir, efectivamente, a ter lugar teria que necessariamente passar por um maior apoio financeiro da parte do Governo Geral de Moçambique e, sobretudo, do Governo Central em Lisboa, através da isenção do pagamento de direitos aduaneiros aquando da importação dos emissores e outro equipamento radiofónico que o RCM pretendia adquirir. A fim de conseguir estes apoios, o RCM jogou com os argumentos de que a sua instituição era uma obra fruto do esforço dos colonos de Moçambique, de que constituía uma importante fonte de receitas para os cofres da Colónia e, sobretudo, o da sua importância como um instrumento fundamental na propaganda da colonização portuguesa em África.

A partir de 1937, aos argumentos avançados pelo RCM, o Estado reagiu de forma positiva, sobretudo à medida que se apercebia das vantagens políticas e económicas ligadas à crescente penetração desta estação emissora no mercado publicitário da União Sul-Africana e ao aumento da popularidade das suas emissões no continente africano, a sul do Equador. Constituiu também motivo para que o Governo da Colónia passasse a assumir uma atitude mais interveniente no desenvolvimento do RCM e, mercê desta, levar esta estação emissora a servir, na prática, como estação emissora oficial. Se o RCM correspondia plenamente aos propósitos políticos e económicos da Colónia, que justificação poderia ter o Estado colonial para pretender instalar, no território moçambicano, uma estação emissora oficial, o que implicaria, para si, grandes encargos financeiros e acrescidas responsabilidades de gestão?

Perante a grave crise financeira com que o RCM se debateu durante quase toda a Segunda Guerra Mundial, o Governo Central aprovou a concessão de um auxílio financeiro de emergência que impediu a cessação das actividades desta estação emissora, numa demonstração clara da sua importância como instituição de utilidade pública. Com a concessão deste auxílio financeiro abriu-se, também, um novo ciclo de relacionamento entre o Governo da Colónia e o RCM, que levou naturalmente esta estação emissora a um ainda maior alinhamento com os interesses do Estado. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Governo Central viria, de novo, a apoiar, através da isenção do pagamento de direitos aduaneiros a aquisição de novos emissores de que o RCM precisava a fim de poder regressar em força ao mercado publicitário sul-africano. Às autoridades governamentais portuguesas interessava, claramente, apoiar o RCM nestes seus esforços para se antecipar ao surgimento do serviço radiofónico comercial da SABC.

Ao Estado apresentava-se como vital que o RCM fosse capaz de deter uma parcela razoável do mercado publicitário sul-africano, fonte da esmagadora maioria das receitas financeiras da estação emissora moçambicana. Face à forte concorrência comercial imposta pela "Springbok Radio", na década de '60, graças ao sistema de radiodifusão em FM introduzido no território sul-africano, as autoridades governamentais portuguesas viram-se forçadas a negociar com o regime de Pretória, com vista a assegurar a sobrevivência financeira do RCM. Do

interesse do RCM e do próprio Estado colonial era que aquela estação emissora detivesse o monopólio das receitas externas de publicidade radiofónica. Foi com este objectivo que se situou a mediação do Governo Geral nas negociações realizadas em 1956, entre o RCM e a Emissora do Aero Clube da Beira. Para o Estado era vital criar as condições necessárias que favorecessem a estabilidade financeira do RCM, uma vez que a esta estação emissora foi delegada a missão de criar as condições técnicas e também, em grande medida, a de suportar os custos financeiros, da expansão da cobertura radiofónica do território moçambicano.

A eclosão da guerra colonial veio tornar mais premente essa expansão, fundamentalmente, para servir de suporte ao esforço da psicossocial com as suas emissões de "A Voz de Moçambique", o que veio proporcionar ao RCM, praticamente, a hegemonia no domínio da radiodifusão em Moçambique.

A partir do início da década de '70, o inter-relacionamento RCM-Estado passou a marcar-se, claramente, por frequentes situações de conflito. Para o RCM, o seu esforço financeiro no apoio à psicossocial estava a tornar-se inoportável. Para o Estado, o RCM não estava a corresponder aos mais altos interesses políticos da Colónia, apesar das condições políticas criadas com vista a favorecer a estabilidade financeira desta estação de radiodifusão.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

### **A. Documentos não publicados**

#### **ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE:**

#### **FUNDO DO GOVERNO GERAL (FGG), Século XX:**

CX 702, Processo 1959/74, Pasta H/17- a), *Rádio Telefonia: a) Rádio Clube de Moçambique/Televisão, 1973/74.* (apesar da indicação do período 1973/1974, foram encontrados documentos com datas muito anteriores)

#### **FITATECA DA RÁDIO MOÇAMBIQUE:**

*Livro de Actas da Assembleia Geral do GRM/RCM:* desde 01/08/1932, Acta nº 1 até 26/04/1974, Acta nº 88.

*Livro de Actas da Direcção do GRM/RCM:* desde 28/02/1934, Acta nº 3 até 15/08/1934, Acta nº 13; desde 25/01/1935, Acta nº 1 até 13/05/1974, Acta nº 637; 09/11/1974, Acta nº 654.

*Livro de Actas da Comissão Administrativa do RCM:* desde 13/05/1974, Acta nº 638/CA até 22/08/1974, Acta nº 653/CA.

*Relatórios da Direcção do RCM:* desde 1940 até 1943; desde 1955 até 1971.

Secretaria de Estado de Informação e Turismo. *Estudo preliminar sobre a cobertura radiofónica do Norte de Moçambique.* Emissora Nacional de Radiodifusão, Direcção dos Serviços Técnicos, Abril 1972.

## B. LIVROS, ARTIGOS E BROCHURAS

CASTELO-BRANCO, Fernando. A Radiodifusão dos discursos de Salazar como factor da sua ascensão política. In *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia, 1926-1954*. Lisboa: Editorial Fragmentos Lda., Vol.II, Setembro 1987, p.245-250.

CELLIERS, Des (compil. e ed.). *60 Years of SABC Broadcasting, 1936-1996*. 1996, p.1-12. (Trata-se de um trabalho que aparece num suplemento de uma publicação que não foi possível identificar)

GADSEN, Fay. Wartime Propaganda in Kenya: the Kenya Information Office, 1939-1945. In Bennet, Norman R. (ed.) *The International Journal of African Historical Studies*. Boston: African Studies Center, 1986, Vol.19, nº 3, p.401-420.

HAILEY, Lord. *An African Survey, 1956: A study of problems arising in Africa South of the Sahara*. Oxford: Oxford University Press, 1957.

*História do Rádio Clube de Moçambique*, Março de 1959.

HOLBROOK, Wendel P. British Propaganda and the Mobilization of the Gold Coast War Effort, 1939-1945.. In Brett, M. et al (ed.) *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, Vol.26, nº 4, p.347-361.

KUIN, Simon. A aventura da rádio. *Revista Expresso*, 05/08/1995, nº 1188, p.37-39.

LIMA, Alfredo Pereira de. *Para a História das Comunicações em Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Empresa Moderna S.A.R.L., 1974.

MAUPERINN, Maria José. Aqui Lisboa, Emissora Nacional. *Revista Expresso*, 05/08/1995, nº 1188, p.24-36.

MAUPERINN, Maria José. A idade da inocência. *Revista Expresso*, 20/07/1996, nº 1238, p.29-41.

ROSADO, A. *Como era Lourenço Marques há 50 anos?* Lourenço Marques: Notícias, 1949.

SECRETARIA PROVINCIAL DE COMUNICAÇÕES. *Moçambique: Comunicações, 1970-1973*. Lourenço Marques, 1974.

### C. PERIÓDICOS

*Anuário do Ultramar Português*, 1969.

*Anuário Estatístico do Ultramar*: desde 1959 até 1971.

*Anuário de Lourenço Marques*: 1934; 1943; 1946; 1947.

*Anuário de Moçambique*: desde 1948 até 1973.

*Anuário Estatístico de Moçambique*: desde 1941 até 1973.

*Lourenço Marques Guardian (LMG)*: 03/07/1924; 10/07/1924; desde 01/02/1932 até 31/12/1933; 27/07/1937; 28/08/1937.

*Notícias*: desde 01/06/1932 até 31/12/1974.

*O Brado Africano*: desde 05/04/1958 até 28/07/1962.

*Rádio Moçambique (RM)*: desde Maio 1935, nº 1 até Dezembro 1973, nº 442.

### D. LEGISLAÇÃO

*Aprovação da nova redacção dos artigos 48º e 49º dos estatutos do RCM*, BO nº 37, I Série, Portaria nº 366/73, 27/03/1973, p.381.

*Aprovação das alterações requeridas pelo RCM ao artigo 31º dos seus estatutos*, BO nº 48, I Série, Portaria nº 4.932, 05/12/1942, p.818.

*Aprovação dos estatutos do GRCM*, BO nº 30, I Série, Portaria nº 1.723, 23/07/1932, p.357-360.

*Aprovação dos estatutos do Rádio Clube da Zambézia-Chinde*, BO nº 22, I Série, Portaria nº 3.406, 01/06/1938, p.240-242.

*Aprovação dos novos estatutos do RCM*, BO nº 5, I Série, Portaria nº 6.784, 01/02/1947, p.53-57.

*Criação da taxa de radiodifusão*, BO nº 46, I Série, Dip.Leg. nº 2029, 14/11/1960, p.1555-1556.

*Determinação do RCM passar a instituição de utilidade pública*, BO nº 47, I Série, Portaria nº 7.586, 20/11/1948, p.601.

*Pagamento de taxa pelas entidades exploradoras dos serviços de publicidade radiofónica comercial*, BO nº 50, I Série, Portaria nº 9.105, 15/12/1951, p.958.

*Pagamento da taxa de radiodifusão extensiva aos aparelhos rádio-receptores fabricados ou montados na Colónia*, BO nº 14, I Série, Dip.Leg. nº 2473, 08/04/1964, p.477-478.

*Proibição de funcionamento de todas as instalações rádio-eléctricas e rádio-telegráficas particulares e de amadores*, BO nº 48, I Série, Decreto-Lei nº 29.937, 29/11/1939, p.398-399.

*Publicação do Decreto-Lei nº 17.899 de 27/01/1930*, BO nº 40, I Série, 01/10/1932, p.435-436.

*Regulamento dos Serviços de Publicidade Radiofónica Comercial*, BO nº 50, I Série, Portaria nº 13.347, 16/12/1950, p.577-578.

*Regulamento sobre a existência e uso de rádio-receptores*, BO nº 33, I Série, Portaria nº 768, 16/08/1924, p.167-169.

*Regulamento sobre a instalação, exploração e uso de rádio-emissores e receptores,*  
BO nº 17, I Série, Dip.Leg. nº 377, 29/04/1933, p.144-145.

*Regulamento sobre a instalação, exploração e uso de rádio-emissores e receptores,*  
BO nº 42, I Série, Dip.Leg. nº 570, 20/10/1937, p.434-435.

#### **E. ENTREVISTAS**

**AFONSO, Ernesto Edgar Santana**

Data: 28/10/1996

Local: Maputo

**FONSECA, António Alves da**

Data: 04/11/1996

Local: Maputo

**LILIANGA, Ester**

Data: 23/10/1996

Local: Maputo

**MACUNGUEL, Ilda Isabel Estevão**

Data: 26/10/1996

Local: Maputo

**MATOS, Rufino**

Data: 06/11/1996

Local: Maputo

**SILVA, Carlos**

Data: 01/11/1996

Local: Maputo



**ANEXOS**

**ANEXO 1: BIOGRAFIAS DE ALGUNS PRESIDENTES DA DIRECÇÃO  
DO RCM**

## BIOGRAFIA DO DR. ANTÓNIO DE SOUSA NEVES

Nasceu em Moçâmedes, Angola, tendo residido em Moçambique durante quarenta e um anos. Faleceu com 69 anos de idade.

Depois de se licenciar em Direito pela Universidade de Lisboa em 1925, veio para Moçambique em 1927, para exercer a advocacia na Ilha de Moçambique para, seis anos mais tarde, vir a fixar-se em Lourenço Marques.

Em 1935 foi chamado a assumir a presidência da Direcção do GRCM., cargo que manteve até 1941, e a ele se devendo o primeiro grande impulso no desenvolvimento desta estação de radiodifusão.

Dedicado a iniciativas de carácter cultural, foi fundador do Núcleo de Arte de Lourenço Marques e Director da revista "África". Foi ainda Presidente de Direcção do Grupo Desportivo de Lourenço Marques.

No campo profissional exerceu as funções de delegado e advogado da firma "Transvaal and Delagoa Bay Investment Company, Limited". Foi também Presidente da Assembleia Geral da Companhia de Seguros Nauticus.

Fontes: Notícias, 24/05/1968, p.3; 10.

Notícias, 05/02/1936, p.2.

R.M., Junho 1968, nº 376, p.47.

## BIOGRAFIA DO CAPITÃO ANTÓNIO DOS SANTOS FIGUEIREDO

Nasceu em Lamego, Portugal, a 24/09/1899, tendo falecido em Lisboa, a 14/09/1965. Veio para Moçambique em 1920 como oficial do exército e, já desligado da vida militar, viria a ocupar o cargo de Chefe dos Serviços de Estatística, a convite do Governador-Geral, Coronel José Cabral.

Durante trinta anos exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Câmbios, tendo sido incumbido de diversas missões governamentais de alto nível relacionadas com a vida económica e política da Colónia. Considerado um dos mais distintos funcionários do aparelho estatal da Colónia, foi por diversas vezes louvado.

Para além de Presidente da Direcção do RCM entre 1941 a 1965, desempenhou funções de membro da comissão consultiva da União Nacional, fiscal do Governo junto do Banco Emissor, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Nauticus e, pouco antes da sua morte, fez parte do Conselho Director do "Barclays Bank".

Envolvido, também, em iniciativas no campo cultural, participou na organização do Arquivo Histórico de Moçambique, na publicação do documentário trimestral "Moçambique", órgão de estudo e divulgação da Colónia, e na tradução de algumas obras sobre História e Antropologia. Foi ainda membro do Núcleo de Arte de Lourenço Marques, ligado, principalmente, à secção de teatro, e Presidente, por diversas vezes, da Direcção do Grupo Desportivo de Lourenço Marques.

Fontes: R.M., Setembro 1965, nº 350, p.3-4.

R.M., Março 1947, nº 133, p.2.

R.M., Julho-Dezembro 1947, nº 137, p.7.

## **BIOGRAFIA DE HUMBERTO ALBINO DAS NEVES**

Nasceu em Lourenço Marques a 11/02/1914. Após ter permanecido onze anos em Portugal regressou a Lourenço Marques para ingressar na carreira aduaneira tendo, a partir de 1969, assumido o cargo de Director dos Serviços de Alfândega de Moçambique. Entre 1964 e 1968 foi, em comissão de serviço, Presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques.

Entre 1955 e 1960, foi também Presidente da Câmara Municipal de Inhambane e, por diversas vezes, Delegado do Procurador da República em Tete, João Belo e Inhambane e, ainda, Procurador à Câmara Corporativa, entre 1966 e 1969.

Patrono honorário da Associação de Pioneiros da África do Sul "Louis Trichardt Foundation" foi, durante vários anos, dirigente do Grupo Desportivo de Lourenço Marques e membro do seu Conselho Geral.

Fonte: R.M., Julho 1973, nº 437, p.34.

**ANEXO 2: - LISTA DOS PARTICIPANTES À ASSEMBLEIA GERAL  
CONSTITUTIVA DO GRM**

**- LISTA DOS CORPOS GERENTES DO GRM/RCM, 1932-  
1974**

**LISTA DOS PARTICIPANTES À ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUTIVA  
DO GRÉMIO DOS RADIÓFILOS DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE**

1. Aniano Mendes Serra
2. Alberto José de Moraes
3. Augusto das Neves Gonçalves
4. Domingos A.P. Barreto
5. Firmino José Sarmiento
6. Florindo Ribeiro
7. Luíz Rodrigues
8. Jaime Corte Real
9. Paulo Armando Ribeiro
10. João Gonçalves Martinho
11. Caetano da Cunha
12. Hilário Rodrigues Coelho
13. Vital dos Reis Nicolau
14. Albertino Silva Cabacinhas
15. Maximiano Bernardes
16. Alberto C. Vieira da Cruz
17. Américo Salcedas Pais
18. José Martins Marques
19. Mário Fernando Souteiro

Fonte: R.M., 1 Junho 1935, nº 2, p.14.

Corpos Gerentes do GRCM (1932-1933)

Assembleia Geral:

Presidente - Firmino J. Lopes Sarmento

Vice-Presidente - Jaime de Pina Corte Real

Direcção:

Presidente - Aniano Mendes Serra

Vice-Presidente - Alberto José de Morais

Secretário - Augusto das Neves Gonçalves

Tesoureiro - Ernesto de Brito

Vogal - Abílio de Brito

Vogais Suplentes - Jacinto David dos Reis; João Gonçalves Martinho

Conselho Fiscal - Pedro Lúcio de Assunção; Augusto da Cruz; Luíz Rodrigues;  
Mário F. Souteiro

Suplentes - Henrique Pereira; Américo Salcedas Pais

Fonte: A.G do GRCM, 01/08/1932, Acta nº 1, p.1.

Corpos Gerentes do GRCM (1934-1935)

Assembleia Geral:

Presidente - Comandante José Cardoso

Vice-Presidente - Jaime de Pina Corte Real

1º Secretário - Paulo Armando Pereira

2º Secretário - Florindo Ribeiro

Direcção:

Presidente - Galvão de Magalhães \*

Vice-Presidente - Raul de Carvalho

Secretário - Fernando Flores Cardoso \*\*

Tesoureiro - Mário David \*\*\*

Vogal - Amaro Neves da Gama

Vogais Suplentes - Ernesto Augusto Ferreira; Jacinto D. Dos Reis \*\*\*\*

Conselho Fiscal - José da Costa Fialho; J.Dias Morgado; Octávio de Carvalho

Suplentes - Augusto da Cruz; Américo Salcedas Pais

Conselho Técnico - Lourinha e Ramos; Mário Souteiro; Luíz Rodrigues

\* Não aceitou o cargo e foi substituído por Aniano Mendes Serra

\*\* Não aceitou o cargo e foi substituído por Abílio Brito

\*\*\* Recusou também o cargo e foi substituído por Jacinto dos Reis

\*\*\*\* substituído por João Gonçalves Martinho

Fontes: AG do GRCM, 02/01/1934, Acta nº 2, p.3.

AG do GRCM, 23/01/1934, Acta nº 3, p.5-6.

Corpos Gerentes do GRCM (1935-1936)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz

Vice-Presidente - Carlos Humberto da Graça

1º Secretário - João Carlos Ahrens Teixeira

2º Secretário - António Mesquita

Direcção:

Presidente - Dr. António de Sousa Neves

Vice-Presidente - Gilberto Gonçalves Túbio

Secretário - Armando Ribeiro

Tesoureiro - Jacinto dos Reis

Vogal - Miguel Sampaio

Vogais Suplentes - Jaime de Pina Corte Real; João Bernardo Abrantes

Director Artístico - Roque Luíz Ferreira

Director Técnico - Luíz Rodrigues

Director de Locução - Mário Souteiro

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos da Cunha Carmona e Silva

Membros - Caetano Campo; Alfredo Santos Gil

Suplentes - Ernesto de Brito; Oscar Morbey

Fonte: AG do GRCM, 19/01/1935, Acta nº 4, p.8-9.

Corpos Gerentes do GRCM (1936-1937)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz

Vice-Presidente - Carlos Humberto da Graça

1º Secretário - Abílio de Brito

2º Secretário - António Braz

Direcção:

Presidente - Dr. António de Sousa Neves

Vice-Presidente - Gilberto Gonçalves Túbio

Secretário - Oscar Morbey

Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Armando Ribeiro

Vogais Suplentes - João Bernardo Abrantes; Mário Souteiro

Conselho Técnico - Virgílio Rodrigues

Director Artístico - Jorge Gouveia

Director de Locução - José Rito

Conselho Fiscal:

Membros - Carlos da Cunha Carmona e Silva; Caetano Campo; Alfredo Santos Gil.

Suplentes - Luíz Rodrigues; Augusto das Neves Gonçalves

Fonte: AG do GRCM, 25/01/1936, Acta nº 6, p.16.

Corpos Gerentes do GRCM (1937-1938)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz  
Vice-Presidente - Capitão Humberto Luna de Oliveira  
1º Secretário - Abílio de Brito  
2º Secretário - António Braz

Direcção:

Presidente - Dr. António de Sousa Neves  
Vice-Presidente - Gilberto Gonçalves Túbio  
Secretário - Artur Passos da Silva Meirim  
Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Joel Pascoal  
Vogais Suplentes - Oscar Morbey; Hermínio Urze

Conselho Técnico:

Director Técnico - Augusto das Neves Gonçalves  
Director Artístico - Armando Ribeiro  
Director de Locução - José Rito

Conselho Fiscal:

Membros - Alfredo Santos Gil; Carlos Humberto da Graça; Carlos Aragão

Fonte: AG do GRCM, 25/01/1937, Acta nº 8, p.24.

Corpos Gerentes do RCM (1938)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - Abílio de Brito

2º Secretário - Carlos Ferreira

Direcção:

Presidente - Dr. António de Sousa Neves

Vice-Presidente - Gilberto Gonçalves Túbio \*

Secretário - Manuel Fonseca

Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Hermínio Urze

Director Artístico e de Locução - Tenente Joel Pascoal \*\*

Director Técnico - Augusto das Neves Gonçalves

Suplentes:

Do Director Artístico e de Locução - Carlos Pinho da Cruz

Do Director Técnico - Mário Souteiro

Do Vogal - Artur Passos da Silva Meirim

Conselho Fiscal:

Efectivos - Dr. Eurico Cabral; Alfredo Santos Gil; José Brito.

Suplentes - H.Cabral Monteiro; Carlos Ribeiro; António Rego Furtado

\* Substituído em 06/07/1938 por Manuel Carlos Ferreira

\*\* Substituído em 06/07/1938 por João Patroni Lopes de Almeida

Corpos Gerentes do RCM (1939)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - Abílio de Brito

2º Secretário - Estevão Martins

Direcção:

Presidente - Dr. António de Sousa Neves

Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim

Secretário - Manuel Fonseca

Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Hermínio Urze

Director Artístico e de Locução - João Patroni Lopes de Almeida

Director Técnico - Eng. Alexandre Cunha

Suplentes:

Do Director Artístico e de Locução - Carlos da Silva

Do Director Técnico - Alberto José de Moraes

Do Vogal - Carlos Pinho da Cruz

Conselho Fiscal:

Efectivos - Francisco Tavares Duarte; Alfredo Santos Gil; H. Monteiro  
Cabral

Suplentes - José Brites; Francisco Cardoso Monteiro; António Tavares  
Duarte

Corpos Gerentes do RCM (1940)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz  
Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
1º Secretário - Fernando Arnelos  
2º Secretário - Tenente António Salgueiro Maximo

Direcção:

Presidente - Dr. António de Sousa Neves  
Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim  
Secretário - José Luiz Duff Burnay  
Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Augusto Lopes de Almeida  
Director Artístico - João Patroni Lopes de Almeida  
Director Técnico - Eng. Alexandre Cunha

Suplentes:

Do Director Artístico - Alfredo Viana Rodrigues  
Do Director Técnico - Engº Leonel dos Santos Vidago  
Do Vogal - Engº Francisco Cabral

Conselho Fiscal:

Efectivos - Carlos Teodoro Martins; Fernando Augusto Lima; Fernando  
Cardoso Monteiro  
Suplentes - José Brito; Francisco Cardoso Monteiro; Hermínio Cabral  
Monteiro

Corpos Gerentes do RCM (1941)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz  
Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
1º Secretário - Xavier Valente  
2º Secretário - João dos Santos Gouveia

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim  
Secretário - José Luiz Duff Burnay  
Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Alfredo Viana Rodrigues  
Director Artístico - Tenente Caetano Montez  
Director Técnico - Eng<sup>a</sup> Leonel dos Santos Vidago

Suplentes:

Do Director Artístico - Francisco Cardoso Monteiro  
Do Director Técnico - Eng<sup>o</sup> Francisco Cabral  
Do Vogal - Carlos de Gouveia Pinto

Conselho Fiscal:

Efectivos - Carlos Teodoro Martins; Fernando Augusto Lima; Hermínio Urze  
Suplentes - José Brites; Eng. Eduardo Correia de Matos; Hermínio Cabral Monteiro

Corpos Gerentes do RCM (1943)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz  
Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
1º Secretário - Xavier Valente  
2º Secretário - João dos Santos Gouveia

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim  
Secretário - José Luiz Duff Burnay  
Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Alfredo Viana Rodrigues  
Director Artístico - Tenente Caetano Montez  
Director Técnico - Engº Leonel dos Santos Vidago

Suplentes:

Do Director Artístico - Francisco Cardoso Monteiro  
Do Director Técnico - Engº Francisco Cabral  
Do Vogal - Carlos de Gouveia Pinto

Conselho Fiscal:

Efectivos - Carlos Teodoro Martins; Humberto Pereira; Hermínio Urze  
Suplentes - José Brites; Manuel Faria de Almeida; António Bernardo da Glória e Silva

Fonte: AG do RCM, 15/01/1943, Acta nº 26, p.121-122.

Corpos Gerentes do RCM (1944)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - António Ferreira

2º Secretário - João dos Santos Gouveia

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo

Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim

Secretário - Humberto Pereira

Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Alfredo Viana Rodrigues

Director Artístico - Tenente Caetano Montez

Director Técnico - Engº Leonel dos Santos Vidago

Suplentes:

Do Director Artístico - Francisco Cardoso Monteiro

Do Director Técnico - Engº Francisco Cabral

Do Vogal: Hermínio Urze

Conselho Fiscal

Efectivos - Carlos Teodoro Martins; José Luíz Duff Burnay; Carlos  
Gouveia Pinto

Suplentes - José Brites; Manuel Faria de Almeida; António Bernardo da  
Glória e Silva

Corpos Gerentes do RCM (1945)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves

2º Secretário - João dos Santos Gouveia

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo

Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim

Secretário - Humberto Pereira

Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Alfredo Viana Rodrigues

Director Artístico - Francisco Cardoso Monteiro

Director Técnico - Engº Leonel dos Santos Vidago

Suplentes:

Do Director Artístico - Vasco do Carmo

Do Director Técnico - Engº Francisco Cabral

Do Vogal - Fernando Flores Cardoso

Conselho Fiscal:

Efectivos - Carlos Teodoro Martins; José Luíz Duff Burnay; Carlos  
Gouveia Pinto

Suplentes - José Brites; Manuel Faria de Almeida; António Bernardo da  
Glória e Silva

Corpos Gerentes do RCM (1946)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Manuel Simões Vaz  
Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim  
Secretário - Humberto Pereira  
Tesoureiro - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Alfredo Viana Rodrigues  
Director Artístico - Francisco Cardoso Monteiro  
Director Técnico - Engº Leonel dos Santos Vidago

Suplentes:

Do Director Artístico - Vasco do Carmo  
Do Director Técnico - Engº Francisco Cabral  
Do Vogal - João Rodrigues Branco

Conselho Fiscal:

Efectivos - Carlos Teodoro Martins; Dr. José da Costa Proença; José Brites  
Suplentes - Carlos Gouveia Pinto; Hermínio Urze; Fernando Flores Cardoso

Corpos Gerentes do RCM (1947-1948)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão José Augusto de Oliveira Dias

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves

2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo

Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim

Vogal - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Alfredo Viana Rodrigues

Vogal - Humberto Pereira

Vogais Suplentes - João Rodrigues Branco; Armando Correia Nunes; Francisco  
Cardoso Monteiro

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins

Vogal - Dr. José da Costa Proença

Vogal - Hermínio Urze

Vogal Suplente - José Brites

Fonte: AG do RCM, 22/02/1947, Acta nº 33, p.156-157.

Corpos Gerentes do RCM (1949-1950)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão José Augusto de Oliveira Dias

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves

2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo

Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim

Vogal - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Alfredo Viana Rodrigues

Vogal - Augusto das Neves Gonçalves

Vogais Suplentes - Francisco Cardoso Monteiro; Dr. Hildo Lereno Monteiro;  
Gaspar de Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins

Vogal - Humberto Pereira

Vogal - Hermínio Urze

Vogal Suplente - José Brites

Fonte: AG do RCM, 14/01/1949, Acta nº 35, p.163-164.

Corpos Gerentes do RCM (1951-1952)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão José Augusto de Oliveira Dias

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves

2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo

Vice-Presidente - Artur Passos da Silva Meirim

Vogal - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Alfredo Viana Rodrigues

Vogal - Augusto das Neves Gonçalves

Vogais Suplentes - Francisco Cardoso Monteiro; Dr. Hildo Lereno Monteiro;  
Gaspar de Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins

Vogal - Humberto Pereira

Vogal - Hermínio Urze

Vogal Suplente - José Brites

Fonte: AG do RCM, 28/12/1950, Acta nº 39, p.177.

Corpos Gerentes do RCM (1953-1954)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão José Augusto de Oliveira Dias

Vice-Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes

1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves

2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo

Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues

Vogal - Artur Passos da Silva Meirim

Vogal - Alfredo Viana Rodrigues

Vogal - Augusto das Neves Gonçalves

Vogais Suplentes - Francisco Cardoso Monteiro; João Rodrigues Branco; Eng<sup>o</sup>  
Rogério Ferreira do Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins

Vogal - Hermínio Urze

Vogal - José Brites

Vogal Suplente - Carlos Ferrão

Fonte: AG do RCM, 29/12/1952, Acta nº 43, p.188-189.

Corpos Gerentes do RCM (1955-1956)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
Vice-Presidente - Sebastião Jaime de Carvalho  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Alfredo Viana Rodrigues  
Vogal - Augusto das Neves Gonçalves  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogais Suplentes - Francisco Cardoso Monteiro; Luíz Rodrigues; Engº Rogério  
Ferreira do Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Hermínio Urze  
Vogal - José Brites  
Vogal Suplente - Carlos Ferrão

Fonte: AG do RCM, 18/01/1955, Acta nº 46, p.200.

Corpos Gerentes do RCM (1957-1958)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
Vice-Presidente - Sebastião Jaime de Carvalho  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Alfredo Viana Rodrigues  
Vogal - Augusto das Neves Gonçalves  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogais Suplentes - Francisco Cardoso Monteiro; João Carlos Ahrens; Eng<sup>º</sup>  
Rogério Ferreira do Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Hermínio Urze  
Vogal - Gil Medina e Vasconcelos  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

Fonte: AG do RCM, 17/12/1956, Acta nº 50, p.12.

Corpos Gerentes do RCM (1959-1960)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
Vice-Presidente - Sebastião Jaime de Carvalho  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Alfredo Viana Rodrigues  
Vogal - Augusto das Neves Gonçalves  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogais Suplentes - Francisco Cardoso Monteiro; João Carlos Ahrens; Eng<sup>º</sup>  
Rogério Ferreira do Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Hermínio Urze  
Vogal - Gil Medina e Vasconcelos  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

Fonte: AG do RCM, 16/12/1958, Acta nº 54, p.20.

Corpos Gerentes do RCM (1961-1962)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
Vice-Presidente - Sebastião Jaime de Carvalho  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Alfredo Viana Rodrigues  
Vogal - Augusto das Neves Gonçalves  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogais Suplentes - Francisco Cardoso Monteiro; João Carlos Ahrens; Eng<sup>o</sup>  
Rogério Ferreira do Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Hermínio Urze  
Vogal - Gil Medina e Vasconcelos  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

Fonte: AG do RCM, 19/12/1960, Acta nº 57, p.27.

Corpos Gerentes do RCM (1963-1964)

Assembleia Geral:

Presidente - Capitão Artur Jesus Fontes  
Vice-Presidente - Sebastião Jaime de Carvalho  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Capitão António dos Santos Figueiredo  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - Augusto das Neves Gonçalves  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogal - Francisco Cardoso Monteiro  
Vogais Suplentes - João Carlos Ahrens Teixeira; Fernando Vieira Rodrigues;  
Engº Rogério Ferreira do Amaral

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Cassiano de Carvalho Caldas  
Vogal - Gil Medina e Vasconcelos  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

Fonte: AG do RCM, 28/12/1962, Acta nº 60, p.34.

Corpos Gerentes do RCM (1965-1966)

Assembleia Geral:

<u>Presidente</u> -	Capitão Artur Jesus Fontes *
<u>Vice-Presidente</u> -	Sebastião Jaime de Carvalho **
<u>1º Secretário</u> -	Ernesto Ferreira Neves
<u>2º Secretário</u> -	Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

<u>Presidente</u> -	Capitão António dos Santos Figueiredo ***
<u>Vice-Presidente</u> -	Henrique Augusto da Silva Rodrigues
<u>Vogal</u> -	Augusto das Neves Gonçalves
<u>Vogal</u> -	João Rodrigues Branco
<u>Vogal</u> -	Francisco Cardoso Monteiro
<u>Vogais Suplentes</u> -	Danilo Rodrigues Pereira; Fernando Vieira Rodrigues; Fernando Flores Cardoso

Conselho Fiscal:

<u>Presidente</u> -	Carlos Teodoro Martins
<u>Vogal</u> -	Cassiano de Carvalho Caldas
<u>Vogal</u> -	Gil Medina e Vasconcelos
<u>Vogal Suplente</u> -	Carlos Gouveia Pinto

\* Por ter falecido, foi substituído por Sebastião Jaime de Carvalho, a 15/11/1965

\*\* Foi substituído por Gil Medina e Vasconcelos, a 15/11/1965

\*\*\* Por ter falecido, foi substituído por Augusto das Neves Gonçalves, a 15/11/1965

Fontes: AG do RCM, 28/12/1964, Acta nº 64, p.42.

AG do RCM, 15/11/1965, Acta nº 67, p.49.

Corpos Gerentes do RCM (1967-1968)

Assembleia Geral:

Presidente - Sebastião Jaime de Carvalho  
Vice-Presidente - Gaspar do Amaral  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Augusto das Neves Gonçalves  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogal - Francisco Cardoso Monteiro  
Vogal - Cassiano de Carvalho Caldas  
Vogais Suplentes - Danilo Rodrigues Pereira; Fernando Vieira Rodrigues;  
Fernando Flores Cardoso

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Manuel Carlos Ferreira  
Vogal - Carlos Vieira Rodrigues  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

Fonte: AG do RCM, 28/12/1966, Acta nº 70, p.55.

Corpos Gerentes do RCM (1969-1970)

Assembleia Geral:

Presidente - Sebastião Jaime de Carvalho  
Vice-Presidente - Gaspar do Amaral  
Secretários - Ernesto Ferreira Neves; Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Augusto das Neves Gonçalves  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogal - Francisco Cardoso Monteiro  
Vogal - Cassiano de Carvalho Caldas  
Vogais Suplentes - Danilo Rodrigues Pereira; Fernando Vieira Rodrigues;  
Fernando Flores Cardoso

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Manuel Carlos Ferreira  
Vogal - Carlos Vieira Rodrigues  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

Fonte: AG do RCM, 16/12/1968, Acta nº 74, p.64-65.

Corpos Gerentes do RCM (1971-1972)

Assembleia Geral:

Presidente - Aniano Mendes Serra  
Vice-Presidente - Gaspar do Amaral  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Augusto das Neves Gonçalves  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogal - Francisco Cardoso Monteiro  
Vogal - Cassiano de Carvalho Caldas  
Vogais Suplentes - Fernando Flores Cardoso; Manuel da Silva Soares; Fernando Vieira Rodrigues;

Conselho Fiscal:

Presidente - Carlos Teodoro Martins  
Vogal - Danilo Rodrigues Pereira  
Vogal - Carlos Viana Rodrigues  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

Fonte: AG do RCM, 18/12/1970, Acta nº 79, p.74-75.

Corpos Gerentes do RCM (1973-1974)

Assembleia Geral:

Presidente - Aniano Mendes Serra  
Vice-Presidente - Gaspar do Amaral  
1º Secretário - Ernesto Ferreira Neves  
2º Secretário - Teófilo Augusto Pereira de Seixas

Direcção:

Presidente - Augusto das Neves Gonçalves \*  
Vice-Presidente - Henrique Augusto da Silva Rodrigues  
Vogal - João Rodrigues Branco  
Vogal - Francisco Cardoso Monteiro  
Vogal - Cassiano de Carvalho Caldas  
Vogais Suplentes - Manuel da Silva Soares; Fernando Vieira Rodrigues;  
Fernando Flores Cardoso

Conselho Fiscal:

Presidente - Dr. Feliciano F. Neves Dias  
Vogal - Danilo Rodrigues Pereira  
Vogal - Carlos Viana Rodrigues  
Vogal Suplente - Carlos Gouveia Pinto

\* Substituído a 05/07/1973, por Humberto Albino das Neves

Fontes: AG do RCM, 19/12/1972, Acta nº 83, p.82-83.

AG do RCM, 05/07/1973, Acta nº 86, p.87.

**ANEXO 3: - VALOR DAS RECEITAS E DESPESAS TOTAIS (QUADRO 1)**

**- SALDOS FINANCEIROS (QUADRO 2)**

**- VALOR DOS SUBSÍDIOS DO ESTADO E DO GOVERNO  
DA COLÓNIA (QUADRO 3)**

**- VALOR DAS RECEITAS DE PUBLICIDADE INTERNA E  
EXTERNA (QUADRO 4)**

**- HORAS DE EMISSÃO (QUADRO 5)**

**- VALOR DAS TAXAS SOBRE RÁDIO-RECEPTORES  
(QUADRO 6)**

**- RECEITAS DA RIFA (QUADRO 7)**

**QUADRO1: VALOR DAS RECEITAS E DESPESAS TOTAIS, 1937-1971**

(Continua)

ANO	RECEITAS	DESPESAS
1937*	Esc. 924.526\$22	Esc. 771.937\$06
1938	Esc. 1.488.635\$81	Esc. 1.368.015\$52
1939	Esc. 2.000.887\$60	Esc. 1.941.029\$42
1940	Esc. 1.666.286\$03	Esc. 1.740.755\$07
1941	Esc. 1.811.031\$28	Esc. 1.563.947\$46
1942	Esc. 1.742.664\$89	Esc. 1.334.451\$81
1943	Esc. 1.799.272\$23	Esc. 1.540.920\$25
1944	Esc. 2.881.622\$51	Esc. 2.023.152\$92
1945	Esc. 3.942.086\$17	Esc. 2.610.064\$57
1946	Esc. 3.707.204\$75	Esc. 2.643.242\$59
1947	Esc. 3.957.569\$86	Esc. 3.186.083\$45
1948	Esc. 9.306.988\$52	Esc. 5.845.248\$75
1949	Esc. 13.534.505\$05	Esc. 9.038.391\$70
1954	Esc. 33.559.090\$14	Esc. 21.781.021\$75
1955	Esc. 21.959.697\$86	Esc. 13.325.828\$27
1956	Esc. 22.661.831\$33	Esc. 14.419.551\$89
1957	Esc. 24.073.374\$81	Esc. 15.567.789\$83
1958	Esc. 25.349.538\$78	Esc. 16.771.168\$15
1959	Esc. 21.758.883\$30	Esc. 15.365.003\$60
1960	Esc. 22.455.383\$96	Esc. 13.153.911\$95
1961	Esc. 23.032.094\$64	Esc. 15.167.018\$64
1962	Esc. 23.897.020\$39	Esc. 16.837.571\$88
1963	Esc. 29.352.037\$16	Esc. 23.812.854\$85
1964	Esc. 29.566.889\$85	Esc. 25.139.877\$26
1965	Esc. 30.268.409\$11	Esc. 22.806.525\$19
1966	Esc. 37.436.372\$40	Esc. 25.408.735\$29
1967	Esc. 38.692.991\$64	Esc. 31.060.831\$83

1968	Esc. 47.385.688\$30	Esc. 38.788.167\$01
1969	Esc. 48.614.497\$46	Esc. 42.437.508\$45
1970	Esc. 49.747.250\$96	Esc. 43.166.933\$24
1971	Esc. 48.017.314\$49	Esc. 44.379.589\$36

\* Dados apresentados para 1937, são uma correcção daqueles apresentados pela fonte, porque apresentavam erros de cálculo.

Fontes: RM, Fevereiro 1939, nº 45, p.6.

RM, Junho 1940, nº 60, p.1.

RM, Junho 1940, nº 60, p.1.

RM, Junho 1941, nº 72, p.15.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.2.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.2.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.2.

RM, Fevereiro 1946, nº 120, p.5.

RM, Abril 1948, nº 141, p.3.

RM, Abril 1948, nº 141, p.3.

RM, Abril 1948, nº 141, p.3.

RM, Maio 1949, nº 154, p.4.

RM, Maio 1950, nº 166, p.7.

AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, p.3.

Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1955, p.12.

Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1956, p.16.

AG do RCM, 23/04/1958, Acta nº 53, p.18-19.

AG do RCM, 23/04/1959, Acta nº 55, p.22

AG do RCM, 22/04/1960, Acta nº 56, p.24-25.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1960, p.10.

AG do RCM, 24/04/1962, Acta nº 59, p.31.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1962, p.12.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1963, p.14.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1964, p.17.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1965, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1966, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1968, p.15.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1969, p.17.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1970, p.15.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1971, p.16.

**QUADRO 2: SALDOS FINANCEIROS DO GRCM/RCM**

ANO	SALDOS
1937	Esc. 152.589\$16
1938	Esc. 120.620\$29
1939	Esc. 59.858\$18
1940	Esc. 74.460\$94 (saldo negativo)
1941	Esc. 247.083\$82
1942	Esc. 408.213\$08
1943	Esc. 258.351\$98
1944	Esc. 858.469\$59
1945	Esc. 1.332.021\$60
1946	Esc. 1.063.962\$16
1947	Esc. 771.486\$41
1948	Esc. 3.461.739\$77
1949	Esc. 4.496.113\$35
1954	Esc. 11.778.068\$38
1955	Esc. 8.633.869\$59
1956	Esc. 8.242.279\$44
1957	Esc. 8.505.584\$98
1958	Esc. 8.578.370\$63
1959	Esc. 6.393.879\$70
1960	Esc. 9.301.472\$01
1961	Esc. 7.865.076\$00
1962	Esc. 7.059.448\$51
1963	Esc. 5.539.182\$31
1964	Esc. 4.427.012\$59
1965	Esc. 7.461.883\$92
1966	Esc. 12.027.637\$11
1967	Esc. 7.632.159\$81
1968	Esc. 8.597.521\$29

1969	Esc. 6.176.989\$01
1970	Esc. 6.580.317\$72
1971	Esc. 3.637.725\$13
1972	Esc. 1.776.907\$77 (saldo negativo)
1973	Esc. 2.873.095\$26 (saldo negativo)

Fontes:

(1937-1971) As mesmas indicadas no quadro I

(1972-1973) Direcção do RCM, 19/04/1974, Acta nº 634, p.112.

**QUADRO 3: VALOR DOS SUBSÍDIOS DO ESTADO E DO GOVERNO DA COLÓNIA**

(Continua)

ANO	VALOR TOTAL DE SUBSÍDIOS DO ESTADO	VALOR DE SUBSÍDIOS DO GOVERNO DA COLÓNIA
1937	Esc. 124.300\$00	Esc. 50.000\$00
1938	Esc. 167.744\$31	Esc. 50.000\$00
1939	Esc. 173.044\$70	Esc. 75.000\$00
1940	Esc. 303.580\$00	Esc. 200.000\$00
1941	Esc. 181.293\$70	Esc. 65.000\$00
1942	Esc. 392.495\$55	Esc. 287.000\$00
1943	Esc. 260.481\$09	Esc. 170.000\$00
1944	Esc. 280.500\$00	
1945	Esc. 260.100\$00	Esc. 170.000\$00
1946	Esc. 274.000\$00	Esc. 170.000\$00
1947	Esc. 407.600\$00	Esc. 300.000\$00
1948	Esc. 392.600\$00	Esc. 300.000\$00
1949	Esc. 409.979\$00	Esc. 300.000\$00
1954	Esc. 673.000\$00	
1956	Esc. 701.500\$00	
1957	Esc. 1.201.000\$00	
1958	Esc. 1.869.000\$00	
1959	Esc. 1.675.000\$00	
1960	Esc. 1.758.000\$00	
1961	Esc. 665.500\$00	
1962	Esc. 875.833\$30	
1963	Esc. 1.134.500\$00	
1964	Esc. 1.093.332\$60	
1965	Esc. 1.183.621\$00	
1966	Esc. 1.715.319\$00	
1967	Esc. 1.285.000\$00	

1968	Esc. 2.122.600\$00	
1969	Esc. 580.826\$00	
1970	Esc. 1.420.474\$00	

\* A partir de 1954 não há qualquer discriminação dos subsídios do Governo da Colónia

Fontes: RM, Fevereiro 1939, nº 45, p.9.

RM, Fevereiro 1939, nº 45, p.9.

RM, Junho 1940, nº 60, p.5.

RM, Junho 1941, nº 72, p.15.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1; 3.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1; 3.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1; 3.

RM, Março 1946, nº 121, p.5.

RM, Março 1946, nº 121, p.5.

RM, Abril 1948, nº 141, p.3.

RM, Abril 1948, nº 141, p.3.

RM, Maio 1949, nº 154, p.4.

RM, Maio 1950, nº 166, p.7.

AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, p.3.

Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1956, p.16.

AG do RCM, 23/04/1958, Acta nº 53, p.18.

AG do RCM, 23/04/1959, Acta nº 55, p.22.

AG do RCM, 22/04/1958, Acta nº 56, p.24.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1960, p.10.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1961, p.14.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1962, p.13.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1963, p.14.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1964, p.17.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1965, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1966, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1968, p.15.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1969, p.17.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1970, p.15.

**QUADRO 4: VALOR DAS RECEITAS DE PUBLICIDADE INTERNA E  
EXTERNA**

(Continua)

ANO	PUBLICIDADE INTERNA	PUBLICIDADE EXTERNA
1937	Esc. 109.019\$50	Esc. 289.870\$00
1938	Esc. 164.637\$00	Esc. 753.500\$00
1939	Esc. 185.842\$50	Esc. 1.168.090\$00
1940	Esc. 193.544\$00	Esc. 822.125\$00
1941	Esc. 181.083\$00	Esc. 687.248\$89
1942	Esc. 179.420\$40	Esc. 459.681\$74
1943	Esc. 240.904\$60	Esc. 475.106\$80
1944	Esc. 246.283\$00	Esc. 1.572.275\$85
1945	Esc. 274.733\$00	Esc. 2.578.631\$42
1946	Esc. 296.074\$00	Esc. 2.098.037\$80
1947	Esc. 356.406\$00	Esc. 2.056.449\$10
1948	Esc. 493.029\$00	Esc. 6.491.346\$60
1949	Esc. 563.528\$50	Esc. 10.368.430\$35
1954	Esc. 1.116.000\$00	Esc. 22.810.000\$00
1955	Esc. 1.241.358\$11	Esc. 12.111.712\$40
1956	Esc. 1.372.718\$78	Esc. 12.520.953\$20
1957	Esc. 1.717.000\$00	Esc. 12.357.000\$00
1958	Esc. 2.120.000\$00	Esc. 12.334.000\$00
1959	Esc. 2.436.000\$00	Esc. 12.177.000\$00
1960	Esc. 3.122.839\$99	Esc. 12.506.994\$90
1961	Esc. 2.808.534\$12	Esc. 14.239.058\$50
1962	Esc. 3.054.729\$39	Esc. 14.778.013\$60
1963	Esc. 3.468.949\$63	Esc. 18.365.245\$00
1964	Esc. 3.152.829\$60	Esc. 20.109.579\$60
1965	Esc. 4.075.487\$50	Esc. 21.341.095\$00
1966	Esc. 5.225.541\$75	Esc. 22.159.969\$70

1967	Esc. 5.373.664\$10	Esc. 23.174.767\$64
1968	Esc. 9.611.031\$10	Esc. 25.763.594\$60

Fontes: RM, Fevereiro 1939, nº 45, p.6.

RM, Junho 1940, nº 60, p.1.

RM, Junho 1940, nº 60, p.1.

RM, Junho 1941, nº 72, p.15.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1.

RM, Março 1946, nº 121, p.5.

RM, Março 1946, nº 121, p.5.

RM, Abril 1948, nº 141, p.3.

RM, Abril 1948, nº 141, p.3.

RM, Maio 1949, nº 154, p.4.

RM, Maio 1950, nº 166, p.7.

AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, p.3.

Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1955, p.12.

Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1956, p.16.

AG do RCM, 23/04/1958, Acta nº 53, p.18.

AG do RCM, 23/04/1959, Acta nº 55, p.22.

AG do RCM, 22/04/1960, Acta nº 56, p.24.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1960, p.10.

AG do RCM, 24/04/1962, Acta nº 59, p.31.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1962, p.13.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1963, p.14.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1964, p.18.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1965, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1966, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, p.9.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1968, p.16.

**QUADRO 5: HORAS DE EMISSÃO**

(Continua)

ANO	TOTAL DE HORAS DE EMISSÃO
1937	2.833h
1938	2.905h
1939	3.008h
1940	2.739h
1942	2.774h,06m
1943	2.633h,48m
1944	2.850h,86m
1945	2.888h,18m
1946	2.813h
1947	4.538h,05m
1948	4.615h,05m
1949	7.001h,04m
1950	8.618h,46m
1952	8.846h
1953	9.125h
1954	9.147h
1956	9.332h
1957	9.332h
1960	9.441h
1961	12.106h
1962	12.920h
1963	13.966h
1964	17.827h
1965	25.535h
1966	28.760h
1967	27.879h
1968	33.337h
1969	37.527h

1970	40.107h
1971	45.602h,07m
1972	60.405h,47m

Fontes: RM, Fevereiro 1939, nº 45, p.7.

RM, Fevereiro 1939, nº 45, p.7.

RM, Junho 1940, nº 60, p.7.

RM, Junho 1941, nº 72, p.29.

RM, Janeiro 1943, nº 89, p.3.

RM, Janeiro 1944, nº 101, p.5.

RM, Abril 1945, nº 111, p.2.

RM, Março 1946, nº 121, p.3.

RM, Abril 1948, nº 141, p.2.

RM, Abril 1948, nº 141, p.2.

RM, Maio 1949, nº 154, p.1.

RM, Maio 1950, nº 166, p.5.

RM, Maio 1951, nº 176, p.4.

RM, Maio 1953, nº 202, p.3.

RM, Julho 1954, nº 216, p.3.

RM, Maio 1955, nº 226, p.2.

RM, Abril 1957, nº 249, p.9.

RM, Maio 1958, nº 262, p.6.

RM, Abril 1962, nº 309, p.1.

RM, Abril 1962, nº 309, p.1.

RM, Maio 1963, nº 322, p.3.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1963, p.2.

Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1964, p.2.

RM, Junho 1967, nº 364, p.1.

RM, Junho 1967, nº 364, p.1.

RM, Julho 1968, nº 377, p.2.

RM, Maio 1969, nº 387, p.36.

RM, Maio 1970, nº 399, p.1.

RM, Abril 1971, nº 410, p.1.

RM, Abril 1972, nº 422, p.1.

RM, Março 1973, nº 434, p.1.

**QUADRO 6: VALOR DAS TAXAS SOBRE OS RÁDIO-RECEPTORES**

ANO	VALOR DAS TAXAS
1941	Esc. 326.425\$55
1942	Esc. 330.117\$50
1943	Esc. 337.618\$50
1944	Esc. 407.683\$50
1945	Esc. 354.641\$70
1946	Esc. 336.047\$50
1947	Esc. 360.000\$00
1948	Esc. 405.000\$00
1949	Esc. 300.000\$00
1954	Esc. 788.000\$00
1956	Esc. 970.400\$00
1957	Esc. 935.000\$00
1958	Esc. 1.225.000\$00
1959	Esc. 1.356.000\$00
1960	Esc. 1.547.784\$00
1961	Esc. 1.854.105\$90
1962	Esc. 1.150.173\$10
1963	Esc. 1.881.487\$40
1964	Esc. 2.677.630\$50
1966	Esc. 2.526.512\$40
1967	Esc. 2.782.190\$50
1968	Esc. 3.146.704\$50
1969	Esc. 3.378.600\$00
1970	Esc. 3.572.640\$00

Fontes: RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1.  
RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1.  
RM, Janeiro 1944, nº 101, p.1.  
RM, Março 1946, nº 121, p.5.  
RM, Março 1946, nº 121, p.5.  
RM, Abril 1948, nº 141, p.3.  
RM, Abril 1948, nº 141, p.3.  
RM, Maio 1949, nº 154, p.4.  
RM, Maio 1950, nº 166, p.7.  
AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, p.3.  
Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1956, p.16.  
AG do RCM, 23/04/1958, Acta nº 53, p.18.  
AG do RCM, 23/04/1959, Acta nº 55, p.22.  
AG do RCM, 22/04/1960, Acta nº 56, p.24.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1960, p.10.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1961, p.14.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1962, p.13.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1963, p.14.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1964, p.17.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1966, p.9.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, p.9.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1968, p.15.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1969, p.17.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1970, p.15.

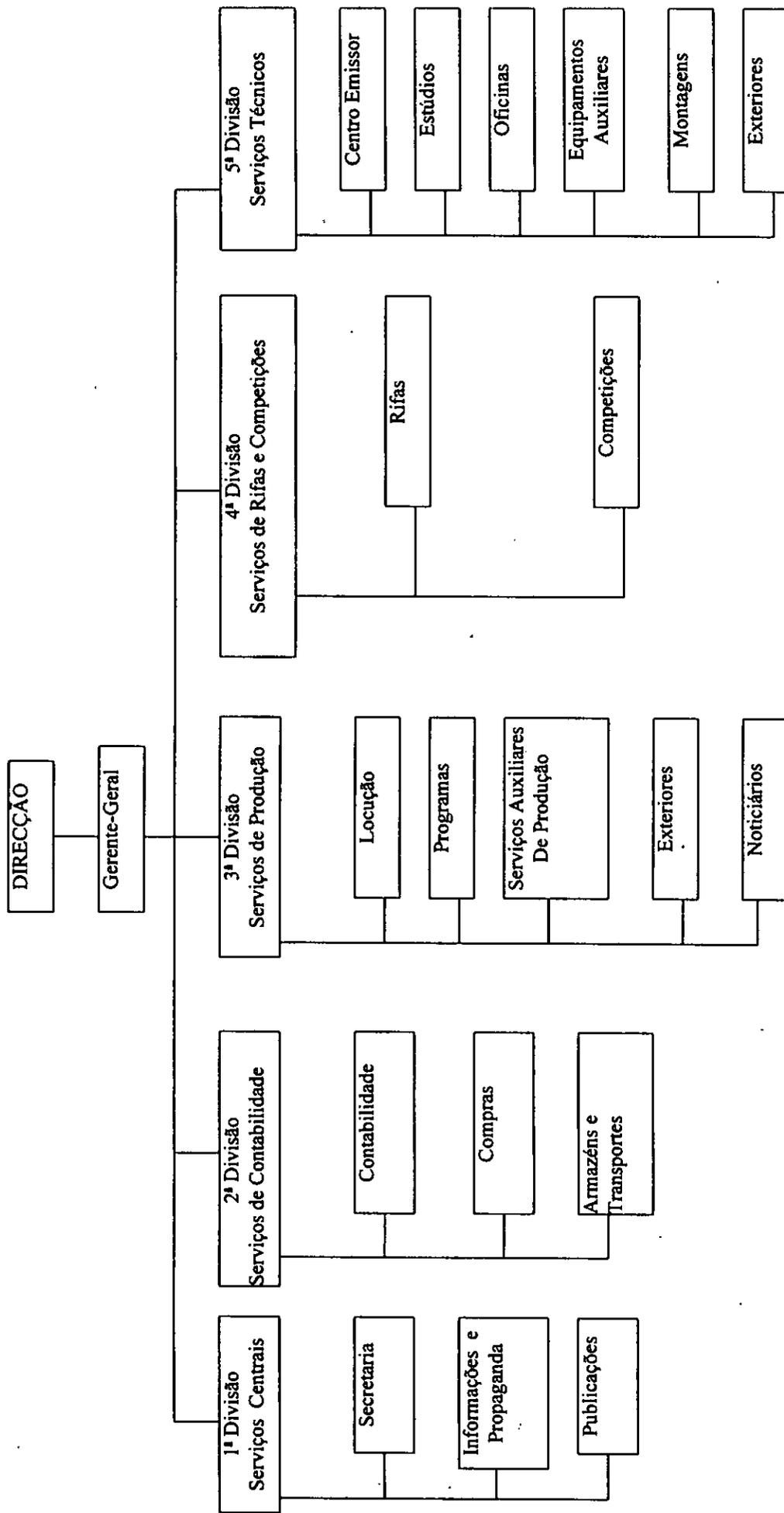
**QUADRO 7: RECEITAS DA RIFA**

ANO	RECEITAS
1940	Esc. 234.527\$57
1941	Esc. 151.927\$05
1942	Esc. 237.650\$83
1943	Esc. 265.465\$76
1944	Esc. 222.853\$16
1945	Esc. 335.334\$45
1946	Esc. 505.082\$50
1947	Esc. 670.050\$88
1948	Esc. 1.198.151\$90
1949	Esc. 1.248.584\$90
1954	Esc. 7.991.000\$00
1955	Esc. 6.740.333\$55
1956	Esc. 6.812.457\$85
1957	Esc. 7.514.000\$00
1958	Esc. 7.434.000\$00
1959	Esc. 3.208.000\$00
1960	Esc. 2.326.432\$70
1961	Esc. 2.703.454\$08
1962	Esc. 2.324.982\$60
1963	Esc. 2.961.493\$13
1964	Esc. 864.862\$05
1965	Esc. 450.548\$50
1966	Esc. 484.283\$70
1967	Esc. 494.622\$60
1968	Esc. 701.724\$60
1969	Esc. 513.535\$20
1970	Esc. 794.683\$10

Fontes: RM, Janeiro 1944, nº 101, p.2.  
RM, Março 1946, nº 121, p.5.  
RM, Março 1946, nº 121, p.5.  
RM, Abril 1948, nº 141, p.3.  
RM, Abril 1948, nº 141, p.3.  
RM, Maio 1950, nº 166, p.7.  
RM, Maio 1950, nº 166, p.7.  
AG do RCM, 29/04/1955, Acta nº 47, p.3.  
Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1955, p.12.  
Relatório e Contas da Gerência do RCM, 1956, p.16.  
AG do RCM, 23/04/1958, Acta nº 53, p.18.  
AG do RCM, 23/04/1959, Acta nº 55, p.22.  
AG do RCM, 22/04/1960, Acta nº 56, p.24.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1960, p.10.  
AG do RCM, 24/04/1962, Acta nº 59, p.31.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1962, p.13.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1963, p.14.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1964, p.17.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1965, p.9.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1966, p.9.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1967, p.9.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1968, p.15.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1969, p.17.  
Relatório e Contas da Direcção do RCM, 1970, p.15.

**ANEXO 4: ORGANIGRAMA DO RCM**

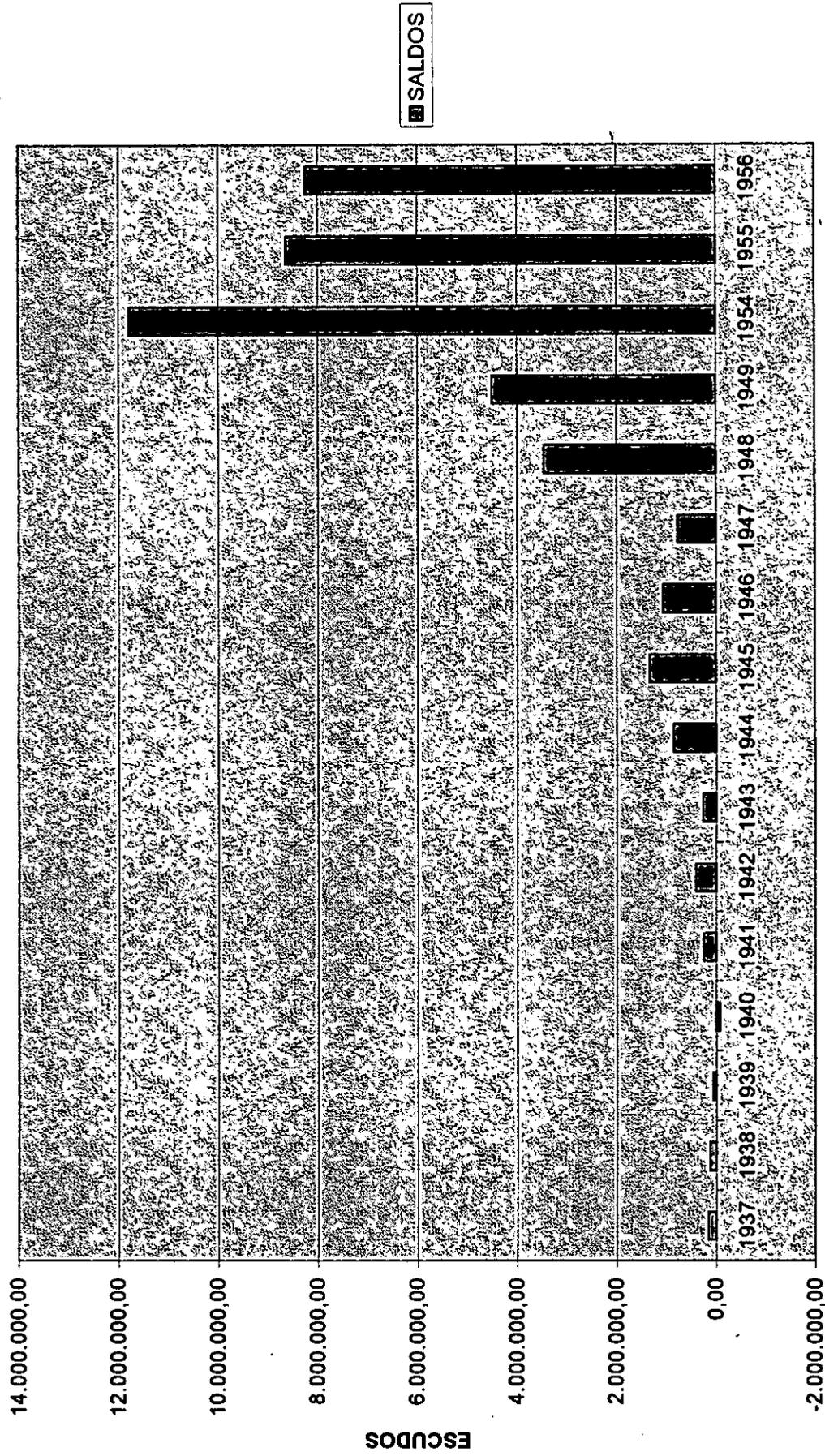
ORGANIGRAMA DO RCM (1966)



**ANEXO 5: - SALDOS FINANCEIROS (GRÁFICO 1)**  
**- HORAS DE EMISSÃO (GRÁFICO 2)**

# GRÁFICO 1: SALDOS FINANCIEROS

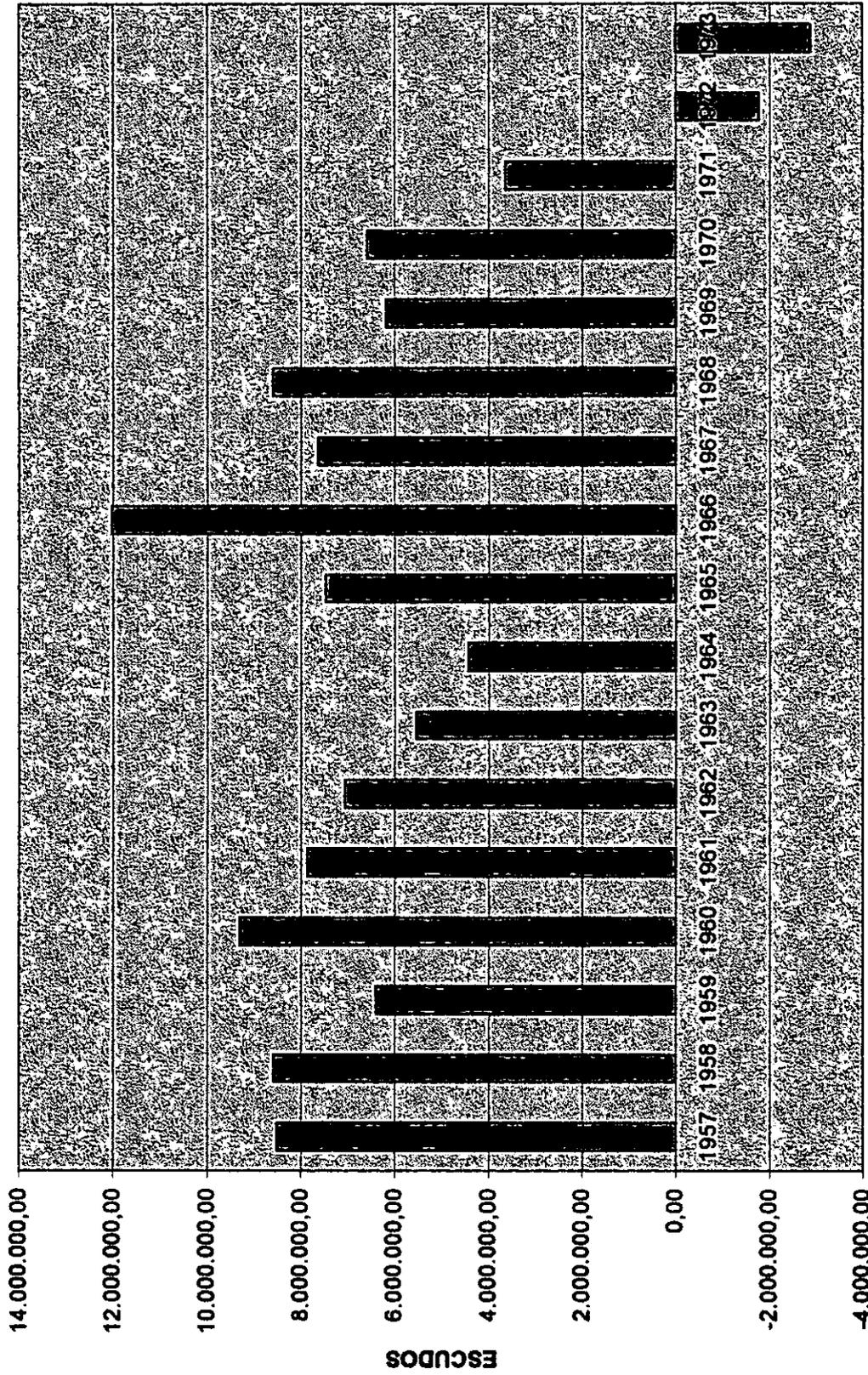
(Continua)



ANOS

# SALDOS FINANCEIROS

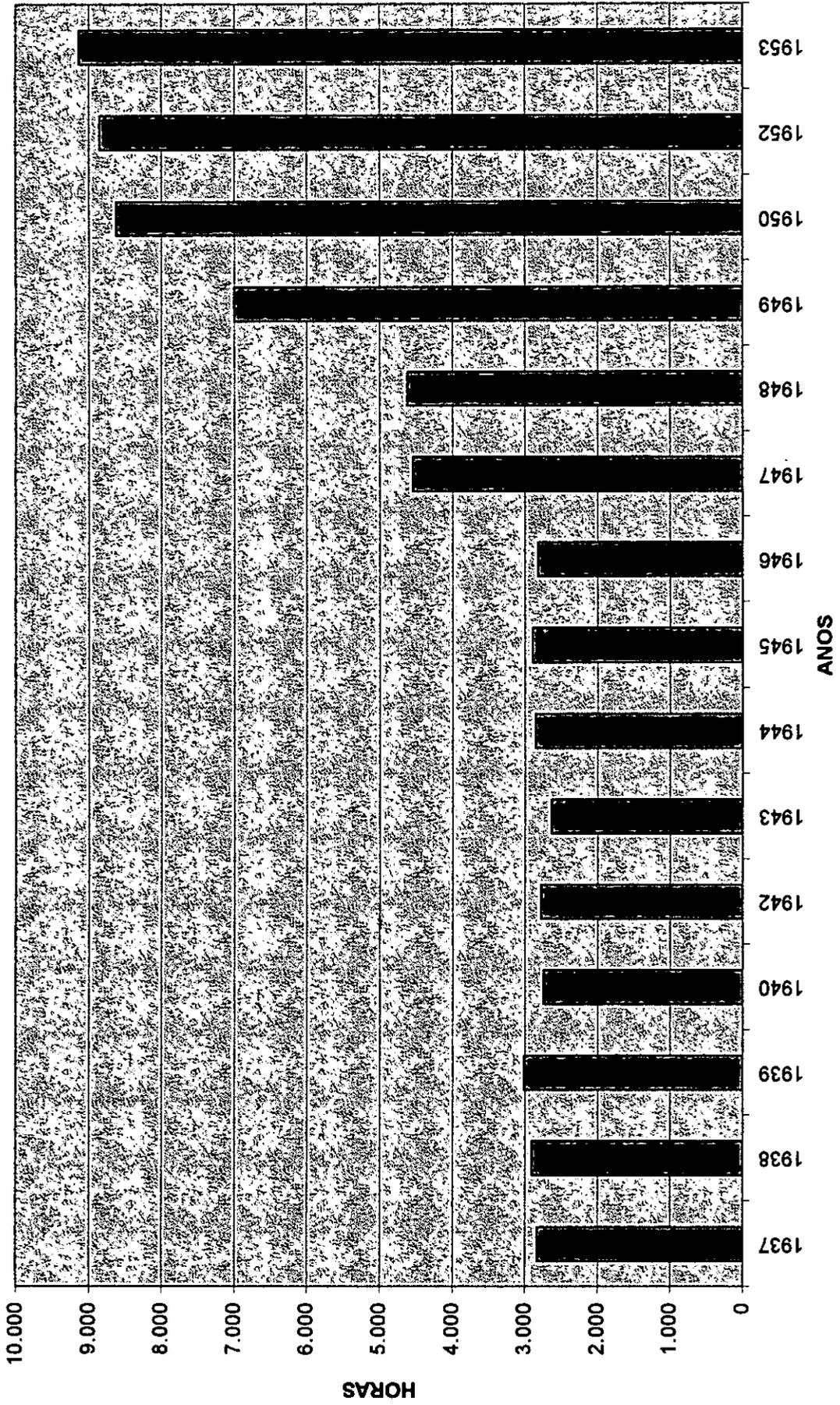
(Conclusão)



ANOS

GRÁFICO 2: TOTAL DE HORAS DE EMISSÃO

(Continua)



TOTAL DE HORAS DE EMISSÃO

(Conclusão)

